

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE  
TECNOLOGIAS  
MESTRADO EM URBANISMO**

**MARISTELA MIRANDA DA CRUZ**

**POLÍTICA HABITACIONAL EM SUMARÉ:  
FAVELA SÃO DOMINGOS**

CAMPINAS  
2008

MARISTELA MIRANDA DA CRUZ

**POLÍTICA HABITACIONAL EM SUMARÉ:  
FAVELA SÃO DOMINGOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.  
Área de Concentração: Urbanismo.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Rolnik

CAMPINAS  
2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**GRÃO-CHANCELER**  
Dom Bruno Gamberini

**MAGNÍFICO REITOR**  
Prof. Pe. Wilson Denadai

**VICE-REITORA**  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Engler Cury

**DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE  
TECNOLOGIAS**  
Prof. Dr. Orandi Mina Falsarella

**COORDENADOR DO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM URBANISMO  
CURSO DE MESTRADO EM URBANISMO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: URBANISMO**  
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

**t333.77 Cruz, Maristela Miranda da.**

C957p Política habitacional em Sumaré: favela São Domingos / Maristela Miranda da Cruz. -  
Campinas: PUC-Campinas, 2008.  
116p.

Orientadora: Raquel Rolnik.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de  
Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.  
Inclui anexo e bibliografia.

1. Política habitacional. 2. Espaços públicos. 3. Favelas. 4. Habitação. 5. Sumaré (SP) -  
Favelas. I. Rolnik, Raquel. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de  
Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

# DEDICATÓRIA

Aos meus pais **Antonio e Maria Aparecida**,  
pelo incondicional amor e incentivo  
em toda minha trajetória de vida.  
Ao meu esposo **Rodrigo**,  
pela compreensão,  
mesmo em momentos de ausência.

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Raquel Rolnik, pela oportunidade de ser orientada na pesquisa e ter cursado duas disciplinas ministradas com muita qualidade.

Aos Professores do Curso, em especial: Laura Machado de Mello Bueno, Juleusa Turra , Ricardo Moretti, pela competência e simpatia incentivadora, ao ministrar as aulas.

Aos Coordenadores do Curso Ivone Salgado (2006/2007) e Wilson R.Santos Jr (2007/2008) pelo apoio e orientações durante o curso.

Aos funcionários da PUC-Campinas, em especial a Paula, Luis e Daniel pela atenção e ajuda durante o curso.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Sumaré, em especial Ildete Leal Falcirol, pela receptividade e apoio à pesquisa acadêmica.

Aos funcionários do Pró-memória de Sumaré, em especial Ema Regina B. Aguiar, pelas informações que foram fundamentais a pesquisa.

À minha família, amigos e colegas de trabalho pelo incentivo e ajuda.

“Pobreza não é um dado natural, mas produto de tipos históricos de organização da sociedade. Não é carestia dada, mas desigualdade produzida. Desigualdade produzida economicamente manifesta-se de modo quantitativo, ou seja, na falta de renda, de emprego, de habitação, de nutrição, de saúde”.

PEDRO DEMO, 1988

## RESUMO

CRUZ, Maristela Miranda. *Política Habitacional em Sumaré: Favela São Domingos*. Campinas, 2008. 116f. Dissertação de Mestrado – Curso de pós-graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

O objetivo principal da pesquisa é o estudo de problemáticas habitacionais do município de Sumaré, partindo da história da construção de seu espaço urbano, assim como a origem das políticas públicas de habitação, aproximadamente a partir da década de 1960 até o ano de 2008, analisando particularmente as favelas, que foram ocupadas pela população que não teve acesso a moradia pelo mercado imobiliário formal e nem por programas habitacionais para baixa renda.

A pesquisa procura analisar a favela São Domingos, situado na região central de Sumaré e no entorno do Ribeirão Quilombo, uma área de ocupação consolidada, com moradores que recebem interferências do poder público municipal e considerada uma área de risco.

Os problemas urbanos não são apenas municipais, mas relacionam-se com as políticas nacionais, apresentando semelhanças na espoliação do trabalhador de baixa renda, carências básicas de emprego, moradia e investimentos sociais.

Palavras chaves: Espaço Urbano, Política Pública, Habitação, Favelas.

## ABSTRACT

CRUZ, Maristela Miranda. *Habitationl politics in Sumaré: Slum quarter São Domingos*. Campinas, 2008. 116f. Dissertação de Mestrado – Curso de pós-graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

The main research objective are the study of housing question of the city of Sumaré, leaving of the history of the construction of its urban space, as well as the origin of the public politics of habitation, approximately from the decade of 1960 until the year of 2008, analyzing particularly the slum quarters, that had been busy for the population that did not have access the housing for the formal real estate market and nor for habitation programs for low income.

The research looks for to analyze the slum quarter São Domingos, situated in the central region of Sumaré and neighboring area of the Quilombo stream, an area of consolidated occupation, with inhabitants who receive interferences from the public power municipal and considered a risk area.

The urban problems are not only municipal, but they become related with the national politics, presenting similarities in the spoliation of the low income worker, basic lacks of job, housing and social investments.

Words keys: Urban Space, Public Politics, Habitation, Slum quarters.



## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Verbas destinadas para habitação de 2002 a 2007.....	30
<b>Figura 02</b>	Distribuição dos investimentos entre as faixas salariais, entre 2002 e 2006.....	30
<b>Figura 03</b>	Municípios da RMC e principais rodovias .....	42
<b>Figura 04</b>	Renda per capita, 2000 nos municípios da RMC.....	44
<b>Figura 05</b>	Mancha Urbana Metropolitana.....	44
<b>Figura 06</b>	Fluxos Migratórios Intrametropolitanos.....	45
<b>Figura 07</b>	Crescimento Populacional em %.....	47
<b>Figura 08</b>	Região central de Sumaré, década de 1960.....	53
<b>Figura 09</b>	Primeira página do abaixo para emancipação de Sumaré .....	54
<b>Figura 10</b>	Mapa das Administrações Regionais.....	56
<b>Figura 11</b>	Mapa do sistema viário.....	57
<b>Figura 12</b>	Mapa do Equipamento de Saúde.....	59
<b>Figura 13</b>	Mapa do Equipamento de Educação.....	60
<b>Figura 14</b>	Mapa da Vulnerabilidade Social de Sumaré.....	63
<b>Figura 15</b>	Participação da atividade econômica no Valor Adicionado em 2004.	64
<b>Figura 16</b>	Mapa do Equipamento do DAE .....	67
<b>Figura 17</b>	Fotos de Enchente no Bairro São Domingos 25/03/2005.....	70
<b>Figura 18</b>	Fotos do Ribeirão Quilombo.....	71
<b>Figura 19</b>	Sumaré, Av. Reboças dec.1970, as primeiras Vilas Populares .....	76
<b>Figura 20</b>	Mapa da Evolução Urbana de Sumaré.....	77
<b>Figura 21</b>	Mapa das Ocupações irregulares.....	87
<b>Figura 22</b>	Foto satélite da área de ocupação do São Domingos.....	89
<b>Figura 23</b>	Construção da 1ª etapa das casas no Jd. das Orquídeas.....	91
<b>Figura 24</b>	Mudanças na 1ª etapa no Jd. das Orquídeas.....	91
<b>Figura 25</b>	Placas de congelamento do Jd. São Domingos e Pq Virgínio Basso	92
<b>Figura 26</b>	Moradia de Rosângela, ao lado material de reciclagem .....	96
<b>Figura 27</b>	Interior da casa.....	97
<b>Figura 28</b>	Fotos da residência da Selma.....	98
<b>Figura 29</b>	Vala de esgoto da casa. Fundos da casa e criação de animais como cabra e galinha.....	98
<b>Figura 30</b>	Após enchente de 2005, lateral da casa e limpeza.....	98
<b>Figura 31</b>	Fotos da casa da família do Everson.....	99
<b>Figura 32</b>	Moradia em ponto de laje, construída no Jardim das Orquídeas .....	99
<b>Figura 33</b>	Foto da Dona Laura na sede das obras do mutirão.....	100

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	Programas e recursos orçamentários para a habitação no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.....	27
<b>Tabela 02</b>	Domicílios particulares permanentes ocupados e vagos, 2000...	32
<b>Tabela 03</b>	Estimativas do déficit habitacional, nas regiões e no Brasil, 2000.....	33
<b>Tabela 04</b>	Estimativas revisadas da distribuição do déficit habitacional urbano por faixa de renda familiar, 2000.....	34
<b>Tabela 05</b>	Domicílios urbanos inadequados, 2000.....	34
<b>Tabela 06</b>	Domicílios urbanos inadequados em aglomerações subnormais, 2000.....	34
<b>Tabela 07</b>	Domicílios em aglomerados subnormais.....	40
<b>Tabela 08</b>	Municípios da RMC: População total, taxa de crescimento e grau de urbanização.....	48
<b>Tabela 09</b>	Domicílios, renda e escolaridade em 2000.....	49
<b>Tabela 10</b>	Domicílios segundo cobertura de infra-estrutura.....	50
<b>Tabela 11</b>	População do município por região, ano 2000, rendimento e escolaridade.....	58
<b>Tabela 12</b>	Indicadores do IPVS - Município de Sumaré.....	62
<b>Tabela 13</b>	Participação da atividade econômica no Valor Adicionado em 2004 ( em %)......	64
<b>Tabela 14</b>	População rural e urbana e taxa média anual de crescimento populacional(%).....	65
<b>Tabela 15</b>	Produção Líquida da Água Tratada M <sup>3</sup> / Mês.....	66
<b>Tabela 16</b>	Processo de aprovação dos loteamentos entre 1875 e 2004.....	73
<b>Tabela 17</b>	Evolução da População – 1.950 a 2.000.....	74
<b>Tabela 18</b>	Densidade de Ocupação.....	74
<b>Tabela 19</b>	Produção Habitacional em Sumaré.....	78
<b>Tabela 20A</b>	Região Picerno.....	84
<b>Tabela 20B</b>	Região da Área Cura.....	84
<b>Tabela 20C</b>	Região Matão.....	85
<b>Tabela 20D</b>	Região Nova Veneza.....	85
<b>Tabela 20E</b>	Região Maria Antonia.....	85
<b>Tabela 20F</b>	Região Central.....	86
<b>Tabela 20G</b>	Total de famílias morando em favelas no município de Sumaré .	86

## LISTAS DE ABREVIATURAS

APP	=	Área de Proteção Permanente
BNH	=	Banco Nacional de Habitação
CECAP	=	Companhia Estadual de Casas Populares
COHABs.	=	Companhias Habitacionais Populares
CONAMA	=	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAE	=	Departamento de Água e Esgoto
ENGENCORPS	=	Corpo de Engenheiros Consultores S/C Ltda
ETA	=	Estação de Tratamento de Água
FCP	=	Fundação da Casa Popular
FGTS	=	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	=	Fundação João Pinheiro
FNHIS	=	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAPS	=	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	=	Índice de Envelhecimento
IDH	=	Índice de Desenvolvimento Humano
INOCCOP	=	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPRS	=	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPTU	=	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS	=	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
MBES	=	Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social
MDU	=	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MHU	=	Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
NEPO	=	Núcleo de Estudos de População
NESUR	=	Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
PAIH	=	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR	=	Programa de Arrendamento Residencial
PIB	=	Produto Interno Bruto
PNH	=	Política Nacional de Habitação
PROFILURB	=	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR	=	Programa Melhorias de Moradias
RD	=	Razão de Dependência
RMC	=	Região Metropolitana de Campinas
SEAC	=	Secretaria Especial de Ação Comunitária
SEADE	=	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SFH	=	Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	=	Sistema Nacional Habitacional de Interesse Social
UNICAMP	=	Universidade de Campinas
ZEIS	=	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1: EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL: Diagnóstico e políticas no Brasil.....	16
1.1 – Formação do espaço urbano.....	16
1.2 – Política habitacional – Uma revisão bibliográfica.....	18
1.3 – O Déficit habitacional brasileiro.....	31
1.4. – Dados sobre o déficit habitacional.....	32
1.5 - Diagnóstico da problemática habitacional.....	35
1.6 – Favelas.....	38
Capítulo 2: HISTÓRICO HABITACIONAL EM SUMARÉ (Diagnóstico e Política).....	42
2.1 – Região Metropolitana de Campinas.....	43
2.2 – Histórico e Características do Município de Sumaré.....	51
2.3 – Política Habitacional em Sumaré.....	72
2.4 – Diagnóstico habitacional em Sumaré.....	81
2.5 – Favelas em Sumaré.....	82
Capítulo 3: ESTUDO DE CASO: FAVELA SÃO DOMINGOS.....	89
3.1 – Relatório das entrevistas com os moradores.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXO: Panfleto entregue pelo movimento popular na I Conferência Municipal de Habitação de Sumaré.....	112

# INTRODUÇÃO

A pesquisa que resulta nesta dissertação surgiu da reflexão sobre o processo de formação dos espaços urbanos, das intervenções das políticas públicas e dos problemas habitacionais de Sumaré, compreendendo que o município interage diretamente com as políticas habitacionais nacionais.

O objetivo principal é o estudo de problemáticas habitacionais do município de Sumaré, partindo da história da construção de seu espaço urbano, assim como da origem das políticas públicas de habitação, aproximadamente a partir da década de 1960 ao ano de 2008, sendo analisado particularmente o caso das moradias irregulares e favelas, que foram ocupadas pela população que não teve acesso a moradia pelo mercado imobiliário formal e nem por programas habitacionais para baixa renda.

A pesquisa procura analisar o Bairro São Domingos, situado na região central de Sumaré e no entorno do Ribeirão Quilombo, uma área de ocupação consolidada, com famílias moradoras que recebem interferências do poder público municipal, por ser uma área de risco, sujeita a enchentes e considerada pela imprensa uma região violenta. Desde 1999, através do Projeto Ribeirinha iniciou-se a proposta de remoção de famílias da região. Entre 2001 e 2003, foram removidas trinta e quatro famílias do local para o loteamento Jardim das Orquídeas. A partir de 2006, a proposta de remoção foi retomada, através de projeto de mutirão realizado pela prefeitura, em convênio com a Companhia Habitacional Popular (COHAB). Estão sendo construídas mais cinquenta e quatro casas.

Para a pesquisa, foram utilizadas diferentes fontes bibliográficas, artigos eletrônicos, estatísticas demográficas, além de documentos escritos sobre o município pesquisados na Prefeitura de Sumaré e no Pró-memorial da cidade bem como entrevistas com os moradores do jardim São Domingos.

As referências bibliográficas foram de fundamental importância para construção teórica sobre o tema central. O objetivo consiste em compreender o

processo de crescimento de favelas e loteamentos irregulares, fazendo análise das políticas habitacionais instituídas no Brasil e em Sumaré, os problemas vinculados a projetos de habitação para a população de baixa renda, assim como as dificuldades de preservação em áreas urbanas de mananciais, por serem áreas sem valor no imobiliário formal.

Entendendo que para refletir sobre um espaço urbano socialmente construído é de fundamental importância conhecer seus moradores, foram realizadas entrevistas com o objetivo de ouvir diretamente da população informações sobre a realidade local. Para as entrevistas, foi escolhido o Bairro São Domingos, pois é uma ocupação consolidada em Sumaré e nela foram realizadas intervenções municipais em parceria com a COHAB, inclusive de remoção de parte dos moradores. Para obter informações sobre ações da administração municipal na área habitacional, foram efetuadas entrevistas com assessoras da Prefeitura Municipal de Sumaré da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Estratégica e do Departamento de Habitação, estas de fundamental importância para compreender a política habitacional do município, pois os departamentos possuem poucos documentos organizados para consulta referentes ao tema pesquisado.

O primeiro capítulo da dissertação procura analisar o processo de formação do espaço urbano no Brasil, compreendendo que o espaço é formado por fatores sócio-econômicos e entendendo que estes se articularam e ordenaram a forma de uso e ocupação do solo. A proposta do capítulo também é analisar os dados de déficit nacional e as políticas habitacionais desenvolvidas pelos governos em nível federal para atender a população de baixa renda, principalmente com rendimento de até três salários mínimos.

O segundo capítulo estuda a região de Campinas e o município de Sumaré. O objetivo principal é analisar a cidade de Sumaré em sua relação com a RMC. O município apresentou um crescimento urbano explosivo entre as décadas de 1960 a 1980, e este reflete-se nas relações humanas, sociais, políticas, ambientais e econômicas. É através da compreensão do processo histórico de sua formação que encontramos elementos para entender as políticas

habitacionais, nas quais destacam-se as evoluções, carências e as características no plano diretor e legislação urbanística do município.

No terceiro capítulo, são apresentados os resultados do estudo sobre a favela São Domingos no município de Sumaré e informações das entrevistas com a população do Bairro São Domingos. O objetivo é contribuir para a análise das necessidades da população residente em uma região com vulnerabilidade muito alta, classificada como grupo 6 no indicador social da SEADE<sup>1</sup>, em 2007.

Os problemas urbanos não são apenas municipais, mas relacionam-se com as políticas nacionais, apresentando semelhanças com fenômenos como espoliação do trabalhador de baixa renda, carências básicas de emprego, moradia e investimentos sociais que garantam qualidade de vida para todos. Em decorrências de escolhas políticas, problemas habitacionais não receberam as intervenções necessárias para evitar o processo de crescimentos de favelas e da degradação de mananciais, como o Ribeirão Quilombo em Sumaré. A conjunção de problemas sócio-ambientais gera desequilíbrio urbano e exige soluções integradas dos poderes municipal, estadual e federal.

---

<sup>1</sup> **Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta:** Dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza. Disponível: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs>, acesso em 06 de fevereiro de 2007.



# **CAPÍTULO 1:**

## **EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL: Diagnóstico e políticas no Brasil**

### **1.1 – Formação do espaço urbano**

O objetivo principal deste primeiro capítulo é refletir sobre as políticas públicas de habitação no Brasil, questionando a eficácia dos programas habitacionais voltados à população de renda de até três salários mínimos.

O processo de crescimento dos espaços urbanos ocorreu de forma intensa a partir de meados do século XX no Brasil. Neste período, as cidades foram sendo construídas através de relações sociais, econômicas e políticas, acumulando riquezas que não foram distribuídas, gerando espaços urbanos bem equipados e outros sem infra-estrutura básica, ou seja, espaços de cidadãos e espaços de pessoas excluídas do direito de participar da cidade formal.

Para entender os impactos que têm provocado a dilapidação do meio urbano e da qualidade de vida da população, principalmente a de baixa renda, torna-se necessário compreender o processo de construção do crescimento urbano, a industrialização e as políticas públicas que ordenaram este espaço.

A industrialização consolidou-se na Inglaterra no século XVIII, e, no Brasil, a intensificação das indústrias surge nas últimas décadas do século XIX, período chamado por muitos autores de primeiro surto industrial (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Este processo de mudança transformou os centros urbanos no espaço da produção industrial, iniciando-se grande crescimento demográfico das cidades, que receberam mão-de-obra imigrante da Europa e migrante de regiões rurais para trabalhar nestas indústrias. Neste modelo de urbanização, consolida-se a degradação sócio-ambiental, valoriza-se o avanço tecnológico voltado para o acúmulo de riqueza da elite econômica, em detrimento da qualidade de vida da maioria dos trabalhadores, gerando uma grande quantidade de cidadãos excluídos de direitos essenciais, como emprego, moradia,

alimentação, dentre outros. Outra consequência do crescimento econômico é o aumento exponencial da exploração dos recursos naturais.

Nos países do capitalismo periférico, a situação é bem diversa. As cidades, sobretudo as grandes aglomerações, concentram a pobreza e a degradação ambiental, trazendo um sem número de disfunções. (BUENO, 2004, p. 14)

No Brasil, durante o século XX, as cidades passaram por processos de construção e reconstrução do seu espaço geográfico. Combinando fatores econômicos, políticos e culturais, os espaços urbanos foram sendo consolidados, para atender à população que se tornou predominantemente urbana neste período.

Os modelos urbanos implantados na sociedade estão interligados com o sistema estrutural — econômico e político, dominados pela elite e resultando em um crescimento desigual, gerando a concentração de desempregados como reserva de mão-de-obra. No espaço urbano, criam-se novos sistemas de valores, atitudes e comportamento, que passam a incorporar a ideologia do crescimento através do domínio da burguesia e do Estado que, através de suas leis e intervenções, legitima o poder desta elite econômica (CASTELLS, 1993). De acordo com estas considerações na formação das cidades, podemos observar que características da construção do espaço urbano no Brasil não diferem totalmente de modelos urbanos adotados em outros países. Exceto que nos países do primeiro mundo, a classe trabalhadora conquistou um estado de bem estar social que proporcionou estruturação dos espaços urbanos, o que não ocorreu no Brasil.

No Brasil, o espaço urbano também é construído através da luta de classes e da segregação espacial. As camadas de alta renda ocupam as áreas mais viáveis economicamente, definindo-as como centralidades. Neste espaço, edificam-se as infra-estruturas necessárias, principalmente financiadas pelo poder público, como redes de água e esgoto, estruturas viárias e outras. Quanto à camada de baixa renda, esta constrói sua moradia em espaços que não são interessantes para a elite, longe dos centros e sub-equipada de infra-estrutura, considerados subúrbios ou periferia (VILLAÇA, 1998).

Os centros urbanos, devido a este grande processo de segregação gerado pela concentração de riquezas, privatização da terra, da ação dos poderes políticos e legislação urbanística, concentram uma grande parcela da população que não pode pagar pela moradia, em ocupações ilegais, sem estrutura adequada de saneamento, salubridade e segurança.

As favelas são construídas em grande parte em áreas de proteção ambiental, incluindo área de mananciais (MARICATO, 1997). Amplia-se o conflito entre dois grandes problemas urbanos: o social e o ambiental.

Pensar a cidade é pensar em um espaço de convivência da diversidade, em que as relações sociais ocorrem em vários grupos sociais, étnicos e religiosos formando uma identidade coletiva. Neste conviver urbano, a casa representa o espaço individual dentro do espaço público da cidade. Mas, para o morador da cidade, conquistar a moradia não é apenas adquirir privacidade, é também conquistar o direito de pertencer à cidade.

Para Daniele Vitale (2005, p. 75). “a arquitetura possui um caráter dúplice: de um lado, é um corpo construído e mundo de coisas; de outro lado, é um mundo mental, corpo histórico de sistemas de representação e de escritura”. Entendendo o crescimento urbano através desta teoria, mesmo que no Brasil sejam adotados modelos elitistas de arquitetura e legislação, a sociedade continuará lutando e recriando a cidade, porque não é apenas com fatores econômicos e políticos que se constroem cidades, mas também através de valores sociais e culturais. A diversidade cultural e econômica também será representada na arquitetura da cidade, porque o urbano se constitui em uma representação coletiva do todo e neste também se edificam as favelas, que, embora sejam vistas como provisórias e indesejáveis por parte da população, são espaços sociais consolidados.

## **1.2 – Política habitacional - Uma revisão bibliográfica**

A habitação no Brasil, desde o período colonial, apresentou inúmeros problemas, como déficit ou inadequação. O poder público nunca desenvolveu programas habitacionais que conseguissem atingir a erradicação deste problema.

A política governamental fez com que o mercado imobiliário, voltado principalmente para a classe economicamente dominante, formatasse o espaço urbano para satisfazer seus interesses particulares, restringindo o acesso à terra desde a Lei de Terras de 1850 e, conseqüentemente, o acesso à moradia para a população de baixa renda.

No início do século XX, começa-se a redesenhar os centros das grandes cidades do Brasil, como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1900, a Lei 498, em São Paulo, apresenta a possibilidade de isenção de impostos para construção de Vilas Operárias fora dos centros urbanos. As casas unifamiliares eram consideradas ideais para o modelo de salubridade e padrões morais. Porém, como as moradias eram produzidas com investimentos particulares, sem a regulação do Estado, edificavam-se segundo variados tipos, como: cortiços, estalagens, cabeça-de-porco, hotéis-cortiços, casas de cômodos, bem como outros. (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Estas moradias eram construídas para atender os trabalhadores urbanos, que na maioria das vezes, recebiam salários muito baixos para pagar por estruturas básicas e permanecer na cidade prestando serviços. Essas produções de habitação acabavam beneficiando os empregadores que não se interessavam por ampliar os salários mas precisavam de soluções para a reprodução da força de trabalho, porque, com os salários pagos, não era possível pagar por uma moradia adequada.

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a industrialização começa a se afirmar no Brasil, e as cidades são redesenhadas como modelo urbano-industrial, surgindo a necessidade de investimentos na área habitacional para atender à demanda de moradia para a população que buscava nos centros urbanos alternativa de emprego e melhor qualidade de vida.

Com a aprovação da Lei do Inquilinato, em 1942, o governo implantou uma política estatal intervencionista no mercado imobiliário, passando a regular os preços dos aluguéis, antes geridos livremente pelos proprietários. Os proprietários, obrigados a manter os valores dos aluguéis congelados em período de grande inflação, foram gradativamente diminuindo a oferta de moradia para locação, geralmente optando por novos empreendimentos econômicos (BONDUKI, 2004). A população passou a buscar novos espaços para a moradia,

adotando o modelo habitacional da casa própria, loteamento periférico e autoconstrução. Este modelo representou ampliação dos custos da urbanização com infra-estrutura e o aumento de tarifas do transporte público devido à distância dos centros urbanos.

Para atender às exigências da legislação que regulava a construção, loteamento e infra-estrutura, era necessário investir recursos altos de capital, sendo impossível para o trabalhador pagar para os valores da legalidade. As normas determinaram a valorização do solo nas regiões centrais definindo os lugares que deveriam ser ocupados pela elite. Para a população de baixa renda, as periferias passaram a ser a opção mais viável, porque nelas eram possíveis as transgressões e/ou a flexibilização das leis para atender à disponibilidade de investimento do trabalhador.

A privatização da terra e a legislação urbanística contribuíram para a segregação, pois os trabalhadores não tinham recursos para pagar nenhum dos dois fatores: terras e adequação à legislação, iniciando o processo de autoconstrução de moradias populares nos subúrbios e favelas.

Nos bairros populares a infra-estrutura básica poderia tardar anos, ou décadas. (...) e mesmo com a possibilidade de conectar-se à rede de água encanada, muitos moradores não o faziam, preferindo utilizar-se de poços, em função dos altos custos do serviço. (ROLNIK, 1999, p. 130).

A falta de mercado de trabalho no meio rural acabou ampliando o problema de moradia na cidade. A migração e o êxodo rural intensificaram-se nas décadas de 1930 e 1940. As casas de aluguel foram subalugadas e compartilhadas para atender às famílias e baratear o custo do aluguel (BLAY, 1978). O aumento desta população na cidade, decorrente do crescimento da oferta de trabalho, não foi acompanhado pela produção imobiliária. As favelas e os loteamentos precários passam a representar oportunidade de moradia para a população de baixa renda.

Durante o governo Vargas, a problemática das moradias é ressaltada nos discursos do modelo desenvolvimentista, clientelista e populista, aspectos

que ganharam destaque na Constituição<sup>2</sup>. O bem estar da família relacionava-se à aquisição da casa própria, considerada símbolo do crescimento econômico e conquista do trabalhador.

O modelo de habitação popular adotado no período, “o auto-emprego da casa própria na periferia pelos trabalhadores, a produção pelo Estado de habitação social e a busca de racionalização e economia na produção da moradia” (BONDUKI, 2000, p. 73), significava eliminar definitivamente as precárias habitações populares do centro e segregar na periferia a população de baixa renda.

No governo Vargas, a questão habitacional é regulamentada e integrada ao setor previdenciário, representados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Os IAPs representavam diferentes categorias profissionais e tinham por prioridade atender aposentadorias, pensões e assistência médica.

A política habitacional dos IAPs era organizada por categorias profissionais, e representava a liberdade em optar por subsidiar o pagamento de aluguéis ou financiar a casa própria, sendo a segunda opção a mais usual. Nos dois planos, os aluguéis ou prestações dos financiamentos, os preços estavam congelados pelo próprio Estado. Os recursos investidos não retornavam, pois a inflação deixava as prestações perderem o valor real.

O governo mantinha postura populista, com financiamentos alvos de apadrinhamento ocorrendo normalmente para categorias profissionais com maior renda. Como a política habitacional não se estruturava segundo critérios estabelecidos, adquiria o financiamento quem tinha maior informação e influência política.

Para Bonduki, 2000, Vargas iniciou no Brasil o debate sobre habitação social, porém não implantou uma política habitacional.

A Fundação da Casa Popular (FCP), implantada no governo Dutra em 1946, tinha o propósito de ajudar os brasileiros ou estrangeiros residentes há mais de dez anos no Brasil com filhos brasileiros a adquirir ou construir a casa

---

<sup>2</sup> “A Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo, dava atenção toda especial à família, determinando, no artigo 124, que ela estaria “sob proteção do Estado” (BONDUKI, 2000, p. 84).

própria. O financiamento favorecia a indústria na construção de residências aos seus operários. Mesmo tendo como objetivo principal solucionar o problema de déficit de moradias, poucas unidades foram construídas, em decorrência da escassez de recursos vindos da Previdência. A fundação parou suas atividades em 1960, e, em 1964, suas atribuições foram transferidas para Banco Nacional da Habitação (BNH).

O BNH e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados em 1964, passam a gerir a política pública no campo da habitação popular. A casa própria passa a ser produzida para venda, são criadas cooperativas habitacionais que somam recursos da população e governamental para construir grandes conjuntos habitacionais. Em 1967, o BNH passa a administrar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O BNH utilizou-se de avaliações dos programas habitacionais dos IAPs e da FCP para elaborar seu plano de ação. Duas mudanças foram realizadas: a utilização do FGTS, como principal fonte de recursos, e a criação de uma moeda forte<sup>3</sup>, para correção monetária nas prestações.

A arquitetura urbanística dos programas habitacionais do BNH, perdeu qualidade quando comparada às construções dos conjuntos produzidos no período dos IAPs (AZEVEDO, 1996). O BNH procurou reduzir os custos por unidades habitacionais produzidas, diminuindo a qualidade e tamanho das casas, utilizando terrenos mais baratos e distantes dos centros urbanos, sem infraestrutura e carentes de vários serviços públicos como escolas, transporte, postos de saúde, entre outros.

A construção dos conjuntos habitacionais foi prioridade do BNH. O Estado não fazia intervenção em loteamentos ilegais e favelas, sendo a atitude governamental geralmente repressiva para estas alternativas espontâneas de moradias. Surgiram na década de 1970 programas diferenciados para atender estas populações: Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) e o Programa Melhorias de Moradias (PROMORAR), destinado a melhorar as habitações e infra-estrutura para acabar com sub-habitações. Estes

---

<sup>3</sup> A UPC – Unidade Padrão de Capital, reajustada periodicamente em função das taxas inflacionárias.

programas representaram políticas públicas de intervenções em favelas e construção de moradias para a baixa renda, porém a quantidade de unidades<sup>4</sup> produzidas foi pouco significativa perante a necessidade de investimentos para habitação direcionada à renda de até três salários mínimos.

O BNH não conseguiu acabar com a crise do sistema habitacional, pois não atendia a população de mais baixa renda e tinha uma política homogênea para todo o país. Vendeu a utopia da casa própria desviando a atenção do trabalhador sobre o verdadeiro motivo da crise habitacional, a concentração de renda. Suas políticas habitacionais contribuíram para o aumento da especulação imobiliária nos loteamentos intermediários entre o centro e a periferia, porque foram implantados serviços de infra-estrutura, como asfalto, rede de água e energia para atender estes bairros mais distantes, ampliando o valor destas terras localizadas mais próximas do centro beneficiadas com investimentos públicos.

Em período de autoritarismo governamental, com a implantação do regime militar desde 1964, a anulação da participação política da população foi implantada através de Atos Institucionais e violência. Em meio à repressão, parte da população perdeu o direito de votar. A censura e repressão proibiam participação em manifestações públicas, colaborando para a população continuar distante da elaboração de um modelo social mais justo. Neste processo, a pobreza política evidenciava-se na pobreza material da população de baixa renda e a riqueza gerada nesse processo de crescimento econômico ficou concentrada nas mãos de poucos.

Em 1973, foi criado o projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA). O CURA era destinado, originalmente, à complementação de infra-estrutura em áreas de “vazios urbanos”. Posteriormente, atuou de forma estratégica, reordenando estruturas urbanas. Durante 12 anos, 136 municípios foram atendidos pelo CURA. Este programa propunha reordenar o uso do espaço urbano, melhorar as condições de serviços de infra-estrutura e diminuir a especulação imobiliária. Os municípios atendidos deveriam formular projetos para executar com financiamentos do FGTS, e outras linhas de crédito.

---

<sup>4</sup> Segundo Bueno (2000, p. 31) o Perfilurb produziu 70 mil unidades e o Promorar 206 mil unidades.



Em 1982, é criado o programa João de Barro, direcionado para atender a população com renda de até três salários mínimos, tendo como objetivo financiar o terreno e material de construção, além de dar assessoria técnica na construção dos mutirões. Sem resultados significativos e com apenas sete mil unidades produzidas, o projeto foi extinto.

Durante os vinte e dois anos de existência do BNH (1964/1986) foram financiadas cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais. Entretanto, apesar do número expressivo, o desempenho da política foi socialmente perverso, pois, do total de unidades, somente 1,5 milhão (33,3%) foi destinado aos setores populares, sendo que os atingidos pelos programas alternativos (entre um e três salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, ou seja, 5,9% das moradias financiadas. (AZEVEDO, 1996, p.89)

O BNH foi extinto em 1986, as suas funções foram atribuídas à Caixa Econômica Federal, e a área de habitação, integrada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), reestruturado em 1987 como Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU). Em 1988, foi novamente reestruturado em decorrência de crise fiscal do Estado e passou a ser denominado Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES).

O FGTS era o principal recurso disponibilizado para os programas habitacionais, através da carta de crédito, para compra de imóveis construídos particularmente ou pelas COHABs. Os programas e recursos geridos pela Caixa Econômica Federal exigem retorno para o banco do capital aplicado. A CEF, mesmo sendo estatal e agência social, é um banco comercial, portanto o modelo de financiamento adotado atende ao trabalhador com renda comprovada e suficiente para pagar as prestações. Com grande números de inadimplência, a Caixa Econômica Federal passou a priorizar o crédito a iniciativas privadas, diminuindo a atuação das COHABs e elevando a exigência de renda da população atendida.

As verbas também foram limitadas às Companhias Habitacionais em decorrência das normas criadas pelo Conselho Monetário Nacional, que restringia

o crédito sob o argumento de controlar a dívida dos estados e municípios. Os deslocamentos dos financiamentos para a iniciativa privada provocaram:

- a) a paulatina diminuição de poder por parte das companhias habitacionais;
- b) a elevação das exigências de renda da clientela dos programas tradicionais, que passaram a voltar-se fundamentalmente para famílias com rendimentos mensais acima de cinco salários mínimos;
- c) a desaceleração dos programas alternativos. (CARDOSO, 2007, p. 17)

Com a diminuição de programas para a população de baixa renda, os programas alternativos passaram a ganhar importância na construção de habitação popular, em especial o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), com atuação entre 1987/1988. Os recursos utilizados pelo programa SEAC eram a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU), visando beneficiar famílias com renda até três salários.

Apesar de não atingir as metas propostas de unidades habitacionais, por ter verba subsidiada e período de alto índice de inflação, a SEAC superou em 1988 as construções das COHABs. Em dois anos financiou 550.000 unidades em convênio com prefeituras e governos estaduais, enquanto neste mesmo período as COHABs produziram 150.000 unidades “Foi a primeira vez na trajetória da política popular brasileira que um programa alternativo apresentou melhor desempenho quantitativo que os convencionais”. (AZEVEDO, 1996. p. 83)

A Constituição Federal de 1988 apresentou eixos inovadores na luta pela reforma urbana, como: A função social da propriedade e utilização compulsória, gestão participativa, regularização fundiária e desvinculação entre o direito de propriedade e direito de construir.

A função social da propriedade tem objetivo de garantir acesso à terra ordenando o espaço urbano e rural, como também a promoção do bem estar da comunidade. Na Constituição, é prevista a construção participativa do Plano Diretor para municípios que tenham acima de 20.000 habitantes. No artigo 182, § 4º, a Constituição Federal de 1988 prevê instrumentos que precisam ser aprovados pelo Plano Diretor para garantir a função social da propriedade:

§ 4.º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

No Plano Diretor, também devem estar definidos critérios para utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade como a *outorga onerosa do direito de construir* (possibilidade de edificação além do coeficiente de aproveitamento, legalmente fixado para o local); o direito a *preempção* (oferecer primeiro ao poder público um imóvel que será vendido), a *transferência do direito de construir*, e a definição das *zonas especiais de interesse social*.

Na Constituição, são garantidos instrumentos auto-aplicáveis como usucapião especial urbano, concessão de uso especial para fins de moradia e direito de superfície. O usucapião é garantido através do Artigo 183 da Constituição Federal:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Com este artigo, o proprietário do imóvel urbano terá a obrigação de fazer uso da propriedade, podendo perder o imóvel, se for utilizado por outra pessoa ou família, por mais de cinco anos. Nestes casos, o direito de propriedade será substituído pelo direito à função social da propriedade.

A política habitacional do governo Fernando Collor de Melo teve pouca importância no atendimento das necessidades da população. Foi criado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), e a maior parte das metas não foi atingida. Os financiamentos eram feitos diretamente com as construtoras nos municípios. Os investimentos imobiliários priorizaram as camadas sociais com melhor renda.

Ao assumir o governo, o presidente Itamar Franco criou dois programas habitacionais: o Habitar Brasil e o Morar Município, tendo como alvo famílias de baixa renda e moradias em áreas de risco. Com falta de recursos os objetivos não foram amplamente concretizados.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, os recursos na política habitacional foram principalmente o FGTS e as cartas de crédito, investimentos que retornam com juros e beneficiam rendas superiores a cinco salários mínimos. Com o crédito financiado havia a possibilidade de adquirir o material de construção ou a compra de imóvel. Programas voltados para baixa renda com recursos subsidiados não foram desenvolvidos no governo. A Tabela 1, pesquisada em Bueno (2000, P.34), contribui para a leitura dos investimentos federais do governo FHC no seu primeiro mandato.

**Tabela 01:** Programas e recursos orçamentários para a habitação no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

Programas	Orçamento/Aplicação									
	1995		1996		1997		1998		Total	
	Orç.	Apl.	Orç.	Apl.	Orç.	Apl.	Orç.	Apl.	Orç.	Apl.
Recursos Orçamentários	116.111	116.111	210.119	196.255	296.119	301.687	309.039	0	931.621	614.053
Habitar Brasil	116.111	116.111	210.119	196.255	290.294	298.240	279.000	0	895.757	610.606
Protech	0	0	0	0	5.825	3.447	4.151	0	9.976	3447
Habitar/BID	0	0	0	0	0	0	22.250	0	22.250	0
Modern Set. Habit.	0	0	0	0	0	0	1.160	0	1.160	0
Recursos do FGTS	1.508.055	442.353	2.979.652	2.029.195	3.507.81	1.796.632	1.740.000	219.036	9.735.523	4.487.215
Pro-Moradia	643.581	60.788	723.091	292.776	650.252	88.500	321.900	0	2.338.824	442.064
Carta de Crédito	717.218	306.085	1.665.446	1.665.446	2.720.803	1.680.722	1.144.050	219.036	6.458.157	2.871.289
Apoio à Produção	0	0	0	0	136.761	27.301	274.050	0	614.291	27.301
Resolução 166	57.256	0	55.526	55.526	0	0	0	0	210.363	55.526
Unidades remanescentes	90.000	75.480	1.527	1.527	0	108	0	0	90.000	77.115
Resolução 211	0	0	13.920	13.920	0	0	0	0	23.888	13.920
<b>Total geral</b>	<b>1.624.166</b>	<b>558.464</b>	<b>2.225.450</b>	<b>2.225.450</b>	<b>3.803.935</b>	<b>2.098.319</b>	<b>2.049.039</b>	<b>219.036</b>	<b>10.667.14</b>	<b>5.101.268</b>

Fonte: Silva, 1999. Retirado de MPO/Secretaria de Política Urbana. Relatório Gerencial de acompanhamento e Avaliação dos Programas, Brasília, 1998.

O movimento de luta pela moradia conquistou na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade em 2001 políticas de valorização da questão urbana. Em 2003, mais uma vitória do movimento foi a implantação do Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades.

O Conselho das Cidades têm a função de elaborar programas integrados de Habitação, Planejamento Territorial Urbano, Saneamento

Ambiental, e Transporte e Mobilidade Urbana, servindo principalmente como suporte à elaboração da Política Nacional de Habitação (PNH), objetivando o planejamento de programas de habitação de interesse nacional, como o Fundo Nacional de Habitação e de Interesse Social (FNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). A Lei Federal 11.124/2005, que implantou o SNHIS, representa uma conquista de iniciativa popular, iniciada 13 anos anteriormente à aprovação da Lei. A nova proposta de política nacional de habitação pretende:

- a) buscar segurança jurídica e ampliar recursos financeiros para o mercado privado de moradias para a classe média. Dessa forma, espera-se que a classe média não dispute recursos federais com as faixas de baixa renda, como aconteceu nos governos anteriores.
- b) Ampliar os recursos e dar prioridade de investimentos que estão sob gestão federal e nacional para as faixas de rendas mais baixas ( 92% de déficit habitacional está situado abaixo de cinco salários mínimos). Dessa forma, espera-se conter o crescimento das favelas e das ocupações urbanas ilegais. (CARDOSO, 2007, p. 33)

A política habitacional elaborada tinha como princípio central a inclusão social. As propostas ampliam o debate para diretrizes políticas como o Estatuto da Cidade e Planos Diretores, entendendo o problema habitacional, como produto das normas fundiárias e financeiras, que favorecem a especulação imobiliária e contribuem para o não acesso da população de baixa renda à moradia adequada, com investimentos urbanos, como saneamento, escola, transporte, saúde e lazer.

Através de mobilização social, foi realizada Emenda Constitucional nos artigos 181 e 182 (com necessidade de regulamentação através dos Planos diretores), inserindo as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com a possibilidade de criação de legislação urbana diferenciada para habitações sociais. O estabelecimento de uma ZEIS poderá ocorrer em áreas já ocupadas ou em áreas que podem ser utilizadas. Com legislação especial nestas áreas, poderá facilitar regularização fundiária, a aplicação do Estatuto da Cidade, possibilitar investimentos de infra-estrutura e em habitações para famílias de baixa renda, conter especulação reservando áreas para interesse social, possibilidade de juros subsidiados, redução de impostos entre outros benefícios. Apesar das vantagens é preciso que, ao se estabelecerem as ZEIS, haja compromisso dos municípios, para evitar que o benefício transforme áreas de interesse social em áreas de

segregação sócio-espacial, com pouco investimento em infra-estrutura, serviços públicos e mobilidade.

Quanto aos recursos a serem utilizados para a construção das habitações as principais metas são: a articulação dos recursos (dos fundos), planos, programas e ações, com a cooperação dos governos federais, estaduais e municipais. Ampliando a utilização do FGTS para o financiamento habitacional, à população de baixa renda, aumentar os recursos não onerosos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e fundos habitacionais para subsidiar para a habitação de interesse social e estimular a poupança voltada para a habitação para a classe média.

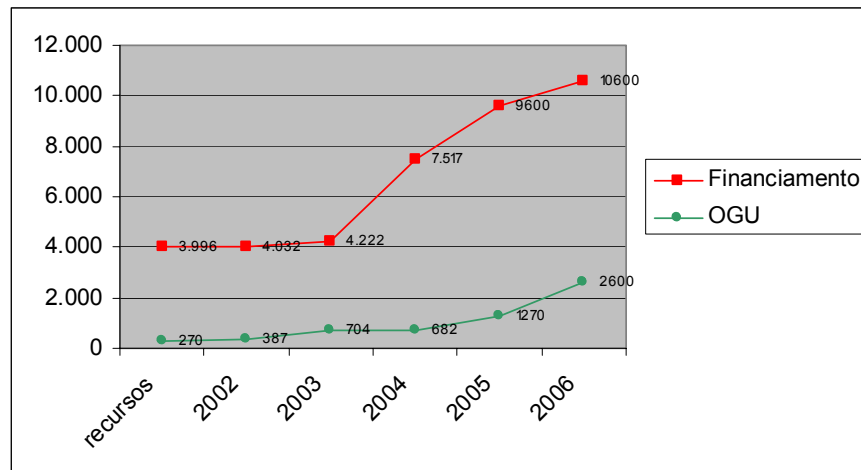
O acesso à moradia pode ocorrer com: compra de imóveis novos ou usados, financiamento direto ao beneficiário final, setor público ou setor privado, arrendamento residencial, locação social pública ou privada, reabilitação em áreas urbanas e reurbanização para melhorias habitacionais.

Os Programas desenvolvidos atualmente pelo Ministério das Cidades<sup>5</sup> em parceria com estados e municípios utilizam recursos orçamentários, como: 1- O FNHIS, voltado para Habitação de Interesse Social - HIS, Planos Habitacionais de Interesse Social – PLHIS e Urbanização de Assentamentos Precários – UAP; 2 – OGU, Habitar Brasil BID - HBB, Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH. E também verbas para financiamentos: 1-PAR, Programa de Arrendamento Residencial - PAR; 2 – FDS, Programa Crédito Solidário; 3 – FGTS, Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia;

As Figuras 1 e 2 representam os resultados de investimentos do Governo Lula na habitação. A tabela 2 indica os valores do crescimento para financiamento e subsídios na habitação. O orçamento para subsídios (OGU) cresceu de R\$ 270 milhões em 2002 a 2.6 bilhões em 2007. Os recursos para financiamentos aumentaram de 3,9 bilhões em 2002 a 10,6 bilhões em 2006.

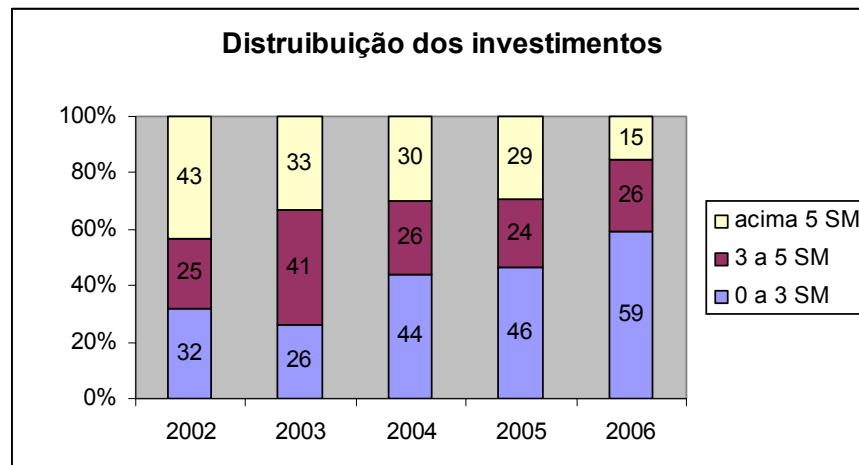
---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>, em 25 de fevereiro de 2008



**Figura 1:** Verbas destinadas para habitação nos períodos de 2002 a 2007.

Fonte: Caixa Econômica Federal



**Figura 2:** Distribuição dos investimentos entre as faixas salariais, entre 2002 e 2006.

Fonte: Caixa Econômica Federal

A Figura 2 destaca o aumento de investimento orçamentário para rendas de 0 a 3 salários mínimos. Mesmo representando aumento real de investimentos, estes ainda são pequenos perante a acumulação de problemas habitacionais e urbanos ao longo da história do Brasil.

A política habitacional compõe uma política social importante na construção de um país socialmente justo. No Brasil, com a implantação do Ministério das Cidades, legislação específica para habitação de interesse social, entre outras ações já citadas, há indicação consistente de que a gestão federal atual está preocupada com os problemas habitacionais, chegando a elaborar inúmeros programas para atender às camadas sociais com menor renda; porém, os resultados têm sido pouco significativos perante a necessidade de investimentos e implantação de projetos.

Os movimentos sociais obtiveram importantes conquistas na legislação e continuam sendo fundamentais para construção de novas mudanças, para garantir leis mais simples e acessíveis para todas as faixas de renda, e também na luta para ampliar os programas e investimentos sociais, garantir subsídios habitacionais, mesmo dentro de uma economia que prioriza o crescimento econômico, com concentração de renda e exclusão social.

### **1.3 – O Déficit habitacional brasileiro**

As políticas habitacionais adotadas pelos governos brasileiros não conseguiram impedir o crescimento do déficit. A falta de moradia é um problema mundial, segundo a ONU e em 2006 mais de um bilhão de pessoas já moravam em favelas. No Brasil, este índice é de 1,7 milhões de moradias na zona rural e 5,5 milhões na zona urbana<sup>6</sup>. Além da falta de unidades, existem os problemas de inadequação, provocados pelas coabitações, problemas de saneamento básico e outros. Os problemas das moradias somam-se à carência de infra-estrutura dos serviços públicos de muitos bairros habitados pela população de baixa renda, principalmente loteamentos irregulares e favelas.

Os métodos para quantificar o déficit habitacional apresentam diferenças de um instituto de pesquisa para outro. Os dados usados nesta pesquisa são os da Fundação João Pinheiro que utiliza na sua metodologia de pesquisa dois conceitos de necessidade habitacional: o déficit habitacional e a inadequação de moradias.

O déficit habitacional significa a necessidade de construção de novas moradias, podendo ser déficit por reposição do estoque (domicílios que apresentam riscos à saúde) ou déficit por incremento de estoque (casas improvisadas ou coabitadas por mais de uma família).

A inadequação de moradias é voltada à melhoria da qualidade da habitação, podendo ser relacionada à regularização, saneamento ou adensamento domiciliar. Foram consideradas inadequadas as moradias com

---

<sup>6</sup> *Déficit Habitacional no Brasil*. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php?Option=ntenttask=section&id=49&menufid=472&menupid=31&menupt=conheçaoministério>>



carências de infra-estrutura que não dispunham de, ao menos, um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo; apresenta adensamento excessivo também a situação de mais de três moradores por dormitório.

A inadequação fundiária ocorre quando não se possui total ou parcialmente a propriedade do terreno da moradia, além de ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio.

## 1.4 – Dados sobre o déficit habitacional

Os dados das tabelas abaixo são referentes aos estoques de moradias hoje e às necessidades básicas de habitação, em especial em relação ao déficit habitacional e à inadequação dos domicílios.

Os estoques de moradias estão representados na Tabela 2 e os déficits habitacionais nas 3, 4 e as inadequações dos domicílios estão representados na tabelas 5 e 6.

**Tabela 02:** Domicílios particulares permanentes ocupados e vagos, 2000

Especificação	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					DOMICÍLIOS VAGOS		
	(1)			RURAL rural de extensão urbana	demais áreas rurais	Total	urbana	rural
	total	urbana	Total					
REGIÃO NORTE	2.808.778	2.041.469	767.309	14.570	752.739	313.431	233.827	79.604
REGIÃO NORDESTE	11.398.082	8.160.931	3.237.151	54.669	3.182.482	1.765.220	1.076.145	689.075
REGIÃO SUDESTE	20.215.428	18.490.476	1.724.952	177.700	1.547.252	2.794.954	2.372.075	422.879
REGIÃO SUL	7.201.185	5.927.741	1.273.444	22.347	1.251.097	735.362	561.386	173.976
REGIÃO CENTRO OESTE	3.153.277	2.749.363	403.914	4.941	398.973	420.789	336.714	84.075
<b>BRASIL</b>	<b>44.776.749</b>	<b>37.369.979</b>	<b>7.406.770</b>	<b>274.228</b>	<b>7.132.542</b>	<b>6.029.756</b>	<b>4.580.147</b>	<b>1.449.609</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000

(1) Totais obtidos através do processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000, podendo haver pequena diferença em relação aos números publicados pelo IBGE.

Os dados sobre estoque de moradias mostram que a quantidade total de domicílios vagos é superior ao déficit de moradias, representam a concentração imobiliária em todas as regiões do Brasil e indicam que há oferta no mercado imobiliário. Na região Sudeste, o número de imóveis vagos é superior ao

número do déficit, localizando-se geralmente em áreas servidas de infra-estrutura e serviços públicos, impulsionando o crescimento das áreas periféricas e gerando a necessidade de implantação de novas estruturas urbanas. Na Tabela 3 também está indicada a presença de imóveis vagos em áreas rurais, principalmente na região Nordeste.

**Tabela 03:** Estimativas revisadas do déficit habitacional nas regiões e no Brasil, 2000

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL			PERCENTUAL DO TOTAL DOS DOMICÍLIOS		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
REGIÃO NORTE	848.696	506.671	342.025	30,2	24,8	44,6
REGIÃO NORDESTE	2.851.197	1.811.553	1.039.644	25,0	22,2	32,1
REGIÃO SUDESTE	2.341.698	2.162.187	179.511	11,6	11,7	10,4
REGIÃO SUL	678.879	565.217	113.662	9,4	9,5	8,9
REGIÃO CENTRO OESTE	502.175	424.223	77.952	15,9	15,4	19,3
<b>BRASIL</b>	<b>7.222.645</b>	<b>5.469.851</b>	<b>1.752.794</b>	<b>16,1</b>	<b>14,6</b>	<b>23,7</b>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000 - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil 2000, 2001

O déficit habitacional ocorre no meio urbano e rural. A diferença entre as regiões do Brasil chama atenção, pois enquanto a região Norte tem 30,2 % de déficit, no Sul este índice é de apenas 9,4%. O índice do déficit é maior no norte, porém, em número o déficit por unidades na região Nordeste e Sudeste são muito superiores. Estas diferenças mostram a heterogeneidade do Brasil e, portanto necessidades de políticas públicas que atendam estas especificidades.

Comparando o índice do déficit com a renda familiar, observamos também uma relação direta entre as renda e déficit: nas regiões com menor renda estão os maiores índices de déficit. Na Tabela 4 sobre a renda média, mostra-se que 82,5% da população recebem até três salários mínimos. Nesta faixa de renda se encontra a maior crise habitacional, uma vez que os salários não conseguem pagar ou financiar uma moradia no mercado imobiliário e o poder público possui poucos projetos habitacionais.

**Tabela 04:** Estimativas revisadas da distribuição do déficit habitacional urbano por faixa de renda familiar, 2000

ESPECIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	Até 3	De 3 a 5	De 5 a 10	mais de 10	Total
REGIÃO NORTE	82,9	9,5	5,6	1,9	100,0
REGIÃO NORDESTE	91,3	5,5	2,3	0,9	100,0
REGIÃO SUDESTE	77,1	11,5	8,2	3,2	100,0
REGIÃO SUL	78,3	11,5	7,4	2,8	100,0
REGIÃO CENTRO OESTE	81,9	9,3	6,1	2,7	100,0
<b>BRASIL</b>	<b>82,5</b>	<b>9,4</b>	<b>5,8</b>	<b>2,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000 - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil 2000, 2001

**Tabela 05:** Domicílios urbanos inadequados, 2000

ESPECIFICAÇÃO	CRITÉRIOS DE INADEQUAÇÃO				
	INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	ADENSAMENTO EXCESSIVO	DOMICÍLIO SEM BANHEIRO	CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA Total (1)	água e esgoto (2)
REGIÃO NORTE	90.617	279.973	682.706	1.351.752	458.607
REGIÃO NORDESTE	604.156	630.865	1.678.636	4.401.530	861.377
REGIÃO SUDESTE	954.944	1.503.304	393.838	2.854.717	415.332
REGIÃO SUL	449.138	244.971	261.978	1.852.689	150.681
REGIÃO CENTRO OESTE	74.213	180.057	198.839	1.531.847	381.067
<b>BRASIL</b>	<b>2.173.068</b>	<b>2.839.170</b>	<b>3.215.997</b>	<b>11.992.535</b>	<b>2.267.064</b>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000. (1) Domicílios urbanos que não possuem um ou mais dos seguintes serviços de infra-estrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. (2) Domicílios urbanos que não dispõem simultaneamente dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ou fossa séptica.

**Tabela 06:** Domicílios urbanos inadequados em aglomerações Subnormais, 2000

ESPECIFICAÇÃO	CRITÉRIOS DE INADEQUAÇÃO			
	INADEQUAÇÃO O FUNDIÁRIA	ADENSAMENTO EXCESSIVO	DOMICÍLIO SEM BANHEIRO	CARÊNCIA DE INFRA- ESTRUTURA
REGIÃO NORTE	19.336	39.228	67.502	116.250
REGIÃO NORDESTE	68.410	45.020	75.781	168.825
REGIÃO SUDESTE	296.873	199.181	42.043	342.125
REGIÃO SUL	46.364	13.835	14.507	37.620
REGIÃO CENTRO OESTE	2.310	2.986	6.656	12.529
<b>BRASIL</b>	<b>433.293</b>	<b>300.250</b>	<b>206.489</b>	<b>677.349</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000

As Tabelas 5 e 6 apontam problemas de habitabilidade dentro e fora de favelas. Evidenciam carência de investimentos e programas para reformas e

ampliações de residências (domicílios rústicos, domicílios sem banheiro); produção de unidades habitacionais (domicílios improvisados, adensamento excessivo); urbanização (infra-estrutura) e regularização (inadequação fundiária). Para atender a demanda são necessários projetos específicos e articulando políticas habitacionais e urbanas com ações conjunta das três esferas do governo.

A falta de oferta de moradias para faixas salariais de até três salários mínimos concentra o déficit habitacional nestas rendas. O problema não é decorrente da oferta de moradias para a venda, mas de concentração fundiária e de renda por uma pequena parcela da população que domina a economia e política, transformando a maioria dos trabalhadores em cidadãos espoliados de bens essenciais como moradia, por exemplo, os moradores da favela de São Domingos em Sumaré, que, com os salários não conseguiram adquirir a moradia no mercado formal, sendo levados a adquirir o imóvel na favela.

## **1.5 – Diagnóstico da problemática habitacional no Brasil**

O Ministério das Cidades, em 2003, realizou diagnóstico (Cadernos Midades. 2006) sobre a questão habitacional no Brasil utilizando dados do Censo Demográfico de 2000, realizados pelo IBGE, e pesquisa de informação municipal de 2001. Os itens abaixo são uma síntese do diagnóstico, utilizado na pesquisa para ser uma referência de análise no espaço urbano construído.

- Em 2000, 88,2% do déficit habitacional urbano do país correspondia a famílias com renda de até cinco salários mínimos.
- Escassa articulação dos programas habitacionais com a política de desenvolvimento urbano, como a política fundiária, a de infra-estrutura urbana e saneamento ambiental.
- A ausência de infra-estrutura urbana e saneamento ambiental é o maior problema e envolve 10,2 milhões de moradias, ou seja, 32,1% do total de domicílios urbanos.
- No Brasil, quase a metade da população (83 milhões de pessoas) não é atendida por sistemas de esgoto; 45 milhões de cidadãos carecem de

serviços de água potável. Nas áreas rurais, mais de 80% das moradias não são servidas por redes gerais de abastecimento de água e quase 60% dos esgotos de todo o país são lançados, sem tratamento, diretamente nos mananciais de água.

- O serviço de coleta de lixo não atende a 16 milhões de brasileiros.
- As necessidades qualitativas se diferenciam entre as regiões do País. No Norte, Nordeste e Centro Oeste, mais de 50% dos domicílios urbanos permanentes têm algum tipo de carência de infra-estrutura urbana e saneamento ambiental, porcentagem que diminui para 15% no Sudeste, o adensamento excessivo e a depreciação são expressivos.
- A questão fundiária causa impacto tanto no processo de expansão de assentamentos precários como na produção habitacional, e se relaciona de forma direta à política de planejamento territorial e gestão do solo urbano.
- As irregularidades fundiárias são diversas e envolvem ocupações de terrenos públicos ou privados, loteamentos que não passaram por processos de aprovação por parte dos órgãos públicos, e também estão presentes em boa parte dos assentamentos no País.
- A ausência de uma política fundiária adequada foi também responsável pela má localização de conjuntos habitacionais populares, pelo aumento especulativo do preço dos terrenos urbanos situados em áreas de expansão.
- O planejamento urbano, a gestão do solo e a regulação urbanística, na maior parte das grandes cidades brasileiras, historicamente estiveram muito mais voltados para o mercado das classes médias e interesses dos médios e grandes empreendedores do que para o mercado de baixa renda, o que contribuiu para o processo de segregação urbana e a exclusão territorial da população de baixa renda.
- Instrumentos urbanos como Planos Diretores Locais, assim como grandes marcos legais (Lei nº 6766/79), não foram capazes de aumentar a oferta de solo urbanizado para os mercados de baixa renda, o que tem contribuído para o crescimento dos assentamentos precários e loteamentos clandestinos.

- A regularização fundiária dos assentamentos, mesmo aqueles que preenchem as condições exigidas pela lei, tem sido morosa, difícil e raramente chega ao registro final dos títulos em cartório e inscrição nos cadastros da cidade.
- Em 2000, haviam 4,6 milhões de domicílios urbanos vagos, dos quais 2 milhões e 250 mil situados em aglomerados metropolitanos.
- No Brasil, nas áreas urbanas, aproximadamente 21 milhões de pessoas moram em imóveis alugados, o que representa 17% do total de domicílios existentes.
- O crescimento de aluguel de cômodos em favelas mais consolidadas e em áreas periféricas é outro fenômeno que tem se intensificado, contribuindo para o adensamento desses assentamentos.
- A fragmentação do espaço urbano, o contínuo crescimento e adensamento da periferia e o aprofundamento da segregação e exclusão sócio-territorial são as principais características do processo de urbanização brasileiro.
- Nas grandes cidades, uma das principais disfunções revela-se no campo da mobilidade urbana.
- A falta de transparência e ausência de controle social na elaboração de planos e na aplicação da legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo tornam essas práticas ainda mais frágeis.
- Outro problema generalizado nas práticas correntes de regulação urbanística é a dissociação entre os processos de planejamento e gestão territoriais.
- As favelas crescem mais do que as habitações regulares, indicando o aumento do déficit.
- Falta de manutenção de conjuntos habitacionais, de regularização e urbanização de bairros consolidados, para melhoramento da qualidade ambiental e habitacional.

Superar a crise habitacional no Brasil não é apenas construir moradias, mas desenvolver políticas públicas para financiar e/ou subsidiar melhoria na qualidade de habitações que apresentam precárias condições de habitabilidade. Quando estas habitações precisam ser substituídas são considerados déficits,

mas quando apenas precisam ser reformadas, ampliadas, construídas obras de infra-estrutura ou regularização fundiária são consideradas moradias inadequadas. A necessidade de resolver a inadequação é tão importante quanto o problema de déficit, compreendendo que o direito à moradia não se constitui apenas no direito à unidade habitacional, mas também à regularização e à urbanidade, oferecendo à população políticas públicas planejadas com participação social e integradas às várias esferas do poder público.

## 1.6 - Favelas

A política habitacional no Brasil para população de baixa renda constitui-se em um dos grandes desafios nacionais. O aumento do déficit habitacional é um processo social de exclusão do direito legal à cidade, para o trabalhador que não consegue, com sua renda, pagar aluguel no mercado formal, comprar ou financiar a casa própria. A insuficiência de programas de subsídios habitacionais para rendimentos de até três salários mínimos, faixa de renda per capita da maioria das famílias no Brasil, contribui para o crescimento das autoconstruções de casas populares em loteamentos irregulares ou favelas<sup>7</sup>, em grande parte em áreas de proteção ambiental e de risco.

As áreas ocupadas e/ou compradas por esta população geralmente são distantes dos centros urbanos e carentes de infra-estrutura e serviços públicos essenciais. O adensamento de áreas com urbanização incompleta contribui para a degradação, provocando erosão, assoreamento e podem causar enchentes. “O processo de parcelamento do solo repassou para os cofres públicos a responsabilidade de implantação de obras que deveriam ser

---

<sup>7</sup> Utilizaremos as definições de Favela e loteamentos irregulares de (BUENO, 2004, p.42) “A favela é denominada também invasão e ocupação, pois o morador não comprou o terreno. Outras tipologias de assentamentos irregulares são: • Favelas em terrenos públicos de uso comum do povo (uso institucional, praças ou vias públicas), com transbordamento para terrenos particulares ou não, com lotes unifamiliares ou casa de frente e fundos e alto e baixos; • Favelas em terrenos públicos dominiais, com transbordamento para terrenos particulares ou não, com lotes unifamiliares ou casas de frente e fundos e alto e baixos; • Favelas em terrenos particulares, com transbordamento para terrenos públicos ou não, com lotes unifamiliares ou casas de frente e fundos e alto e baixos; • Loteamentos precários e irregulares promovidos por particulares (proprietários da gleba, loteadores ou associações de compradores), com lotes desdobrados e moradias autoconstruídas, em grande parte de frente e fundos e altos e baixos; nestes assentamentos, em alguns casos, as áreas destinadas a uso público (praças, escolas, etc) estão ocupadas por favelas precárias”.

executadas antes da comercialização dos lotes” (MORETTI, 2006 p. 02). Outro problema é a falta de mobilidade em decorrências das distâncias e valor do transporte coletivo, tornando os ambientes suburbanos mais segregados, degradados e excludentes. (SOUZA, 2000).

A construção da cidade dispersa ocasiona elevação dos valores das obras e serviços urbanos. Ao poder público cabe a responsabilidade da construção de obras de infra-estrutura como asfalto, rede de água, esgoto e energia. O valor da passagem do transporte coletivo aumenta, pois é cobrado sobre a distância percorrida e a quantidade de pessoas transportada. A população acaba sendo penalizada com taxas e tarifas cobradas de toda a população e, em algumas situações, os custos não podem ser repassados aos moradores, existe a necessidade dos subsídios.

Diante do déficit habitacional, o Estado acaba permitindo a apropriação dos terrenos públicos e privados para edificação de loteamentos irregulares e favelas, principalmente quando o uso ilegal do solo não ocorre em áreas com valor imobiliário; por isto, as áreas de mananciais e reservas são ocupadas freqüentemente e acabam representando áreas de risco por serem frágeis ambientalmente. O Estado acaba não intervindo por não ter política habitacional eficaz para esta faixa de renda e quando a área ocupada não interfere no lucro do mercado imobiliário. Estas áreas também possibilitam a reprodução da força de trabalho de renda baixa, que não pode pagar pela moradia, mas representa parte significativa dos trabalhadores brasileiros.

A conquista da habitação, da forma como se realizou, além de segregada em áreas de pobreza, consolidou um imenso ambiente de ocupações efetuadas à revelia dos parâmetros de habitabilidade, através das favelas, invasões e demais parcelamentos clandestinos (SOUZA, 2000, p. 72).

Para o IBGE, as favelas estão inseridas nas aglomerações subnormais. Nos dados apresentados em 2000, apresentados na Tabela 7, podemos perceber que representavam parte significativa das moradias no Brasil e com maior índice nas áreas urbanas.



**Tabela 07:** Domicílios em Aglomerados Subnormais

Especificação	AGLOMERADOS SUBNORMAIS			%EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS		
	total	urbana	rural de extensão urbana	total	urbana	rural de extensão urbana
REGIÃO NORTE	178.256	178.256	—	6,4	8,7	—
REGIÃO NORDESTE	306.002	296.183	9.819	2,7	3,6	18,0
REGIÃO SUDESTE	1.033.000	1.022.089	10.911	5,1	5,5	6,1
REGIÃO SUL	110.303	109.102	1.201	1,5	1,8	5,4
REGIÃO CENTRO OESTE	16.705	16.705	—	0,5	0,6	—
<b>BRASIL</b>	<b>1.644.266</b>	<b>1.622.335</b>	<b>21.931</b>	<b>3,7</b>	<b>4,3</b>	<b>8,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

As favelas formam verdadeiras cidades no Brasil, precisam de intervenções públicas para melhorar qualidade de vida dos moradores quanto à infra-estrutura e patologias das construções, e, em alguns casos, até mesmo da remoção de famílias de áreas de risco. Porém, toda atuação governamental tem de ocorrer de forma participativa, para que as soluções sejam debatidas e apresentadas pelas comunidades locais, respeitando seu histórico e identidade.

No Brasil, a segregação, pouco investimento público e o preconceito perante os espaços ocupados pela população de baixa renda ocorreram desde o início da industrialização até os dias atuais. “A marginalidade urbana, nos termos da ideologia que vê nos favelados *vagabundos*, *desajustados*, em suma indivíduos não-integrados ao sistema, é um mito como toda ideologia”. (SOUZA, 1996, p. 29).

Na periferia, além de todos os ônus da exclusão social, também encontram-se os que mais sofrem com a violência urbana, sendo vítimas também da exclusão no acesso ao policiamento, o que se pode verificar pelos altos índices de homicídios. A defesa do cidadão acaba sendo prioridade na cidade oficial. As favelas e os loteamentos irregulares também são vítimas da presença e atuação de criminosos e traficantes de drogas, fazendo as famílias ficarem expostas à violência com pouca esperança de proteção e justiça, que deveriam ser oferecidas pelo Estado.

As favelas surgem para os criminosos como pontos de apoio e refúgios ideais: lá eles contam não apenas com a proteção oferecida pelo próprio espaço – uma estrutura espacial labiríntica, com ruelas estreitas e alta densidade de ocupação –, também como o verdadeiro escudo humano. (SOUZA, 1996, p. 39)

O problema da qualidade do espaço urbano para a população de baixa renda não é determinado apenas pela cultura local, mas reproduzido pelo modelo econômico capitalista implantado em diversos países com princípios semelhantes: geração de miséria para o acúmulo de riqueza.

No primeiro capítulo, a pesquisa indicava como objeto de análise e tema central as políticas habitacionais no Brasil, compreendendo seu processo de construção histórica, desde o período de Vargas até os dias atuais. Algumas observações são importantes: o modelo urbano no Brasil está ligado ao crescimento da industrialização e consolidação do capitalismo; as políticas habitacionais nunca foram prioridades de nenhum governo; as verbas destinadas são insuficientes para execução de programas para atender à população de baixa renda; a destinação dos espaços para a população de baixa renda aponta um modelo de segregação espacial e social, pois o “lugar” dos trabalhadores de renda baixa são as periferias distantes, com precária infra-estrutura e serviços públicos, mesmo quando estão em área central ocupam as sobras; a legislação elitista é aplicada, enquanto as leis que definem a função social da terra são ignoradas em detrimento da exploração imobiliária; para grupos espoliados e privados de políticas sociais justas, as ocupações de áreas para construção de moradias em favelas se constituem na opção mais acessível; as áreas são consolidadas, as favelas são geralmente locais protegidos por legislação ambiental, portanto sem valor imobiliário para o mercado; a escolha de política habitacional voltada para rendas altas gera o aumento de favelas e problemas de habitabilidade demonstrados através dos dados do déficit e do diagnóstico habitacional no Brasil.

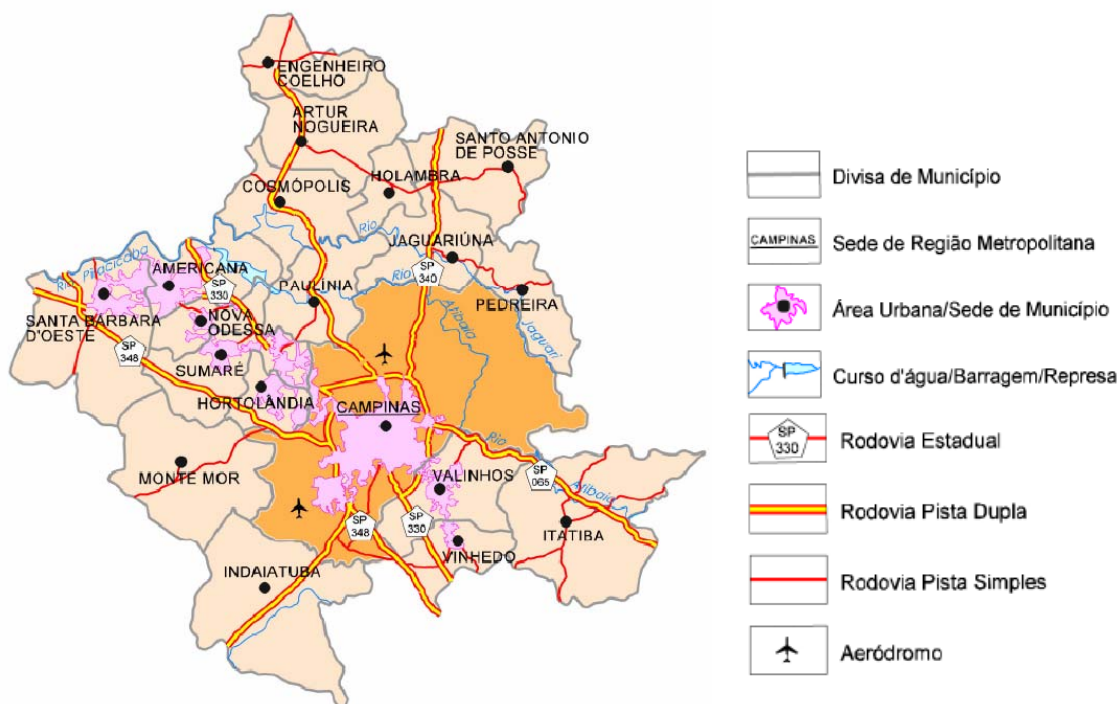
## CAPÍTULO 2:

# HISTÓRICO HABITACIONAL EM SUMARÉ

### (Diagnóstico e Política)

Este capítulo tem a intenção de avaliar as relações sócio-econômicas e políticas do município de Sumaré com o seu entorno na RMC, analisando o modelo excludente de Campinas que expulsou para sua periferia, a sudoeste do município, a população de baixa renda; o processo histórico de Sumaré; a formação de seu espaço urbano e as problemáticas habitacionais enfrentadas pela população.

O município de Sumaré pertence ao Estado de São Paulo e localiza-se no eixo de expansão a sudoeste de Campinas, formando com Hortolândia, Nova Odessa e Monte Mor, o espaço da pressão da expansão da habitação popular. Limita-se a leste com Campinas, a sudeste com Hortolândia, ao sul com Monte Mor, a norte e noroeste com Nova Odessa, a sudoeste com Santa Bárbara D'Oeste e a nordeste com Paulínia.



**Figura 03:** Municípios da RMC e principais rodovias.

Fonte: <http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilIRMCampinas.pdf>, acesso em 30 de maio de 2008

A metropolização é um processo de transformações das cidades isoladas em espaços regionais. As cidades sedes exercem grande influência sobre as cidades menores, que mesmo apresentando características particulares, integram-se de forma dinâmica e complementar. No Brasil, no final da década de 1990<sup>8</sup>, existiam treze metrópoles, uma dessas a RMC, regulamentada em 19 de junho de 2000, com a Lei Complementar 870. Um dos objetivos de sua formação é que as ações políticas fossem discutidas em conjunto pelos municípios. E de forma integrada formulados projetos para áreas sociais, serviços públicos básicos como educação, saúde, saneamento e moradia, além do controle, uso e ocupação do solo e política de transporte.

Sumaré cresceu como periferia de Campinas, recebendo um grande número de migrantes, principalmente de baixa renda, que se deslocaram em busca de menor valor do solo urbano. Atualmente, concentra um dos índices mais altos da RMC de crescimento populacional e renda baixa, dados que serão analisados ao longo do capítulo. O estudo metropolitano tem objetivo de contextualizar a formação sócio-econômica do município, analisando potencialidades e problemas particulares e comuns com as demais cidades da região.

## **2.1 – Região Metropolitana de Campinas**

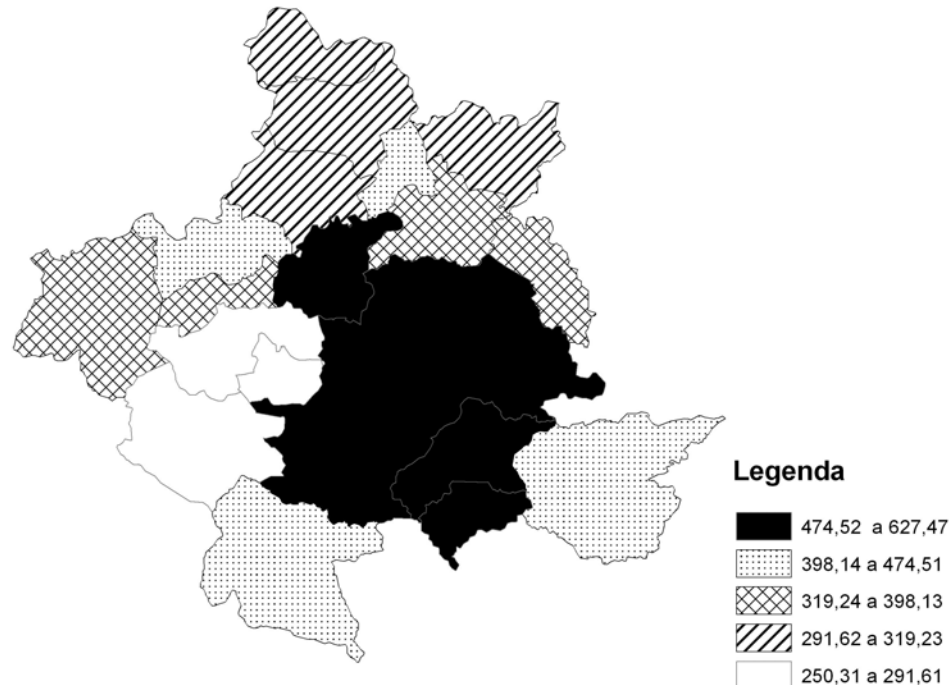
A Região Metropolitana de Campinas integra dezenove municípios<sup>9</sup> Os municípios da RMC apesar de estarem em uma região de grande crescimento econômico apresentam diferentes realidades urbanas, que são observadas na qualidade de serviços públicos prestados, em infra-estrutura e renda per capita. O aumento da mancha urbana de Campinas para Sumaré e Hortolândia ocorreu com precariedade de urbanização e menor valor imobiliário dos loteamentos, apresentado expressivas taxas de crescimento populacional. Em especial, os municípios eixo de expansão sudoestes de Campinas, possuem problemas comuns, como crescimento da violência, déficit habitacional, baixa escolaridade,

---

<sup>8</sup> Segundo levantamento realizado por IPEA/NESUR/IBGE, 1999

<sup>9</sup> Os municípios que compõem a RMC são Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

degradação ambiental, entre outros. Na figura 4, os municípios de Sumaré, Hortolândia e Monte Mor apresentavam o menor índice de renda per capita, em 2000, indicando o eixo mais vulnerável da RMC.



**Figura 4:** Renda per capita, 2000 nos municípios da RMC

**Fonte:** <http://www.hortolandia.sp.gov.br/planodiretor/diagnostico/images/image008.jpg>, em 30 de maio de 2008

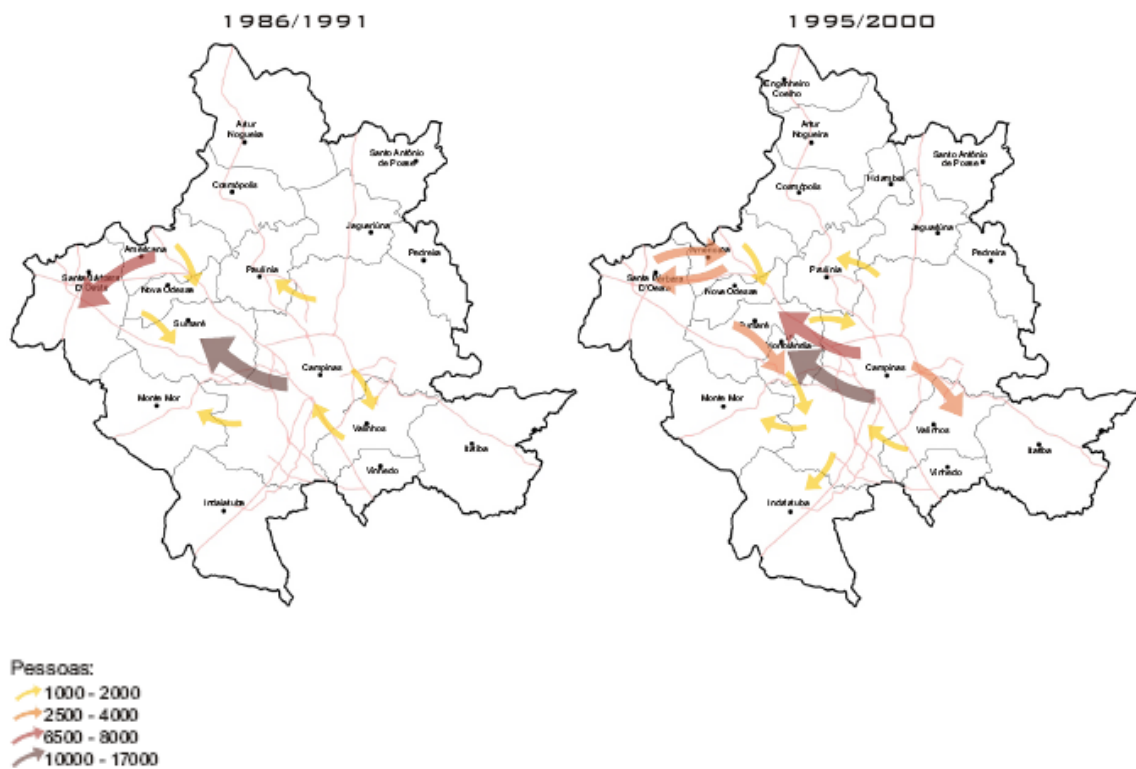
Na Figura 5, está representada o eixo metropolitano de maior concentração populacional, na mancha urbana no entorno da Anhanguera entre Vinhedo e Santa Bárbara, representava, em 2000, 85,6% da população da RMC, na qual Sumaré está inserida.



**Figura 05:** Mancha Urbana Metropolitana

Fonte: IBGE, organizado pela NEPO/NESUR/UNICAMP, 2004

Segundo Rosana Baeninger (2001), a urbanização do Estado de São Paulo passou por duas fases distintas. A primeira foi a migração da população para São Paulo, lugar em que se concentravam as indústrias e a mão-de-obra vinda de todo o país; e na segunda fase houve a reordenação desta população dentro do estado — regiões como Campinas e Santos desenvolveram a indústria e passaram a receber população, tanto de São Paulo como de outras regiões, que acompanharam o processo de interiorização das indústrias, em busca de incentivos fiscais e menor valor da terra; ocorrem também, nesta segunda fase, as migrações intrametropolitanas acompanhando o dinamismo da economia de expulsão trabalhadores de baixa renda das regiões com maior valor imobiliário.



**Figura 06:** Fluxos Migratórios intrametropolitanos

Fonte: IBGE, NEPO, UNICAMP, 2004

Na Figura 6, Sumaré e Hortolândia aparecem como os municípios que mais receberam migração intra-metropolitana, oriunda principalmente de Campinas.

A região se expandiu dentro do contexto de interiorização da industrialização da economia de São Paulo, sendo atualmente referência econômica e tecnológica para o estado.

A econômica da região conta com moderna estrutura de transporte, composta por três importantes rodovias Anhanguera, Bandeirantes e D. Pedro, com o Aeroporto Viracopos e com entroncamento de ferrovias, administrada pela FERROBAN, para transporte de cargas, ligando a região à cidade de Jundiaí interligada ao Porto de Santos, assim como aos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de rodovias menores que cortam os municípios conurbados da região. As rodovias constituem-se em grandes eixos interligando universidades e institutos de tecnologia, ao processo de industrialização.

Outro fator gerador de crescimento são as universidades e institutos de pesquisas que colocam a região numa situação privilegiada em avanços tecnológicos, que contribuem para o estabelecimento de empresas interessadas na compra do resultado destas pesquisas e na mão-de-obra qualificada formada por estas instituições.

A expansão urbana de Campinas intensificou-se na década de 1970<sup>10</sup>, quando começou a interiorização do crescimento econômico do estado de São Paulo. Neste período, há uma grande dinamização no processo industrial em Campinas, e a mancha urbana das áreas industrial espalha-se ao longo do eixo de rodovias e espaços intermunicipais, dando início ao seu processo de metropolização. Os municípios vizinhos foram consolidando-se como periferia de Campinas. Os municípios que integram a RMC também implantaram indústria e agricultura que dinamizam a economia regional.

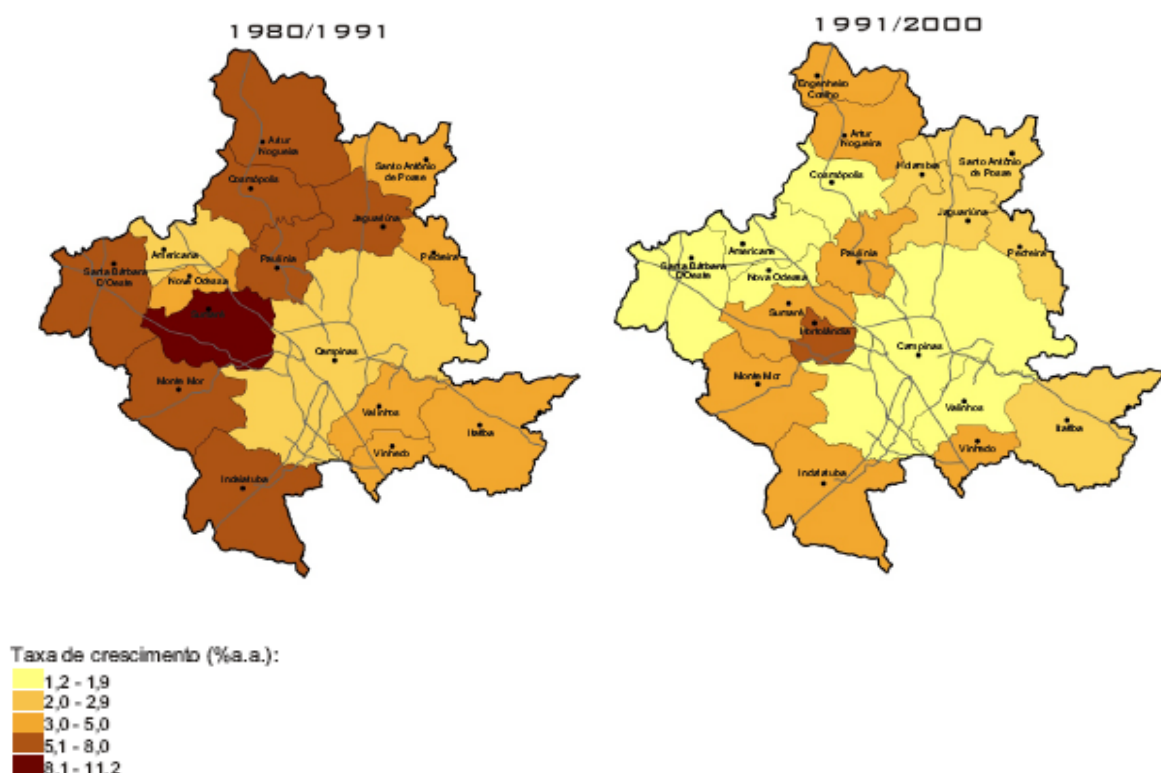
As regiões metropolitanas do estado apresentam como características em comum serem dinâmicas economicamente e apresentarem altos índices de habitações irregulares e favelas. Nas áreas metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista são absorvidos cerca de 60% da população do

---

<sup>10</sup> Entre 1970/80, o crescimento anual da população brasileira foi de 2,48%, da RMC 6,49% e de Sumaré foi 13%.

estado e se apresentam 96,5% dos domicílios em aglomerações subnormais do Estado<sup>11</sup>.

O crescimento populacional diminuiu em todos os municípios da RMC na década de 1990 em comparação com a década de 1980. O aumento populacional no entorno de Campinas continuou maior do que no próprio município. Na Figura 07 percebemos também que o eixo de crescimento continuou a oeste de Campinas.



**Figura 07:** Crescimento Populacional em %  
Fonte: NEPO, UNICAMP, 2004

Com significativas diferenças desenvolveram-se cidades com baixa densidade populacional e com renda alta e outras com alta densidade e renda baixa<sup>12</sup>. O aumento da mancha urbana de Campinas para Sumaré e Hortolândia ocorreu com precariedade de urbanização e menor valor imobiliário dos loteamentos, apresentando expressivas taxas de crescimento populacional.

<sup>11</sup> CUNHA; FONSECA, 2004.

<sup>12</sup> Em 1970, outras periferias de Campinas apresentavam melhor qualidade de urbanização, como Paulínia e Valinhos.



Na década de 1970, Sumaré apresentou 16,0% de crescimento anual da população (Tabela 08) e representou o município com maior índice da RMC, seguido de Nova Odessa (10,1%) e Santa Bárbara d'Oeste (9,5%). Mesmo nos anos de 1990, o aumento populacional continuou maior especialmente nos municípios de Hortolândia 6,8% e Artur Nogueira 6,01%.

**Tabela 08:** Municípios da RMC: População total, taxa de crescimento e grau de urbanização

Municípios da RMC	População Total				Taxa de crescimento % a. a.		Grau de Urbanização	
	1970		2000		1970/ 1980	1991/ 2000	1970	2000
	total	%RMC	Total	%RMC				
Americana	66.316	9,74	182.593	7,81	6,29	1,92	93,97	99,76
Artur Nogueira	10.171	1,49	33.124	1,42	4,59	6,01	31,34	91,97
Campinas	375.864	55,21	969.396	41,46	5,86	1,50	89,25	98,33
Cosmópolis	12.110	1,78	44.355	1,90	1,90	4,24	58,05	95,92
Engenheiro Coelho	---	---	10.033	0,43	---	4,07	---	69,86
Holambra	---	---	7.211	0,31	---	2,77	---	54,61
Hortolândia	---	---	152.523	6,52	---	6,80	---	100,00
Indaiatuba	30.537	4,49	147.050	6,29	6,30	4,27	73,13	98,43
Itatiba	28.376	4,17	81.197	3,47	3,91	3,11	73,19	81,19
Jaguariúna	10.391	1,53	29.597	1,27	3,89	2,66	36,91	87,21
Monte Mor	7.960	1,17	37.340	1,60	5,82	4,30	47,60	91,52
Nova Odessa	8.336	1,22	42.071	1,80	10,14	2,37	74,77	97,72
Paulínia	10.708	1,57	51.326	2,20	6,84	3,80	34,46	98,90
Pedreira	15.053	2,21	35.219	1,51	3,57	2,59	80,19	96,91
Sta Bárbara d'Oeste	31.018	4,56	170.078	7,27	9,47	1,77	72,33	98,73
Santo Antônio de Posse	7.799	1,15	18.124	0,78	3,38	2,65	53,14	80,96
<b>Sumaré</b>	<b>23.074</b>	<b>3,39</b>	<b>196.723</b>	<b>8,41</b>	<b>16,01</b>	<b>3,92</b>	<b>66,46</b>	<b>98,58</b>
Valinhos	30.775	4,52	82.973	3,55	4,75	2,25	64,97	94,62
Vinhedo	12.338	1,81	47.215	2,02	5,78	3,85	60,41	97,79
<b>RMC</b>	<b>680.826</b>		<b>2.338.148</b>		<b>6,49</b>	<b>2,54</b>	<b>80,80</b>	<b>97,07</b>
<b>SP</b>	<b>17.770.975</b>		<b>37.032.403</b>		<b>3,49</b>	<b>1,78</b>	<b>80,34</b>	<b>93,41</b>

Fontes: IBGE, Censos Demográficos. Tabulações NEPO-NESUR/UNICAMP, 2004

**Tabela 09:** Domicílios, renda e escolaridade em 2000

Municípios da RMC	Domicílios particulares permanentes	Escolaridade				renda per capita familiar (salários mínimos)				
		até 4	5 a 8	9 a 11	12 e mais	sem renda	até 1	1 a 5	5 a 10	Mais de 10
Americana	52.504	34,01	27,41	27,13	11,08	2,74	16,53	64,78	10,61	5,33
Artur Nogueira	9.008	43,23	29,82	19,59	7,01	5,40	28,45	56,32	7,26	2,57
Campinas	283.445	28,84	26,34	26,46	17,77	5,54	18,42	51,05	13,83	11,17
Cosmópolis	12.322	39,43	33,34	21,29	5,49	7,12	25,91	58,16	6,43	2,38
Engenheiro Coelho	2.587	45,94	26,68	16,12	10,89	4,64	35,45	50,11	5,06	4,74
Holambra	1.868	41,75	26,29	22,21	9,66	2,27	21,65	60,03	9,33	6,72
Hortolândia	40.381	37,98	34,94	23,08	3,45	6,48	31,26	56,90	4,20	1,17
Indaiatuba	40.315	35,49	29,38	25,35	9,25	3,34	23,10	59,44	8,93	5,19
Itatiba	22.306	39,71	27,66	23,29	8,81	2,47	22,24	60,62	9,67	5,01
Jaguariúna	7.969	37,98	27,28	25,60	8,81	2,55	25,38	61,03	6,22	4,82
Monte Mor	9.868	45,73	30,53	19,93	3,70	6,52	38,51	48,69	4,14	2,14
Nova Odessa	11.770	35,50	29,95	27,70	6,44	1,86	25,83	63,68	6,31	2,32
Paulínia	13.769	33,54	29,45	28,87	7,82	4,62	18,72	62,46	10,39	3,81
Pedreira	9.667	45,51	27,92	20,16	6,15	1,36	24,37	64,79	7,42	2,05
Sta Bárbara d'Oeste	46.871	39,23	30,08	25,15	5,24	2,95	23,97	65,44	5,91	1,73
Santo Antônio de Posse	4.897	51,44	25,42	18,26	4,65	4,21	35,68	51,47	6,53	2,11
<b>Sumaré</b>	<b>53.763</b>	<b>38,81</b>	<b>33,51</b>	<b>23,17</b>	<b>4,03</b>	<b>5,44</b>	<b>28,39</b>	<b>58,96</b>	<b>5,63</b>	<b>1,58</b>
Valinhos	23.365	34,62	25,71	26,51	12,66	1,70	16,47	61,52	12,28	8,04
Vinhedo	12.843	32,73	26,26	26,92	13,65	3,19	14,24	61,10	11,18	10,29
<b>RMC</b>	<b>659.519</b>	<b>33,96</b>	<b>28,41</b>	<b>25,35</b>	<b>11,80</b>	<b>4,60</b>	<b>21,58</b>	<b>56,54</b>	<b>10,36</b>	<b>6,92</b>

Fontes: IBGE, Censo 2000. Tabulações NEPO-NESUR/UNICAMP, 2004

A relação entre escolaridade e renda é evidenciada através dos dados da Tabela 09, nas cidades da RMC. Quanto à escolaridade, todas as cidades apresentam número maior de habitantes com até quatro anos de estudo, apenas cinco dos dezenove apresentam índices maiores que doze anos. Em Sumaré, menos de 30% da população conclui o ensino médio, dificultando o acesso a empregos que exigem maior qualificação profissional nas indústrias da região.

A renda familiar medida em salários mínimos indica que a maioria da população, de todas as cidades da RMC, recebe entre um e cinco salários. Os índices apresentam correlação entre renda e escolaridade, destacando-se Campinas, Valinhos e Vinhedo. Em todas as cidades existe concentração de renda: Campinas, que possui o maior percentual da RMC de população com mais de dez salários, tem um dos maiores índices de pessoas sem rendimento 5,54%, menor apenas que o de Hortolândia (6,48%) e Monte Mor (6,52%).

**Tabela 10:** Domicílios segundo cobertura de infra-estrutura

Município	2000				
	Total de domicílios	% Domicílios segundo cobertura de infra-estrutura			
		Abastecimento de água		Sem rede geral de esgoto ou fossa séptica	Sem coleta de lixo
		Sem rede geral	Rede geral, sem canalização interna		
Americana	52.504	2,4	0,1	5,09	0,4
Artur Nogueira	9.008	10,4	0,3	8,43	8,2
Campinas	283.446	3,6	0,9	10,78	1,7
Cosmópolis	12.322	3,6	1,5	8,98	2,3
Engenheiro Coelho	2.587	30,7	0,8	21,74	16,2
Holambra	1.868	47,6	7,6	38,14	21,8
Hortolândia	40.381	2,5	0,6	21,73	0,7
Indaiatuba	40.315	6,9	2,4	5,51	2,1
Itatiba	22.306	14,3	0,2	13,95	3,2
Jaguariúna	7.969	10,2	2,3	7,36	6,0
Monte Mor	9.868	10,9	0,6	40,08	6,2
Nova Odessa	11.770	3,2	0,3	2,18	1,3
Paulínia	13.769	3,5	0,5	5,42	2,0
Pedreira	9.667	4,2	0,1	5,62	2,3
St Bárbara D'Oeste,	46.871	1,8	0,4	1,92	1,5
Santo Antonio de Posse	4.897	14,4	0,8	40,95	11,5
Sumaré	53.763	3,3	0,9	14,16	1,6
Valinhos	23.365	14,4	0,1	10,77	2,4
Vinhedo	12.843	6,4	0,3	5,24	2,3

Fontes: IBGE, Censos Demográficos 2000. Tabulações especiais NEPO-NESUR/UNICAMP, 2004

Sumaré, como é demonstrado na Tabela 10, apesar de apresentar precariedade de infra-estrutura, nos serviços de rede de água e coleta de lixo atende quase que a totalidade do município, mesmo nas favelas e assentamentos irregulares. Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antonio de Posse apresentam

índices altos de falta de rede de água, esgoto e coleta de lixo, sendo os três municípios com menor número de habitantes da RMC.

O crescimento da metrópole tem apresentado novo modelo de expansão, fragmentado e disperso, voltado para atividades comerciais, prestação de serviços e condomínios de classes médias e altas. A estrutura viária facilita o deslocamento e as rodovias acabam tornando-se vias rápidas, principalmente para o transporte individual para a nova periferia. Essa nova expansão territorial tem como consequência a valorização da terra e intensificação do parcelamento do solo. Estas mudanças podem ser observadas também em Sumaré com o crescimento dos condomínios para a classe média, próximos a rodovia Anhanguera.

## **2.2 – Histórico e Características do Município de Sumaré**

A partir de 1945, a cidade passou a ser denominada Sumaré. Os primeiros registros históricos da região são encontrados em cartórios, quando eram registradas as sesmarias<sup>13</sup>. A primeira Carta de Sesmaria da região, doada em 1799, relata o Ribeirão Quilombo como referência do território e é em seu entorno que surgem os primeiros povoados da região.

As sesmarias foram retalhadas em fazendas<sup>14</sup> e no século XIX tinham na agricultura e criação de gado importantes atividades econômicas. Apesar de integrar a região que mais produziu café no estado, suas terras eram menos férteis, o que exigia investimentos quando estas se tornavam cansadas. Como o valor da terra era menor do que fertilizá-las, eram vendidas para o estado e loteadores para subdividi-las em pequenos sítios. Vendidos com preço baixo, atraíram imigrantes agricultores para a região, entre eles, italianos, russos, alemães, letos e portugueses.

---

<sup>13</sup> Terrenos entregues pela monarquia portuguesa a pessoas que se comprometiam a colonizá-lo dentro de prazos previamente estabelecidos. A distribuição dessas terras ficava a cargo de delegados municipais, em número de seis, o que originou serem conhecidos por sesmeiros, e as terras que doavam, sesmarias. (AZEVEDO, 1999, p. 415)

<sup>14</sup> As fazendas mais antigas de Sumaré originaram-se de divisões de sesmarias, como a Candelária, Palmeiras, São Francisco, Quilombo, Paraíso, Sertãozinho. (TOLEDO, 1995)

Em meados do século XIX, o primeiro núcleo de povoamento da cidade surge com propriedades de imigrantes<sup>15</sup>, que, juntamente com o fazendeiro Domingos Franklin Nogueira, são considerados os patronos da cidade.

Em 1860, norte-americanos migraram para a região introduzindo novas técnicas de trabalho, com mão-de-obra livre na agricultura do algodão, exercendo influência na contratação de trabalhadores livres.

O vilarejo inaugura, em 1875, a estação de trem da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, ferrovia prolongada de Campinas a Rio Claro com investimentos dos fazendeiros interessados em ter a ferrovia passando por suas terras, pois significava um grande impulso no transporte, que passava a escoar a produção com maior rapidez e menor custo, antes realizado por estradas ruins e por mulas. A ferrovia possibilitou crescimento da produção. O imperador D. Pedro II participou da inauguração da ferrovia, o que destacava a importância econômica da região. A estação recebeu o nome de Estação Rebouças e passou a ser o nome do distrito que pertencia ao município de Campinas. Depois, o distrito foi denominado Vila Rebouças, modificado para Rebouças, até receber o nome definitivo de Sumaré, nome que significa espécie de orquídea que era comum na região.

No final do século XIX e início XX é implantado em Campinas o sistema de colonato<sup>16</sup>, o que dinamizava a chegada de mão-de-obra livre e o aumento da produção agrícola para exportação. A produção do café gerou acúmulo de capital para os fazendeiros. Houve também o crescimento da produção de alimentos para a subsistência. Com a crise do café, os investimentos são direcionados para a agricultura interna, ampliação da produção algodoeira e investimento na indústria. Todas estas mudanças interferiam diretamente na região de Sumaré, que era distrito de Campinas.

Até 1950, a cidade cresce com uma economia predominantemente agrária e a maioria da população morava no espaço rural.

---

<sup>15</sup> Antonio do Valle (português), Joaquim Duarte (português), Basílio Guidotti (italiano), João Bravo (italiano), Guilherme Miller (norte-americano). (Diagnóstico -Prefeitura Municipal Sumaré, 2005)

<sup>16</sup>Sistema de produção na qual o dono da terra divide parte da produção com os trabalhadores que produzem na terra.

Como podemos observar na Figura 08, uma fotografia aérea do município, a ferrovia delimitava a parte urbana em Sumaré, ainda em 1960, período que já havia iniciado a implantação industrial no município.



**Figura 08:** Região central de Sumaré, década de 1960

Fonte: Associação Pró-memória de Sumaré

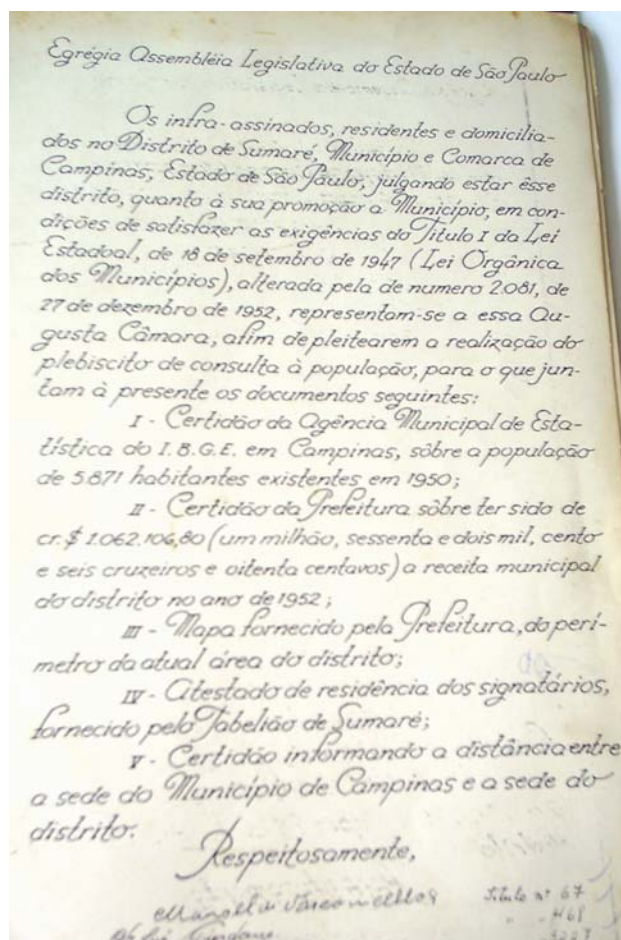
Sumaré emancipou-se do município de Campinas em 1954. O processo de emancipação iniciou-se em 1953 com manifestações populares, reuniões e abaixo-assinado pedindo a independência política. A necessidade de ser um município é descrita no livro *Sumaré - Edição História*<sup>17</sup> como sendo um processo natural, já que a comunidade através do trabalho já havia conseguido expansão econômica, crescimento social e cultural, sendo “incontrolável o desejo ardente de liberdade e emancipação política”. Além do desejo de liberdade e auto-afirmação como município, outro fator aparece: o desejo de lideranças políticas poderem governar o município. Por isto, exerceram influência na decisão de realizar abaixo-assinado e na escolha do plebiscito, realizado em dezembro de 1953, pelo qual a população optou pela emancipação política.

E o povo, orientado pela liderança natural daqueles que levaram esta terra a demonstrar sua maioria política e sua capacidade de auto-governar, pela organização dos diversos partidos políticos então existentes e através dos pleitos eleitorais, sempre mostrou claramente sua consciência cívica, atendeu, participando interessadamente da campanha pela emancipação da terra que era sua – Sumaré. (DUARTE JR, 1975, p. 26)

O único documento encontrado sobre a emancipação foi o abaixo-assinado, que solicitava a realização de um plebiscito para decidir se emancipava

<sup>17</sup> (DUARTE JR, 1975, 26), livro editado por políticos da cidade.

ou não a cidade; neste documento, foram recolhidas 182 assinaturas para uma população de aproximadamente 6 mil habitantes<sup>18</sup>.



**Figura 09:** Primeira página do abaixo assinado exigindo plebiscito para emancipação de Sumaré  
Fonte: Associação Pró-memória de Sumaré

Na lista de assinatura aparece o nome de algumas lideranças, entre eles o nome do Padre José Giordano, o primeiro prefeito eleito do município, que administrou a cidade de 1955 a 1958. Outras lideranças não assinaram, mas logo após a autonomia administrativa se candidataram também a prefeito e vereadores. O que significa que o desejo de emancipação talvez não fosse consenso entre as lideranças. Outro fator observado é a quantidade de assinaturas de mulheres no documento, mas estas não foram citadas como candidatas, nas reuniões para debater o assunto e nem na entrega do documento, podendo significar apenas que representaram número para garantir o plebiscito, sem participar diretamente das decisões políticas.

<sup>18</sup> Segundo dados do IBGE, em 1950, Sumaré possuía 5.691 habitantes.

O processo de expansão urbana de Sumaré ocorreu em três fases distintas: A primeira fase ocorreu a partir de 1875, com a implantação da ferrovia, desenvolvendo o espaço urbano em área próxima à estação, de forma adensada, local que foram instaladas as primeiras casas, o comércio e algumas indústrias; a segunda fase (1946-1970) amplia-se a área urbanizada, com expansão impulsionada a partir do centro e desenvolvendo-se industrialização predominância das atividades têxteis<sup>19</sup>, com investimentos de capital e utilização de mão-de-obra local, com algumas indústrias de grande porte como a 3M, que se implantou em 1943, e a Eletrometal (hoje Villares). Na terceira fase, a partir de 1970, diversificam-se as atividades com a implantação de empresas metalúrgicas e químicas, entre outras, como exemplo, Schneider, Teka (antes Texcolor), Sherwin Williams, a Honda, a Amanco-Fortilit, a Pastificio Selmi, a Mercúrio, a IC Transportes. São implantadas indústrias de grande porte, com produção em larga escala, capital externo ao município nacional ou internacional.

Estas novas indústrias dinamizaram a economia local, não estabelecendo vínculo com as atividades anteriores e também não fomentando a formação de mão-de-obra especializada. Na época, mesmo empregando 88% dos trabalhadores locais, os empresários afirmavam que estes não tinham especialização adequada (MENDES, 1991). Com a necessidade de mão-de-obra mais especializada e sem interesse em investir nesta formação dos trabalhadores locais, as empresas começaram a buscar na região, principalmente em Campinas e São Paulo, trabalhadores mais preparados para trabalhar na produção e também nos cargos de direção.

A industrialização de Sumaré, a partir de 1970, parece utilizar o solo do município, sem interesse de utilizar a mão-de-obra, o capital e mercado local. A industrialização não interagiu com o município, foi sobreposta a ele, sem relacionar-se também com o sistema sócio-econômico. Apesar de a região apresentar fatores internos para atrair as indústrias, como proximidade de centros industriais, institutos de pesquisa tecnológica, acessibilidade de grandes rodovias, os fatores externos do capital é que determinaram o deslocamento das indústrias para a cidade (MENDES, 1991).

---

<sup>19</sup> Indústrias têxteis: Geantex – 58, Romeu Biondo – 59, Assef Malu – 62, Gonçalves e Menuzzo – 65, Odair Biondo – 67.



O espaço urbano foi sofrendo transformações para atender à necessidade de mão-de-obra nas indústrias e ao mercado imobiliário, retalhando a cidade com loteamentos de urbanização incompleta e dispersa. Geralmente, propriedades rurais que foram integradas à área urbana, alterando o uso do solo e sendo transformadas em novos bairros para a população de baixa renda. Em 1988, 80% dos loteamentos do município eram considerados sem infra-estrutura e de baixa renda. Os dados de 2000 demonstram outro problema de infra-estrutura básica: menos de 19% das vias urbanas eram pavimentadas (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002).

Os loteamentos ficaram separados por áreas vazias, gerando uma cidade polinucleada, dispersa e com pouca mobilidade interna, também pela forma como foi organizado o sistema de transporte municipal. A distância entre os bairros acabou onerando os serviços públicos e fazendo a população perder mais tempo com o deslocamento dentro da cidade.

Atualmente, o município possui taxa de urbanização mais alta que Campinas e o Estado de São Paulo, com uma área territorial de 164km<sup>2</sup><sup>20</sup> é subdividido em dois distritos (distrito-sede e Nova Veneza) e seis regiões: Centro, Picerno, Maria Antonia, Área Cura, Matão e Nova Veneza.



**Figura 10:** Mapa das Administrações Regionais

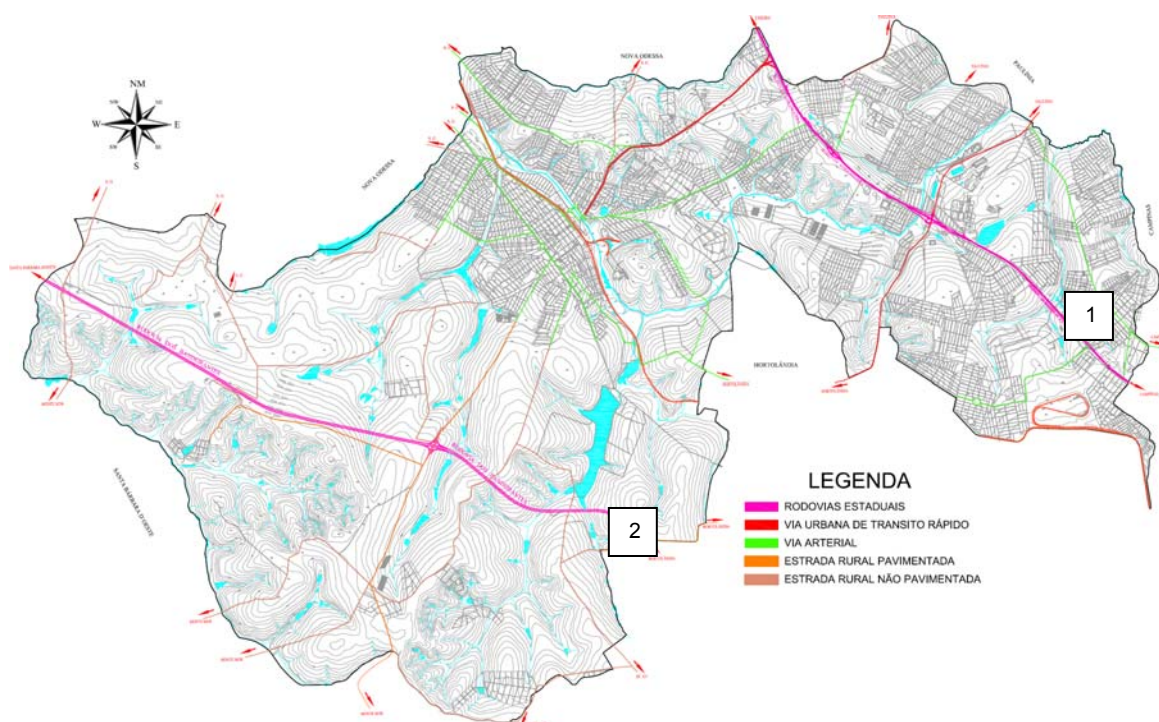
Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

<sup>20</sup> Fonte: Fundação SEADE. Cálculo realizado em 2005.

Os distritos apresentam diferenças significativas quanto à renda e atividades desenvolvidas, formando núcleos quase autônomos.

A primeira etapa de crescimento do município ocorreu junto à ferrovia. Com a instalação das rodovias, a dispersão urbana e implantação de indústrias passaram a ocorrer no seu entorno, a partir do eixo viário Campinas-Sumaré. A população do distrito-sede se comunica principalmente a cidade de Americana e em Nova Veneza, localizada às margens da rodovia Anhanguera, tem ligação com o município de Campinas.

Na Figura 11, o mapa do sistema viário interno representa as rodovias Anhanguera (1) e Bandeirantes (2), além de vias urbanas que ligam o município às cidades vizinhas.



**Figura 11:** Mapa do sistema viário  
Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

Outras diferenças são significativas entre os distritos: O *distrito sede* é o mais equipado em serviços públicos e privado. Em busca de atendimento na área de saúde é comum à população precisar deslocar-se para a região central. Conta também com comércio mais consolidado e pouca atividade industrial. A

população residente é predominantemente de classe média e alta. No *distrito de Nova Veneza*, os bairros têm comércios locais, alta concentração de indústria nas margens da Anhanguera, e população residente de renda baixa. (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002).

Em todas as regiões do município o índice de pessoas com renda de até três salários é o maior, mesmo na região central, lugar em que está a população de maior renda e escolaridade do município, conforme se pode verificar com a Tabela 11.

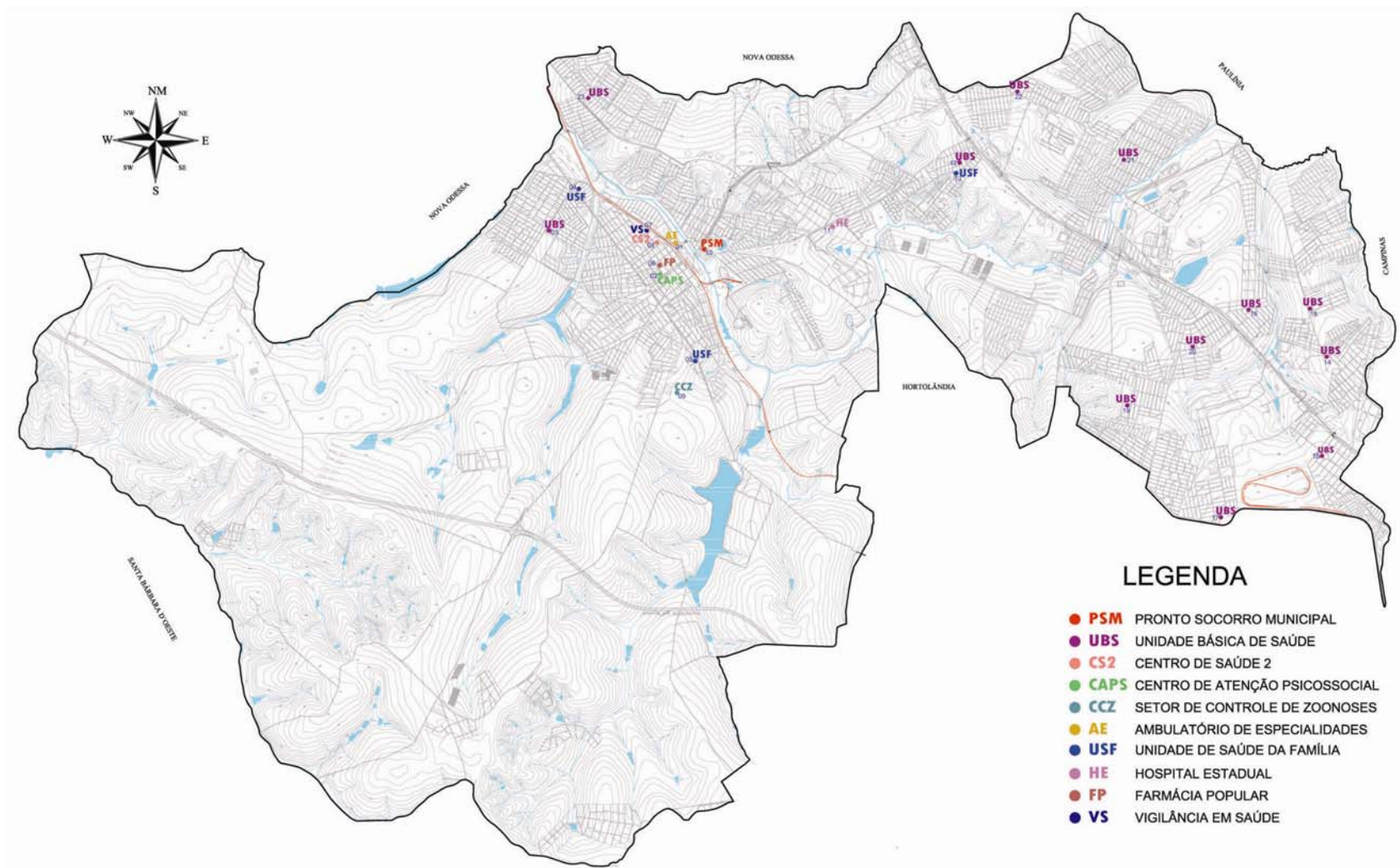
**Tabela 11:** População do município por região, ano 2000, rendimento e escolaridade.

Região	População		Rendimento % (2000) (salários mínimos)				Escolaridade % (2000)			
	2000	2002	Até 3	Entre 3 a 5	Entre 5 a 10	Superior a 10	Fundamental	Médio	Superior	Analfabeto
Centro	38.148	40.569	30,85	21,03	30,02	18,09	57,34	22,98	13,77	11,17
Picerno	22.597	24.025	56,04	24,71	15,28	3,27	74,46	11,81	1,86	13,74
Nova Veneza	28.358	30.150	46,87	24,68	22,52	5,93	68,18	16,89	4,19	14,37
Maria Antonia	29.107	30.946	55,87	24,29	16,46	3,37	72,16	13,95	1,82	15,83
Área Cura	46.250	49.179	53,52	24,10	18,52	3,85	71,65	14,88	2,12	24,47
Matão	31.595	33.592	53,12	23,14	19,31	8,04	70,25	15,03	2,57	18,77
<b>Total</b>	<b>196.055</b>	<b>208.445</b>								

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

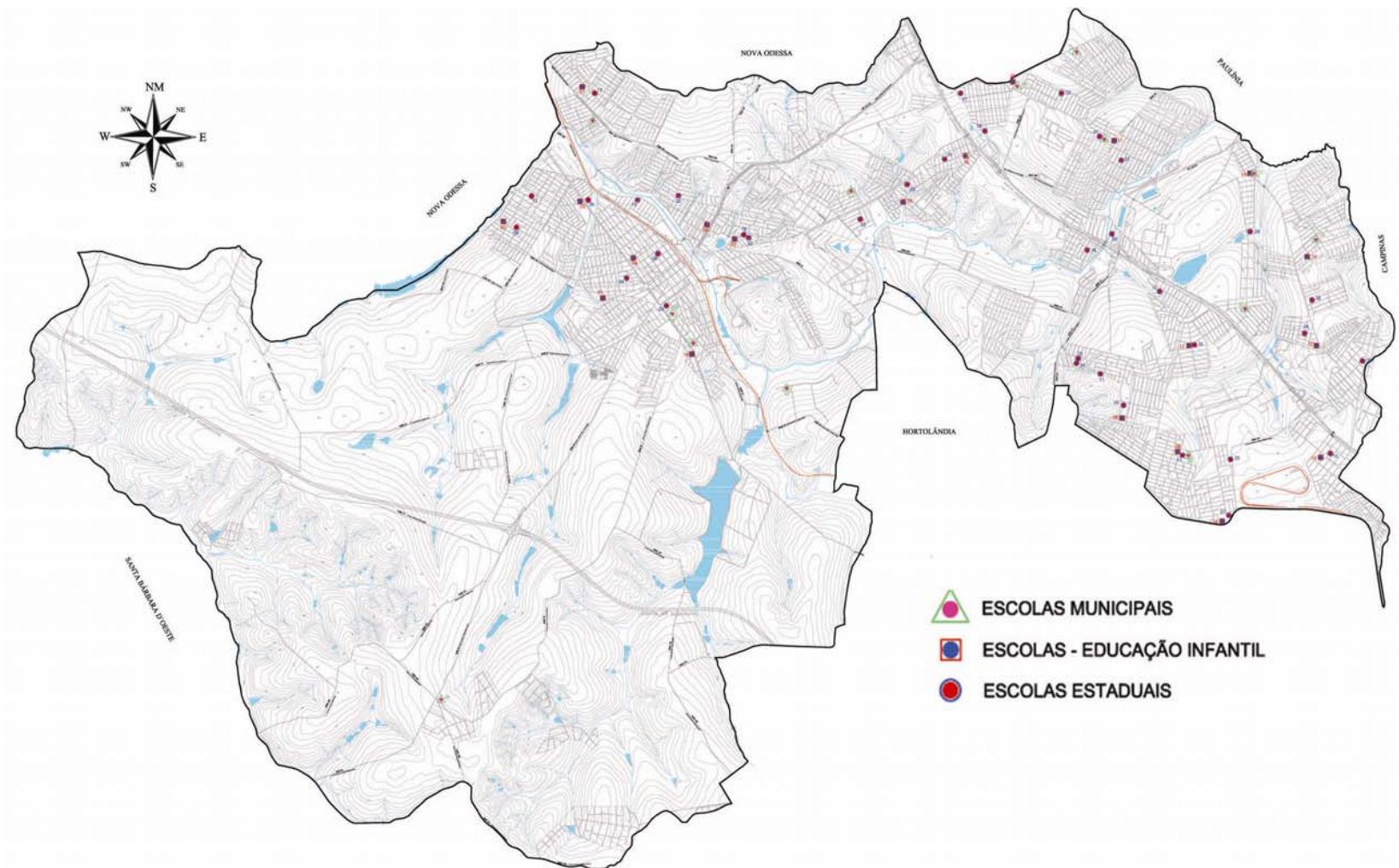
Nas Figuras 12 e 13, podemos observar como os equipamentos públicos de saúde e educação, estão mais concentrados no distrito sede, região central.

A educação pública é atendida pela rede municipal (Educação infantil e ensino fundamental) e rede estadual (ensino fundamental e médio), apresentado déficit no oferecimento de vagas para educação infantil de zero a seis anos. A educação conta também como faculdades particulares e cursos técnicos oferecidos pela prefeitura e, em 2007, foi inaugurada uma unidade do SENAI no município.



**Figura 12:** Mapa do Equipamento de Saúde  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005





**Figura 13:** Mapa do Equipamento de Educação  
Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

Os dados do IBGE de 2000 também apontam em Sumaré uma porcentagem alta de vulnerabilidade social, sendo que 6,11% têm rendimento de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e 11,34% de até  $\frac{1}{2}$  salário.

O baixo índice de escolaridade, mesmo estando em uma região tecnologicamente desenvolvida, contribui para que a maioria da população seja considerada desqualificada profissionalmente para atender à exigência do setor industrial da região, sendo necessário freqüentemente a contratação de profissionais de outras cidades, principalmente de Campinas, “lugar em que residem grande parte da mão-de-obra especializada e os escalões administrativos e gerenciais das empresas” (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002, p. 159). Já a população local, que apresenta pouca ou nenhuma especialização, acaba servindo de mão-de-obra barata para cidades da RMC, principalmente Campinas.

O Governo do Estado de São Paulo solicitou da Fundação SEADE estudo dos indicadores sociais para analisar a vulnerabilidade interna dos municípios. Os resultados são apresentados através de Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)<sup>21</sup>, utilizando-se de dados do Censo de 2000, São analisados indicadores de renda, escolaridade e ciclo de vida familiar, que classifica as áreas intra-municipais em seis grupos distintos de vulnerabilidade<sup>22</sup>.

Os resultados na análise de vulnerabilidade em Sumaré estão abaixo representados através da Tabela 12 e Figura 14 da Fundação Seade<sup>23</sup>. Os dados indicam que a população que reside em áreas sem nenhuma vulnerabilidade é de apenas 1,8 % da população. Apesar da maioria da população morar em áreas com pouca e média vulnerabilidade, as áreas com índice 6 chamam atenção por

---

<sup>21</sup> O IPVS é mais um indicador ao gestor público mais detalhado das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas vulneráveis à pobreza e sendo incorporado ao Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), sistema de indicadores de desenvolvimento. Ambos criados pela Fundação SEADE.

<sup>22</sup> A vulnerabilidade à pobreza não se limita à privação de renda, baseada em linhas de pobreza, mas da composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc. A Fundação classifica os grupos da seguinte maneira: Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade; Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa; Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa; Grupo 4 – Vulnerabilidade Média; Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta; Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta.

<sup>23</sup> Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs>, acesso em 06 de fevereiro de 2007

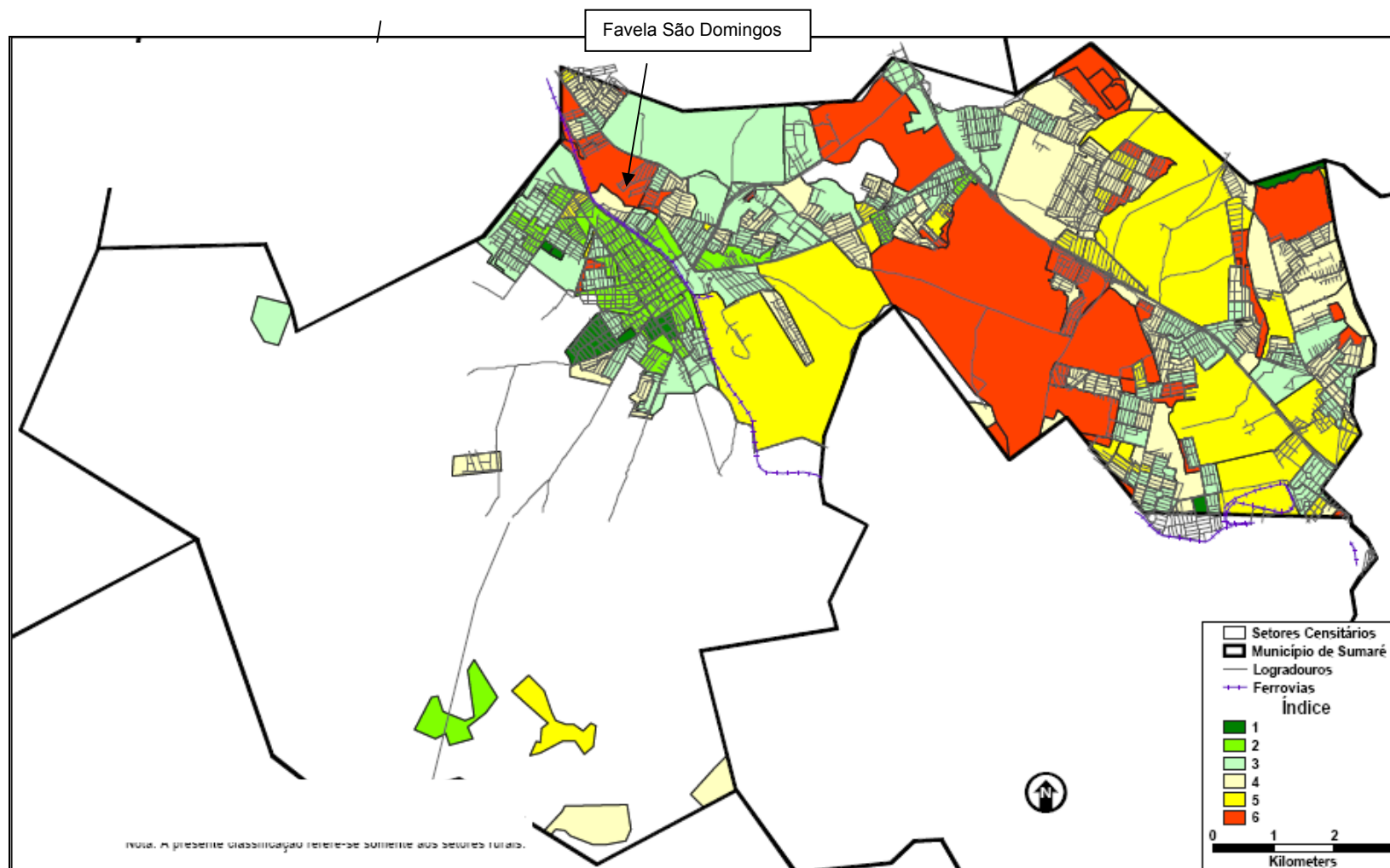
serem uma população jovem, com pouca escolaridade e renda baixa. Fatores sócio-econômicos que podem dificultar acesso empregos, educação e outras necessidades básicas.

Outra característica é que a população vulnerável não está concentrada.

**Tabela 12:** Indicadores do IPVS - Município de Sumaré

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1	2	3	4	5	6	
População Total	3.535	17.479	61.306	69.786	18.181	26.430	196.717
Percentual da População	1,8	8,9	31,2	35,5	9,2	13,4	100,0
Domicílios Particulares	1.099	5.202	16.945	18.930	4.788	6.798	53.762
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,2	3,4	3,6	3,7	3,8	3,9	3,6
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	98,7	95,7	92,6	91,6	86,2	82,5	90,8
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	77,5	49,9	39,0	34,7	24,1	19,3	35,5
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	10,0	7,4	6,1	5,7	4,7	4,3	5,8
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	1.668	1.140	745	576	472	346	668
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	13,3	28,1	41,5	50,5	62,2	72,9	48,6
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	21,5	10,1	16,4	22,4	16,3	25,2	19,1
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	39	49	43	40	44	40	42
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	16,0	24,7	17,8	18,5	20,4	23,9	19,7
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	10,1	5,4	8,1	10,8	9,0	11,7	9,4

Fonte: Fundação SEADE, 2007



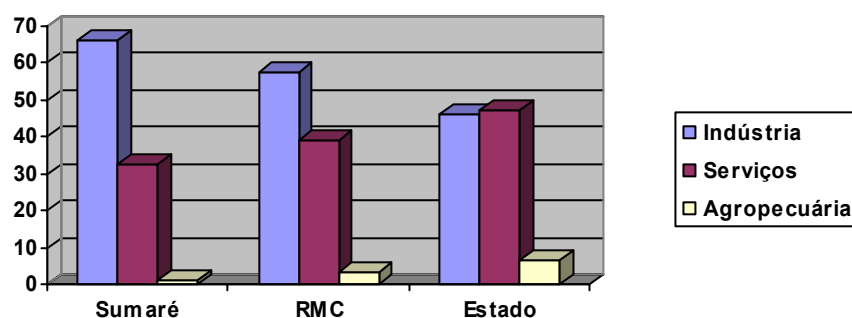
**Figura 14:** Mapa da Vulnerabilidade Social de Sumaré

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Fundação SEADE, 2007



O município<sup>24</sup>, em 2005 possuía uma população de 219.262 habitantes, com taxa de urbanização em 2005 de 98,87%. O crescimento anual da população entre 2000 e 2005 foi de 2,41%, maior do que o da RMC que foi de 1,98. Em 2000, a renda per capita (em salários mínimos) era de 1,93. Apresentava diferença significativa nas principais atividades econômicas, na indústria: R\$ 2.241,19; na agropecuária: R\$ 403,37; na construção civil: R\$ 509,23; no comércio: R\$ 762,40. Estes índices evidenciam as diferenças salariais na região, sendo que as indústrias que pagam os maiores salários da região atualmente contratam mão-de-obra principalmente com escolaridade mínima do ensino médio.

Na Figura 15 e Tabela 13, evidencia o pouco investimento na agropecuária em comparação à atividade industrial.



**Figura 15:** Participação da atividade econômica no Valor Adicionado em 2004 ( em %)

**Tabela 13:** Participação da atividade econômica no Valor Adicionado em 2004 ( em %)

	Sumaré	RMC	Estado
Indústria	66,02	57,36	46,26
Serviços	32,47	39,15	47,22
Agropecuária	1,51	3,49	6,52

Fonte da Figura e Tabela: Fundação SEADE, 2007

Sumaré não desenvolveu a agroindústria como atividade econômica de grande importância para região. No município, um dos fatores é a própria degradação ambiental que, com a urbanização sem planejamento, provocou erosão no solo, impactos em áreas de mananciais e rebaixamento do lençol

<sup>24</sup> Fonte: Fundação SEADE, 2007

freático, problemas que comprometem a qualidade do solo e o desenvolvimento da agricultura, que representa apenas 1,51% da economia do município. Suas produções principais são tomate, batata e frutas.

Mesmo sem desenvolver a agricultura, a população rural em Sumaré continua crescendo. “Esta população rural certamente reforça a característica do município de abrigar populações de baixa renda, na grande maioria empregada no município de Campinas e que reside na periferia”. (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002, p. 169). Moradias geralmente em loteamentos irregulares na zona rural, crescimentos verificados nos dados na Tabela 14.

**Tabela 14:** População rural e urbana e taxa média anual de crescimento populacional(%)

		População			Taxa anual
		1991	1996	2000	1991-2000
Sumaré	Total	141.011	168.058	196.055	3,7
	Urbana	139.573	166.909	193.266	3,7
	Rural	1.438	1.149	2.789	7,6
RMC	Total	1.864.745	2.094.596	2.333.230	2,5
	Urbana	1.774.557	2.007.159	2.264.921	2,7
	Rural	91.468	87.437	68.309	-3,2
ESP	Total	31.588.925	34.119.110	36.531.635	1,8
	Urbana	29.314.861	31.767.618	34.531.635	1,8
	Rural	2.274.064	2.351.492	2.437.841	0,8

Fonte: Fundação SEADE, 2007

O abastecimento de água é um dos grandes problemas de Sumaré atualmente. Os quadros de poluição das bacias hidrográficas e superutilização de água do lençol freático através dos poços artesianos, para abastecimento da população, agravam a situação.

A água tratada sofre perda aproximada de 60%, em decorrência da falta de modernização de infra-estrutura do sistema de abastecimento.

O diagnóstico realizado pelo DAE para o plano diretor conclui que o abastecimento de água na cidade apresenta resultados negativos como:

Há deficiência diária de 11.370.240l/dia, correspondendo a uma população de 36.000 habitantes.

Problemas estruturais ligados à capacidade de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, associados a grande perda de água tratada (estima-se em cerca de 60% a quantidade de perda), principalmente através de vazamentos na rede de distribuição e de ligações clandestinas, originam o déficit de abastecimento, compensado, em parte, através da compra de

água produzida pela SANASA, empresa de abastecimento de Campinas.

Como consequência do já relatado déficit de abastecimento, temos a limitação à ocupação e ao adensamento do município.

Para o abastecimento da população a água a produção total de água é de 740L/s. Sendo captada em duas Estações de Tratamento de Águas (ETAs): Na ETA I, a captação é realizada da represa do Horto Florestal e da represa do Marcelo, localizada no Centro, correspondendo a 45% da produção de água tratada; Na ETA II, captação provém do Rio Atibaia, e se localiza na região do Parque Itália, correspondendo a 55% da produção de água tratada.

Para atender à falta de água, o DAE compra água da SANASA de Campinas e perfura poços artesianos em várias regiões do município.

**Tabela 15:** Produção Líquida da Água Tratada M<sup>3</sup> / Mês

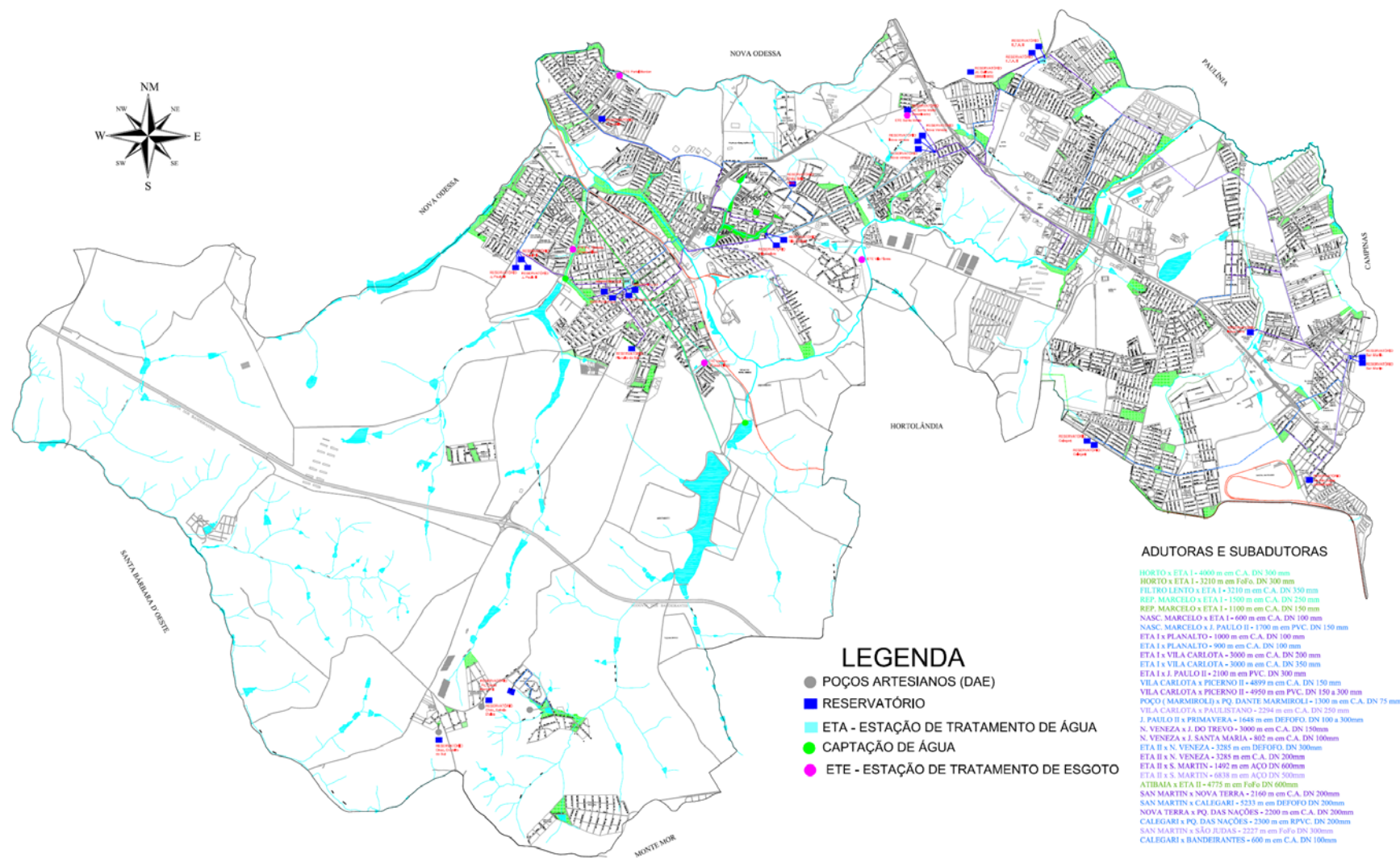
ETA I	ETA II	Poços	Sanasa	Total	Habitantes
458.259	685.992	16.124	60.000	1.220.375	203.396

Fonte: DAE Sumaré

O município possui uma grande cobertura de rede de abastecimento de água e de esgoto<sup>25</sup>, atendendo a praticamente todos os bairros de Sumaré. Porém, apenas 11% do esgoto são tratados, segundo dados do DAE do município. Na Tabela 16, são enumerados os locais de captação de água.

O DAE realiza a coleta do resíduo sólido, os dejetos são levados em contêineres para aterro sanitário, próprio para esgoto, em Americana. O município depende também dos aterros sanitários de municípios vizinhos para o lixo doméstico (Hortolândia) e hospitalar (Paulínia).

<sup>25</sup> 77% da área urbana possui rede de esgoto e 23% utiliza fossa séptica ou outras formas de esgoto. (DAE, 2005)



**Figura 16:** Mapa do Equipamento do DAE

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

A Bacia Hidrográfica do Ribeirão Quilombo compõe a maior bacia hidrográfica do município, e sua nascente localiza-se em Campinas, percorrendo Sumaré, Nova Odessa e Americana até desaguar no Rio Piracicaba. Em Sumaré, evidenciam-se dois grandes problemas urbanos que interferem na qualidade de vida de seus moradores: a problemática habitacional do município de Sumaré, destacando-se as moradias em áreas de ocupação no entorno do Ribeirão e o alto índice de degradação ambiental, que atualmente tem índice 4 de poluição, através da avaliação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Este ribeirão foi referência no histórico do processo de construção do município. No final do século XIX, o Ribeirão Quilombo era utilizado como fonte de água, e suas margens eram escolhidas pela população para construir suas moradias em sítios e fazendas, assim como também foram feitas pequenas unidades de produção como engenhos de pinga, moinhos de milho, entre outras atividades (TOLEDO,1995).

A partir da década de 1930, moradores de Sumaré, começam a solicitar água encanada, porque era comum secar a água dos poços na época de estiagem. Neste período, já começam a aparecer referências quanto à poluição do ribeirão, como: “O Ribeirão Quilombo já não era tão limpo que pudesse fornecer sua água para beber e cozinhar” (TOLEDO, 1995, p. 110); e também, “nas épocas de seca todos os anos, sofreria falta de água, veria seus poços secarem, devendo servir-se da água infecta do ribeirão, baldeadas em latas e cartolas”<sup>26</sup>.

O Ribeirão Quilombo era de fundamental importância para o abastecimento de água para a população até a década de 30. Para a construção de redes de encanamento, em 1933/1934, Marcelo Pedroni doou parte de seu sítio para a prefeitura construir em sua nascente poços de captação de água. A cidade passou a ter água encanada para atender à necessidade da população.

---

<sup>26</sup> *Correio Popular*, 20/06/1946. A reportagem referia-se à inauguração, em 03/06/34, das obras de encanamento de água em Sumaré e sua importância para a cidade.

O encanamento de água no distrito foi aprovado em 1933<sup>27</sup>, com previsão para atender a população durante 15 anos. O mapa da Planta de Sumaré 1939, mostra que apenas as ruas principais do distrito possuíam água encanada. A ampliação da rede de distribuição<sup>28</sup> ocorreu em 1950. Na década de 1950, o município novamente começou a apresentar falta de água para todos os moradores, apresentando até os dias atuais deficiência no abastecimento de água e tratamento do esgoto (TOLEDO, 1995).

Em 1955, apareceram nos jornais discussões sobre a poluição e falta de mata ciliar do Ribeirão Quilombo<sup>29</sup>. A preocupação em preservar o que era útil ao homem, pois, o ribeirão poluído não seria uma fonte de água para o município.

O Ribeirão Quilombo não é mais utilizado para captação de água para abastecimento do município, devido ao grau de poluição. A população usualmente denomina o ribeirão de *podrão*, devido ao cheiro e dejetos jogados nele. Muitos acreditam que a única alternativa seria a sua canalização.

A empresa responsável pela Macrodrenagem realizou avaliação no Ribeirão Quilombo e concluiu que as inundações ocorrem devido:

- à ocupação irregular ao longo da calha dos rios, em áreas naturalmente destinadas à preservação;
- a inundações de várzeas dos córregos e rios em decorrência de estrangulamentos e obstruções na calha dos cursos d'água principais, ocasionados por pontes com dimensões e implantações inadequadas;
- à ausência de um zoneamento da ocupação urbana das bacias hidrográficas que destine faixas de proteção ao longo dos cursos d'água principais e secundários, que estabeleça índices de ocupações e de áreas permeáveis adequados visando a redução dos escoamentos superficiais;
- à ausência de obras hidráulicas de contenção, como lagos e reservatórios de detenção de cheias ou de armazenamento que façam parte de um plano de controle de cheias, para redução dos picos de enchentes, causadoras das inundações das áreas baixas, próximas às margens dos cursos d'água.

O crescimento urbano de Sumaré foi produzido, na maioria das vezes, sem preocupação com o impacto ambiental, com ocupações de áreas de

---

<sup>27</sup> Resolução 59, de 11 de dezembro de 1933. Conselho Consultivo Municipal.

<sup>28</sup> *O município*, 1956.

<sup>29</sup> *A gazeta de Sumaré* – 2ª quizenana de 1955 – “Problema de água em Sumaré”.

mananciais, além de urbanização incompleta que provocaram constantes erosões do solo e assoreamento do Ribeirão Quilombo. São constantes as enchentes na região. A maior delas, em 2005, atingiu oito bairros e 680 casas, quando em menos de dois meses a população ribeirinha sofreu com a elevação das águas. A Figura 17, são fotografias da enchente de 2005, mostram a elevação das águas e as conseqüências na destruição de casas e asfalto.



**Figura 17:** Fotografias de Enchente no Bairro São Domingos 25/03/2005

Fonte: Defesa Civil, Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005



2005, antes da limpeza



2007, após obras de drenagem



**Figura 18:** Fotos do Ribeirão Quilombo

Fonte: Foto de 2005 Defesa Civil, Prefeitura Municipal de Sumaré, 2007 foto na pesquisa de campo

Com a publicação, no jornal Correio Popular, de matéria com o título: Chuvas fortes inundam Campinas e região, do dia 25/3/2005, podemos ter uma dimensão do problema das enchentes em Sumaré após poucas horas de chuva. A notícia também mostra a quantidade de moradores no entorno do Ribeirão Quilombo.

Ontem não houve mais famílias afetadas em Sumaré, a chuva desalojou, entre terça e quarta-feira, cerca de **2,5 mil** pessoas. Dessas, poucas permaneciam abrigadas em um centro esportivo local. Segundo a Defesa Civil do município, o nível do Ribeirão Quilombo, que subiu dois metros além do leito, havia baixado 1,20 metro até as 14h, mas por causa de pancadas localizadas ao longo do dia, as autoridades se mantiveram em alerta. Para ajudar a população mais atingida – de **11 bairros às margens das águas** –, o Estado forneceu 200 cestas básicas e 500 colchões. (Correio Popular -Cidades - 25/3/2005)

Em 2005, a prefeitura iniciou a limpeza com draga no Ribeirão Quilombo com o objetivo de aumentar a calha e alargar as margens, para diminuir o risco de enchentes no seu entorno; nos anos de 2006 e 2007 não houve enchente apesar das obras não terem sido concluídas. Outras medidas também estão sendo realizadas para impedir as inundações — por exemplo, no Jardim Primavera, foram colocadas boca de lobo e galerias de água pluvial.



### 2.3 – Política habitacional em Sumaré

As políticas habitacionais nos municípios apresentam características semelhantes por serem formuladas dentro de propostas nacionais e estaduais, mas, apresentam singularidades por fazerem parte de um processo histórico local. É dentro desta perspectiva de semelhanças e diferenças que procuramos analisar a política habitacional no município de Sumaré.

Entre 1970 e 1980, houve intensificação do processo industrial em Sumaré com a instalação de novas empresas no município, atraídas pela disponibilidade de terras, porque São Paulo e Campinas já haviam iniciado o processo de industrialização há mais tempo e o valor da terra era bem mais elevado. Outros atrativos foram encontrados, como incentivos fiscais e acessibilidade, em decorrência da estrutura viária, ferrovia e proximidade ao aeroporto Viracopos. Neste modelo industrial os trabalhadores migram no eixo de expansão das indústrias visando emprego e menor valor do solo. Enquanto as empresas optam pelos incentivos os trabalhadores procuram condições de sobrevivência.

Na década de 1970, para atender à necessidade de moradia da população foram aprovados 90 loteamentos<sup>30</sup>. Estes, na grande maioria, não possuíam nenhuma infra-estrutura. Seu pagamento era parcelado para facilitar a aquisição para a população de baixa renda, e mesmo assim muitas famílias não conseguiam pagar o valor dos lotes.

No ano de 1983, a prefeitura aprovou nova lei de parcelamento e nesta cumpria a exigência da Lei Federal 6766/79, determinando que os loteamentos sem infra-estrutura não deveriam ser aprovados. Mesmo sendo básicas as exigências como rede de água e esgoto, rede elétrica, sarjeta e asfalto, nenhum loteamento foi aprovado em Sumaré até 1995.

No mandato de Paulo Célio de Moranza (1977-1982), antes da proibição, são aprovados 32.147 lotes, número superior à demanda de loteamentos comparados ao crescimento populacional neste mesmo período. Comparando as taxas de crescimento da população na Tabela 16 e os

---

<sup>30</sup> Dados da Prefeitura Municipal, Diagnóstico do Plano Diretor, (2005).

loteamentos aprovados no município na Tabela 17, mesmo não ocorrendo aprovação de loteamentos nos governos José De Nadai e Paulino José Carrara, podemos observar que as aberturas de loteamentos, principalmente no governo de Moranza, atenderia as taxas de crescimento demográfico. Dividindo o número total da população por quatro, a quantidade de loteamento até os dias atuais, supriria a necessidade da população, mas parte destes loteamentos permanecem vagos, em função da falta de recursos econômicos e falta de política habitacional no município, como observaremos na Tabela 18

**Tabela 16:** Processo de aprovação dos loteamentos entre 1875 e 2004

<b>Períodos (por administração)</b>	<b>Loteado (m<sup>2</sup>)</b>	<b>%</b>	<b>Ruas (Km)</b>	<b>Lotes</b>	<b>%</b>
Distrito de Campinas - 1875 a 1954	2.356.757,10	8,09	40,54	3.345	5,45
Padre José Giordano – 1955 a 1958	3.553.368,55	12,20	60,23	6.008	9,78
Dr. Leandro Franceschini – 1959 a 1962	315.700,00	1,08	6,20	664	1,08
José Miranda - 1963 a 1966	377.558,20	1,30	8,10	1.452	2,36
João S. Franceschini – 1º mandato – 1967 a 1969	493.466,00	1,69	9,18	1.053	1,71
Aristides Moranza - 1969 a 1972	263.294,74	0,90	7,49	518	0,84
João S. Franceschini – 2º mandato – 1973 a 1976	1.997.848,79	6,86	36,04	6.300	10,26
<b>Paulo Célio Moranza - 1977 a 1982</b>	<b>14.278.193,37</b>	<b>49,02</b>	<b>261,95</b>	<b>32.147</b>	<b>52,34</b>
José De Nadai - 1983 a 1988	-	-	-	-	-
Paulino José Carrara - 1989 a 1992	-	-	-	-	-
José De Nadai - 1993 a 1996	348.438,60	1,20	5,55	693	1,13
Antônio Dirceu Dalben - 1997 a 2004	5.143.142,42	17,66	87,27	9.244	15,05
<b>Total</b>	<b>29.127.767,77</b>	<b>100,00</b>	<b>522,55</b>	<b>61.424</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

Na Tabela 16, podemos observar que na administração do prefeito Paulo Célio Moranza ocorreu o maior número de aprovações de loteamento, período que não exigido infra-estrutura mínima para a aprovação dos loteamentos em Sumaré. Comparando as taxas de crescimento da população na Tabela 17, nos governos de José De Nadai e Paulino José Carrara não houve aprovação de loteamentos, mesmo com taxas de crescimento demográfico acima de 7% anual. As

aprovações dos loteamentos ocorriam por interesses divergentes da necessidade da população.

**Tabela 17:** Evolução da População - 1.950 a 2.000

Ano	População Total	Taxa Anual de Crescimento	Loteamentos
1.950	5.850	-	3.345
1.960	10.663	6,19%	9.353
1.970	23.054	8,02%	12.522
1.980	100.589	15,87%	19.340
1.985	145.103	7,60%	51.487
1.990	208.143	7,48%	51.485
1.995	162.098	5,41%	51.485
2.005	219.262	2,6%	61.422

Fonte: IBGE /Obs: Até 1.990 inclui Hortolândia, 2000

O aumento do déficit ocorreu em especial pelo valor da terra, impulsionando o crescimento de loteamentos ilegais e favelas. O problema da falta de infra-estrutura não foi resolvido e a população passou a adquirir lotes irregulares no mercado imobiliário, que aproveitou para que retalhar o município em loteamentos desintegrados entre si e distribuídos nas diferentes regiões do município. O modelo de loteamentos dispersos provocou e continua provocando aumento significativo nos investimentos com infra-estrutura, porque a cidade ficou fragmentada em loteamentos intercalada com grande quantidade de lotes vagos.

A Tabela 18 demonstra que nem todos os lotes urbanizados são efetivamente ocupados. Os lotes vagos representam mais de 30% da oferta no município, em uma região carente de acesso à moradia pela população de baixa renda.

**Tabela 18:** Densidade de ocupação

Região	Lotes		% de ocupação	
	Totais	ocupados		Vagos
Sede	19.823	14.331	5.492	72%
Picerno	2.650	1.845	805	69%
N. Veneza	3.611	2.252	1.359	69%
M. Antonia	8.697	4.996	3.701	57%
Área Cura	10.613	7.648	2.965	72%
Matão	6.645	4.302	2.343	64%
Município	52.039	35.374	16.665	67%

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

Comparando os números dos loteamentos da Tabela 18 (52.039) e da Tabela 16 (61.424), dados estes publicados pela prefeitura no Diagnóstico do Plano Diretor em 2005 pela Prefeitura de Sumaré, percebemos que a administração municipal encontra dificuldade de reconhecer a real quantidade de loteamentos, talvez devido ao grande número de irregularidades fundiária apresentadas no município.

A preocupação da administração municipal neste período foi atrair indústrias, renda e empregos para a cidade, mas não construiu uma política pública preocupada com o crescimento do número de moradias com qualidade de construção e infra-estrutura. A expansão urbana ocorreu no modelo conhecido pelos brasileiros, loteamentos irregulares ou clandestinos e periféricos sem infra-estrutura adequada, apenas com retalhamento de vias e rede de água e energia. Lotes a preços baixos e parcelados atenderam parte da população de baixa renda que tinha como modelo a autoconstrução e autogestão nas moradias. E para alguns que não tinham renda para ter acesso a estes loteamentos a opção foi a ocupação de áreas públicas. Somente entre 1974 e 1975 houve um crescimento de 80% da população favelada. (TOLEDO, 1995)

Na década de 1970, a COHAB-Bandeirantes construiu aproximadamente 500 casas populares, que foram os primeiros núcleos populares de Sumaré, denominados Vila Yolanda Costa e Silva, Vila Zilda Natel e o Núcleo Scyla Médici, localizados próximos ao centro da cidade, mas intercaladas com lotes vazios que só foram utilizados depois da valorização imobiliária decorrentes de investimentos de infra-estrutura em realizadas nas vilas populares. Uma das melhoras urbanas foi a implantação do transporte coletivo em Sumaré para atender à população destas vilas.



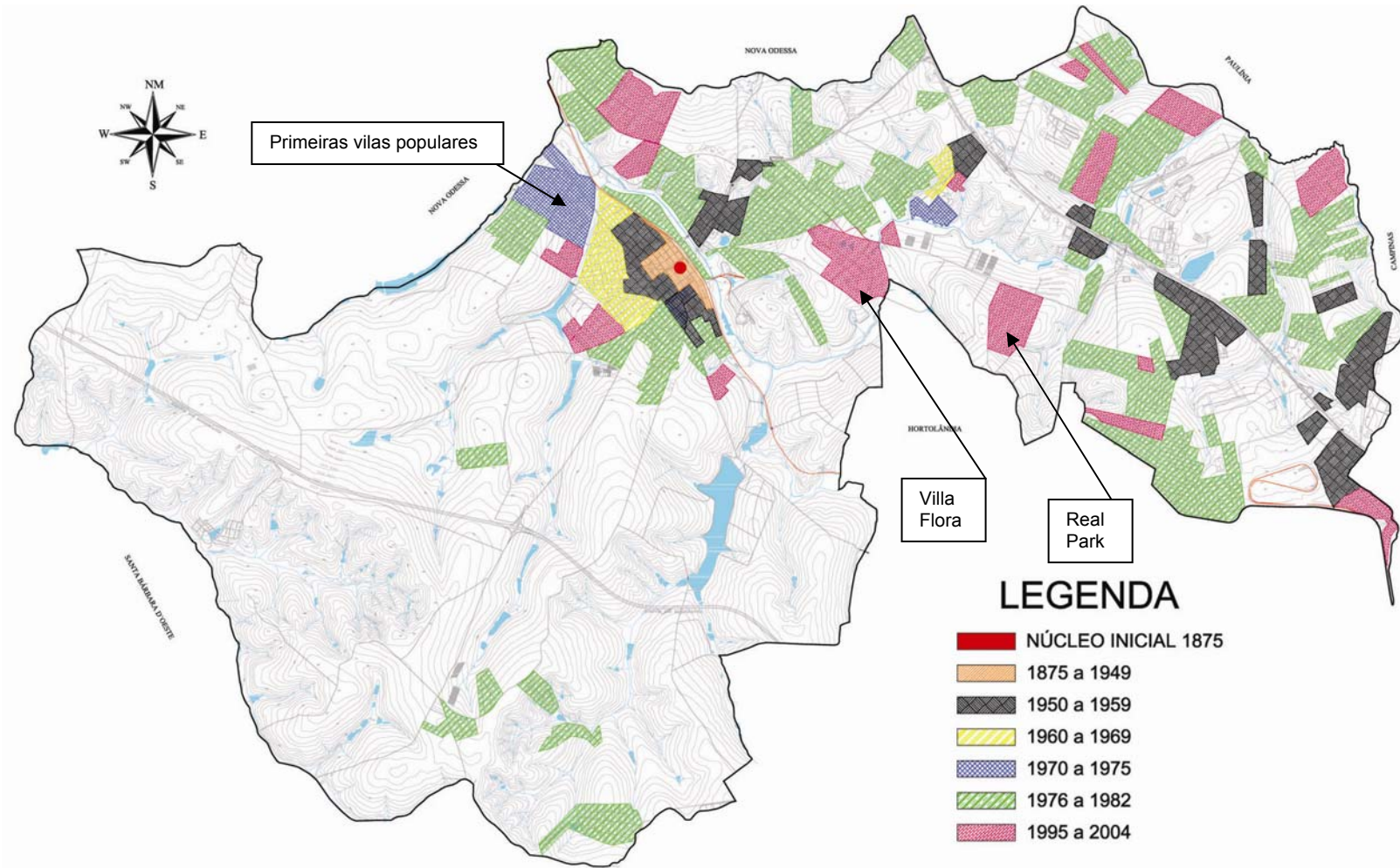
**Figura 19** – Foto de Sumaré, Av Rebouças década 1970, ao fundo as primeiras Vilas Populares construídas pela COHAB.

Fonte: Associação Pró-memória de Sumaré

Ainda na década de 1970 foram construídos outros dois conjuntos habitacionais com aproximadamente 200 unidades cada. Pela CECAP edificou-se o Parque Vereador Euclides Miranda e pelo INOCOOP o Parque Nova Veneza. Depois deste período somente na década de 2000 foram entregues novas unidades habitacionais.

Em 1992, foi aprovado o Plano Diretor da cidade que regulamentou o zoneamento urbano e determinava parâmetros para o parcelamento, uso e ocupações do solo. Com estas novas leis, os loteamentos voltaram a serem aprovados, mas o crescimento ilegal de loteamento e construção de moradias continuou em Sumaré.

O Conjunto Habitacional Ângelo Tomazin, o maior núcleo habitacional de Sumaré com 500 unidades, construído pela CDHU em 1997, foi entregue com urbanização incompleta. Abaixo temos o total de produção do CDHU no município de Sumaré.



**Figura 20** – Mapa da Evolução Urbana de Sumaré  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

**Tabela 19:** Produção Habitacional em Sumaré do CDHU

<b>Período</b>	<b>Unidades</b>
Anteriores a 1995	235 casas
1995/2002	500 casas
2003/2006	498
2007	395 – 75 casa e 320 apto

Fonte: CDHU, <http://portalshcdhu.cdhu.sp.gov.br/>, acesso em 10 de setembro de 2007

O único empreendimento habitacional realizado pela Prefeitura, na história do município, para renda a partir de zero salário mínimo é o mutirão no Jardim das Orquídeas, ainda em fase de implantação.

Com a Lei Municipal 3752/02, é aprovado o loteamento fechado para fins residenciais e comerciais no município. Com a lei, os empreendedores imobiliários passaram investir em projetos para renda médias e altas, como o loteamento Vila Flora (consolidado) e Real Park (em implantação). Entre as décadas de 1990 e 2000 foram implantados dezoito condomínios<sup>31</sup> totalizando 4.479 unidades, todos os empreendimentos direcionados a rendas médias e altas.

Sumaré continua, na década de 2000, recebendo grande número de migrantes, atraídos pelo valor da terra e por sua localização à margem de grandes rodovias e próxima a Campinas. Permanece sendo opção para população de baixa renda à procura de loteamento barato.

O penúltimo Plano Diretor, aprovado em 1992, foi realizado por um escritório de planejamento. Dos seus objetivos, poucos foram alcançados, sendo o principal deles promover a integração dos três distritos de Sumaré; mas um dos distritos, o de Hortolândia, já havia se emancipado em 1991, antes do término do Plano Diretor, aprovado já com objetivos inatingíveis e descontextualizados com a realidade. “As ações públicas nem sempre observaram as diretrizes expostas nos referidos planos”. (CANO; BRANDÃO, 2002, p.179).

<sup>31</sup> Condomínios verticais: Edif. San Marino (40 unidades); Edif. Silvio Ongaro (48); Edif. Sumaré (36); Edif. Caravelle (76); Jaraguá Flat (36); Cond. Res. Vitória I (28); Edif. Ilha da Madeira (36); Condomínios Horizontais: Residencial Pq das Andorinhas (240); Residencial Pq dos Sabiás (304); Cond. Residencial St Teresinha (32); Cond. Altos de Sumaré (372); Cond. Villas de Sumaré (100); Cond. Felipe Alaite (780); Cond. Terra do Sol (400); Cond. Céu Azul I e II (648); C. Res. Pedra das Águas (95); Cond. Res. Pq das Orquídeas (240); Villa Flora (1.280). ( Fonte: Prefeitura Municipal – Departamento de Obras, 2007)

Sumaré aprovou em 2005 o seu quarto Plano Diretor, estabelecendo no Artigo 2º que o “Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano ambiental, aplicável a todo o território municipal e referência obrigatória para agente públicos e privados que atuam no município”. A preocupação é que as diretrizes da lei municipal sejam realmente determinantes na implantação de políticas públicas. Segundo os fundamentos estabelecidos no Artigo 3º, o Plano Diretor deve atuar priorizando a inclusão social, interesses coletivos, proteção ambiental, gestão integrada e função social da propriedade e da cidade. O Plano Diretor estabeleceu diretrizes e prazos para que cada departamento estabeleça suas estratégias para atuar no município.

O Departamento de Habitação tinha o prazo máximo de até outubro de 2007 para elaborar seu Plano Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. As ações do Departamento de Habitação para elaboração da política habitacional começaram com levantamento de ocupações irregulares no município, implantação do Conselho Municipal de Habitação, de caráter consultivo, e a I Conferência de Habitação, que foi construída através da participação popular, iniciada com o I Seminário Habitacional e pré-conferências regionais, tendo população a oportunidade de indicar problemas e propostas de solução para a habitação no município. A metodologia da construção do plano habitacional atendeu às exigências do Plano Diretor, que determina que a população deva ter acesso a processos de decisões e planejamento territorial.

Nas pré-conferências houve em média participação de 80 pessoas<sup>32</sup>, em cada uma das seis regionais do município. Os temas discutidos foram Desafios Habitacionais, e a população contribuiu com sugestões e críticas, elaborando propostas para o Plano Habitacional de Interesse social, que foram subdivididas em cinco itens: Regularização fundiária; Controle social; Produção habitacional para baixa renda, Meio ambiente e saneamento e recursos habitacionais.

A I Conferência Municipal de Habitação foi realizada no dia 21 de outubro de 2007, no teatro de Nova Veneza. A organização do evento foi através

---

<sup>32</sup> O movimento popular entregou na conferência panfleto mimeografado, mostrando seu desejo de conquistar o direito à moradia. (cópia em anexo)



da Secretaria de Habitação, com objetivos de analisar e aprovar as diretrizes para o Plano Municipal de Habitação, estruturar o Fundo de Habitação e discutir os temas que foram definidos nas pré-conferências pelos munícipes. Outra meta foi eleger representantes para o Conselho Municipal de Habitação. Segundo a assessora técnica de Habitação, Maria Ildete Leal Falcirol: “O novo Conselho saiu da Conferência com a missão de fazer os relatórios das questões levantadas pelos participantes e da Proposta do Plano Municipal”.

A regularização fundiária está em processo de implantação no município, sendo a Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Estratégica o departamento responsável pela elaboração dos projetos que envolvem a regularização. Como são muitas as áreas ocupadas e há diversos tipos de favelas, a secretaria passa por processo de contratação de um programa de regularização fundiária que vai identificar cada assentamento e suas irregularidades. O objetivo é levantar diagnóstico para poder entender e propor instrumentos e formas de regularização, além de tentar identificar mais alguns assentamentos que não foram identificados como irregulares.

Sobre a regularização fundiária, a assessora técnica da secretaria, declarou:

A regularização não diz respeito só à produção, mas ela diz também respeito a loteamentos que foram regularmente aprovados, mas que não foram implantados ou registrados corretamente. A equipe de regularização é multidisciplinar composta por engenheiro, arquiteto, advogado, assistente social, topógrafo. A meta da secretaria é fazer uma regularização sustentável, com a regularização fundiária, a regularização urbanística e a regularização ambiental. E na fase final da regularização dar um título de posse com registro em cartório, que é diferente de um título de propriedade. A regularização para ser efetiva tem que ter o envolvimento da comunidade, mobilização da população para que eles se apropriem deste e comecem a caminhar com ele, cobrar do poder público ou conseguir propor outras alternativas, além de garantir a permanência desta população nas áreas regularizadas, para que estas áreas sejam efetivamente ocupadas por pessoas que constituam pessoas de baixa renda, e sendo o público alvo do nosso programa. Porque não adianta um documento se você não muda a vida da pessoa e não garante a permanência destas pessoas na área. Tem que pensar também que há valorização imobiliária com a regularização. Viver na regularidade também significa ter custos. Então não pode ser uma política só de regularização, mas ampla de geração de emprego e renda, de mobilização social. É complexa e ela é transversal, afeta a

secretaria de planejamento, ação social, meio ambiente, obras, ela é linear, afeta todo mundo. A gente entende a regularização como uma parte da inclusão das pessoas, normalmente a irregularidade política é afastar as pessoas, não é só a irregularidade é a exclusão de tudo, exclusão do território porque não está legal e exclusão dos equipamentos públicos, não tem acesso a educação à cultura. Estamos tentando reverter este processo de exclusão com a regularização. Ela é uma peça, é uma parte do processo de inclusão social, não adianta também terminar as obras e achar que terminou o processo, as pessoas precisam estar incluídas, não apenas tituladas, mas incluída na cidade. (Secretaria de Planejamento de Sumaré, 2007)

A regularização fundiária é um processo que está em construção também a nível federal. O Ministério da Cidade e a implantação do Estatuto das Cidades e dos Planos Diretores ampliaram os instrumentos legais da regularização e as verbas destinadas pelo governo federal. A alteração da Constituição Estadual, com a emenda 23/07, inciso VII, artigo 180 passou a permitir a regularização em áreas públicas, que antes a Constituição vedava.

Apesar do Departamento de Habitação entender a necessidade de implantação de política habitacional de interesse social, a quantidade das construções e a regularização de favelas e assentamentos irregulares ainda é insuficiente para a diminuição do índice de déficit habitacional do município, precisando ampliar programas habitacionais para renda de 0 a 3 salários mínimos.

## **2.4 – Diagnóstico habitacional em Sumaré**

O Departamento de Habitação e Obras de Sumaré elaborou, em 2006, diagnóstico dos problemas habitacionais do município, entre eles:

- 77 áreas de ocupação, sendo 17 em áreas de risco e 36 em áreas de proteção ambiental. (Figura p.86)
- 70 % das ocupações no entorno de ribeirões.
- 57% população favelada com menos de 18 anos.
- produção de assentamentos de baixa renda, com infra-estrutura inadequada, precariedade em serviços públicos e ausência de regularização fundiária.

- problemas de construção em decorrência de arquitetura edificada com pouca qualidade, basicamente da auto-construção.
- ausência de projetos habitacionais para renda de até dois salários mínimos, exceto o projeto de mutirão no Parque das Orquídeas, com 54 moradias.
- pouco investimento na qualificação profissional, para geração de renda.
- alto grau de urbanização de 98,87% com crescimento fragmentado e infra-estrutura incompleta.
- no município, 98,97% tem coleta de lixo e 97,38% conta com abastecimento de água. No entanto, somente 77,48% têm coleta de esgoto e 14 % coleta de esgoto sanitário tratado.
- áreas de proteção ambiental protegidas por lei, sem fiscalização, acabam sendo uma alternativa para a ocupação.

Em 2007, os programas habitacionais existentes no município eram: o Programa de Subsídio Habitacional, para construção de 54 casas no Parque das Orquídeas, e programas em parceria com o governo federal (PAR), para rendas entre três a cinco salários mínimos. Através do financiamento da Caixa Econômica Federal, os projetos habitacionais eram 192 apartamentos na chácara Bela Vista e 234 casas no Portal Bordon. Um novo projeto, também com financiamento pelo sistema PAR, previa o início da construção de outras 253 casas no Bordon e mais 480 apartamentos, em área a ser definida.

## **2.5 – Favelas em Sumaré**

O objetivo é refletir sobre o processo de edificação de favelas na cidade de Sumaré, que acompanhou paralelamente a industrialização e o crescimento urbano a partir da década de 1970. A favela São Domingos, consolidada em Sumaré há mais de 30 anos, constituiu-se em um estudo de caso.

No período de grande crescimento populacional no município, houve processo de retalhamento da cidade em loteamentos. A oferta de lotes na cidade,

mesmo sem infra-estrutura e a baixos preços, não atendeu à necessidade de parte da população, principalmente a migrante e de baixa renda. As ocupações de áreas públicas para edificação de favelas acabaram sendo a alternativa para muitas famílias interessadas em permanecer na região que apresentava constantemente ofertas de empregos em decorrência ao avanço industrial.

A escolha pelas favelas não era garantia de conforto para a família, pois estas acabaram ocorrendo, geralmente, em áreas com precária infra-estrutura, ausência ou precariedade de serviços públicos e áreas de risco, por ocuparem normalmente regiões sem valor imobiliário.

Em Sumaré as favelas apresentam características de serem em grande número, espalhadas por todo o município e em áreas relativamente pequenas, ocupando porções de bairros como, por exemplo, uma rua ou uma quadra. As ocupações ocorrem geralmente em áreas públicas deixadas pelos loteamentos, como área de reserva ou área de lazer, e também em áreas as margens de curso de ribeirão.

Em 1989, através do Departamento do Bem Estar Social, a Prefeitura de Sumaré realizou um levantamento dos núcleos de favelas e os usos anteriores das áreas que foram ocupadas. Os dados mostram que as ocupações ocorreram quase na totalidade em espaços públicos que haviam sido destinados à preservação ambiental e áreas de lazer.

O secretário de Habitação do município, Sebastião Chagas, em entrevista concedida em 2007 relatou que o primeiro projeto do grupo atual ao assumir a secretaria foi fazer um levantamento sobre a população que morava em favelas em Sumaré. A necessidade era conhecer a realidade para poder atuar nesses núcleos. O projeto foi realizado em 2005 e os dados foram levantados através de questionários casa a casa, nas favelas do município. Segundo o secretário os dados anteriores eram realizados por amostragem o que pode ter algumas distorções.

Os levantamentos de 1989 e 2005 foram realizados com metodologias diferentes, mas mesmo assim foram utilizados para contrapor os dados. O objetivo das várias Tabela subseqüentes (20A, 20B, 20C, 20D, 20E, 20F, 20G) é

comparar os dados dos levantamentos sobre a população de núcleos de favela e observar as médias de pessoas por famílias e a função anterior da terra antes da ocupação. A prefeitura não tem informação sobre destinação inicial de algumas das áreas. Os levantamentos também divergem em números e algumas áreas apareceram e outras sumiram no levantamento de 2005 em comparação com o de 1989.

**Tabela 20A:** Região Picerno

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas por família	Destinação inicial da área
Jd. Picerno I	50	42	168	4	Lazer
Jd. Picerno II	30	42	168	4	Lazer
Jd. Basilicata	100	187	748	4	Lazer
Jd. Lucélia	60	54	216	4	Lazer
Jd. São Domingos	200	61	244	4	Lazer
Vila Rebouças	40	52	208	4	Praça
Pq. Rosa e Silva	60	194	776	4	Lazer
Virgílio Basso	100	99	396	4	Lazer
Vila Valle	120	180	720	4	Praça
Jd. Das Orquídeas	--	128	512	4	--
<b>Subtotal Região Picerno</b>	<b>760</b>	<b>1.039</b>	<b>4.156</b>	<b>4</b>	<b>--</b>

**Tabela 20B:** Região da Área Cura

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas por família	Destinação inicial da área
Jd. São Francisco	114	123	492	4	Lazer
Pq. Das Nações	120	118	472	4	Praça
Jd. Danúbio Azul	30	22	88	4	Praça
Pq. Santo Antônio	180	122	488	4	Praça
Jd. Denadai	70	88	352	4	Praça
Jd. Calegari	100	109	436	4	Verde
Jd. Nova Esperança I, II e III.	500	--	--	--	Lotes urbanizados
Pq. Bandeirantes	110	93	372	4	Recreio
Jd. São Judas I (rua das torres)	110	87	348	4	Parque
Jd. São Judas II	700	--	--	--	Fepasa
Jd. Bom Retiro	100	91	364	4	Recreio
Pq. Res. Ypiranga	30	41	164	4	Lazer
Jd. Santiago	90	30	120	4	Verde
Jd. Denadai (ocupação recente)	230	--	--	--	--
Jd. Denadai (ocupação M. Domene)	180	--	--	--	--
Pq. Bandeirantes (ocupação Argentino)	80	27	108	4	--
Aclimação	--	76	304	4	--
Jd Maracanã	--	04	16	4	--
Flasco	--	--	--	--	--
<b>Subtotal - Área Cura</b>	<b>2744</b>	<b>1031</b>	<b>4124</b>	<b>4</b>	<b>--</b>

**Tabela 20C: Região Matão**

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas por família	Destinação inicial da área
Jd. São Luiz	100	07	28	4	Praça
Jd. Santa Clara	250	191	764	4	Praça
Jd. Morumbi	100	17	68	4	Praça
Pq. Progresso	20	20	80	4	Lazer
Res. Santa Terezinha	50	70	280	4	Praça
Res. Santa Terezinha	100	--	--	--	Lazer
Jd. Oliveiras	100	29	116	4	Praça
Pq. General. Osório	50	32	128	4	Praça
Jd. Santa Olívia	44	30	120	4	Praça
Jd. Lúcia	60	21	84	4	Praça
Vila Martins	50	96	384	4	Praça
Jd. Minnesota	150	176	704	4	Verde
Jd. Paraíso I	30	48	192	4	Verde
Jd. Paraíso II	50	16	64	4	Verde
Jd. Martins	30	55	220	4	Verde
Nova Terra	250	266	1064	4	Praça
Jd. Julia	--	03	12	4	--
Jd. Santa. Catarina	20	33	132	4	Praça
Pq. Yolanda	40	31	124	4	Lazer
Condomínio Coronel	--	55	220	4	--
<b>Subtotal – Matão</b>	<b>1.494</b>	<b>1.196</b>	<b>4.784</b>	<b>4</b>	<b>--</b>

**Tabela 20D: Região Nova Veneza**

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas por família	Destinação inicial da área
Jd. Vitória	300	--	--	--	Particular
Jd. Davina	200	228	912	4	Particular
Jd. Seminário	40	25	100	4	Recreio
Jd. Seminário	300	--	--	--	Recreio
Jd. do Trevo	40	23	92	4	--
Jd. N.Sra.da Conceição II	100	195	780	4	Particular
Jd. N.Sra.da Conceição I	30	68	272	4	Recreio
Pq. Da Amizade	40	42	168	4	Verde
Pq. Ideal	80	53	212	4	Praça
Pq. Jatobá	100	126	504	4	Lazer
Jd. Bela Vista	60	96	384	4	Lazer
Pq. Virgílio Viel	30	42	168	4	Lazer
Monte Santo	--	04	16	4	--
Res. Manoel de Vasconcelos	--	02	08	4	--
Jd. Paulistano	--	05	20	4	--
Chácara Florença	--	07	28	4	--
Jd. Luiz – Cia	--	09	36	4	--
<b>Subtotal – R. N. Veneza</b>	<b>1320</b>	<b>925</b>	<b>3.700</b>	<b>4</b>	<b>--</b>

**Tabela 20E: Região Maria Antonia**

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas por família	Destinação inicial da área
Pq. R. Salerno	150	210	840	4	Lazer e institucional
Lot. Cidade Nova	100	56	224	4	--
Jd. Manchester	60	59	236	4	Praça
Jd. Amélia	--	02	08	4	--
<b>Subtotal Região Maria Antonia</b>	<b>310</b>	<b>327</b>	<b>1308</b>	<b>4</b>	<b>--</b>

**Tabela 20F:** Região Central

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas p/ família	Destinação inicial da área
Jd.Puche/ Jd. Palmeiras/ Jd. São João.	120	30	120	4	Recreio/praçã
Pq. Res. Casarão	20	21	84	4	Lazer
Pq. Res. Florença	40	45	180	4	--
Jd. Alvorada	150	165	660	4	Recreio
Pq. Franceschini	150	150	600	4	Praça
Costa e Silva	--	03	12	4	--
Jd. Das Palmeiras	--	72	228	3,16	--
Três Pontes	--	175	700	4	--
Dante Marmirole	--	01	04	4	--
Estrela Dalva	--	02	08	4	--
Pq São Bento	--	01	04	4	--
<b>Subtotal Região Central</b>	<b>480</b>	<b>665</b>	<b>2600</b>	<b>3.90</b>	<b>--</b>

**Tabela 20G:** Total de famílias morando em favelas no município de Sumaré

Bairro	Nº de Famílias em 1989	Nº de Famílias em 2005	Nº de pessoas em 2005	Média de pessoas p/ família	Destinação inicial da área
TOTAL DO MUNICÍPIO	7108	5.183	20.672	3.98	--

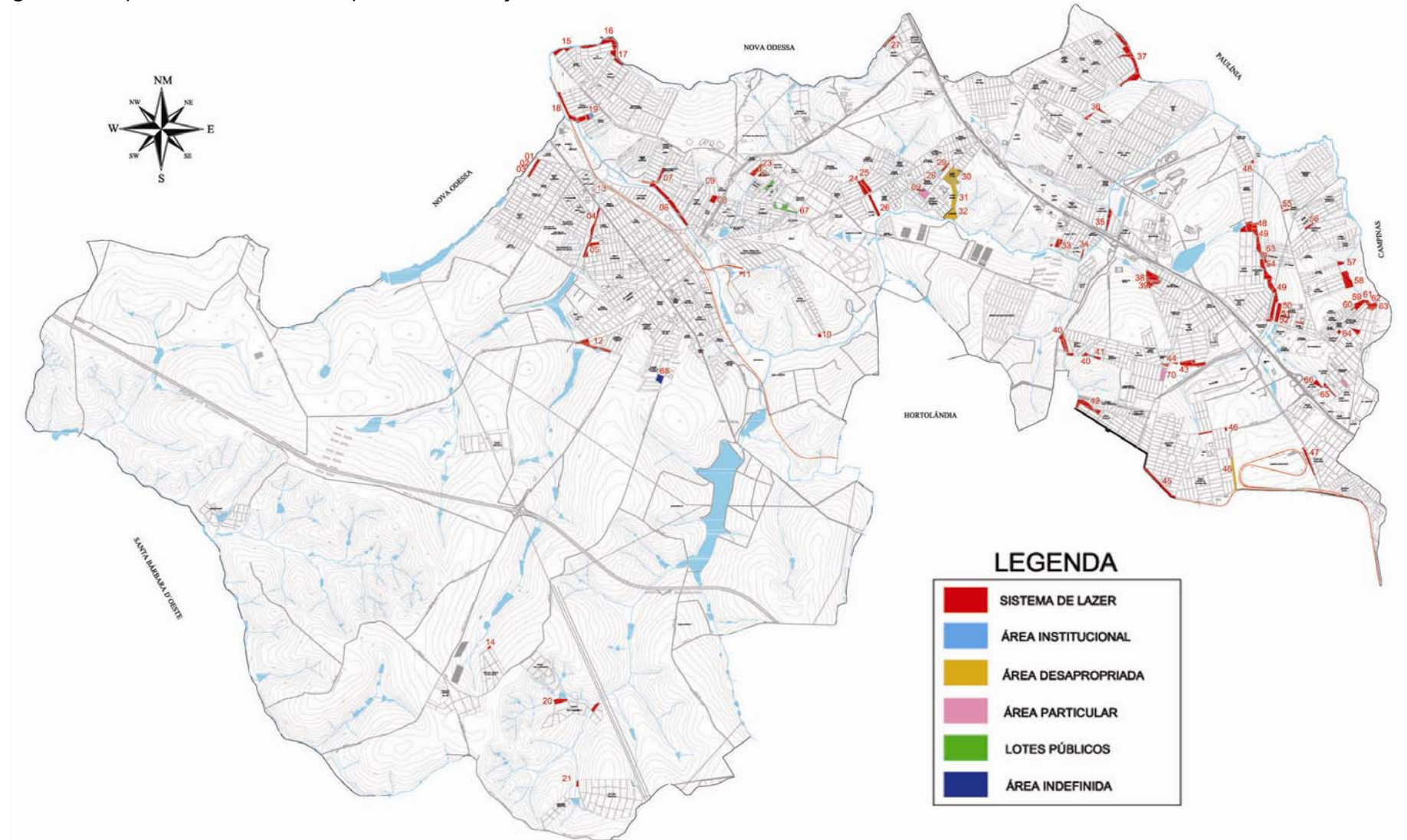
Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005

O total de famílias vivendo em favelas no município era de 5.183, em 2005, aproximadamente 10% da população. Os números mostram que as áreas de favelas são muitas, porém a maioria com poucas famílias. O fato de serem pequenas e ocuparem parte de bairros contribui para a utilização de serviços públicos e benefícios de infra-estrutura como rede de água e energia.

As mudanças de 1989 para 2005 apontam uma diminuição, no município, de famílias em morando em favelas. Essa diminuição é decorrência das mudanças nas regiões mais distantes do centro, como Matão e Área Cura, local que o número de famílias diminuiu.

Em 2005, como a população foi contada por famílias e por pessoas foi possível fazer a média familiar, e podemos verificar a média de quadro pessoas em todo o município, o que contraria a visão preconceituosa que a população moradora em favela tem grande número de filhos.

**Figura 16:** Mapa das favelas do município e com as funções anteriores das áreas



Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005



No município a implantação de programa de regularização de loteamentos irregulares é recente e lenta, para atender ao conjunto de irregularidades edificadas na formação do espaço urbano do município. A intervenção ocorreu nos bairros Jd. das Orquídeas e Nova Esperança. No primeiro, a Prefeitura comprou o loteamento para remoção de famílias moradoras em área de risco; no segundo, ocorreu assentamento de população e está em processo de conclusão com regularização fundiária.

O **Projeto Ribeirinha** começou a ser realizado pelo Departamento de Habitação de Sumaré em 1999. A realização deste justificava-se como benefício para toda a população<sup>33</sup>. Afirmava que melhorar a habitabilidade dos favelados é melhorar a qualidade de vida dos moradores vizinhos. No Projeto, as áreas inundadas são prioridades, destacando-se a favela São Domingos, considerada a mais prejudicada. O Projeto iniciou os trabalhos, porém não foram atingidos todos os objetivos pretendidos, e a gestão posterior precisou retomar e reestruturar o Projeto para atender a população local.

A cidade de Sumaré apresentou um crescimento explosivo entre 1960 e 1980. Houve grande processo de industrialização e urbanização acompanhadas com a chegada de migrantes vindos de várias regiões do país para servir de mão-de-obra das indústrias. O crescimento atendia à necessidade de mão-de-obra da indústria, mas não houve paralelamente desenvolvimento de política habitacional para atender a essa população, que buscou moradia através do mercado ilegal, dentro das condições que possuíam loteamentos irregulares, ocupações de favelas, inclusive em áreas de risco. O problema habitacional passou a ser um desafio a ser superado, em decorrência das condições das moradias de grande parte da população e do alto índice do déficit habitacional.

---

<sup>33</sup> Favelas não são problemas, apenas, para quem as habita, muito menos, para o poder público municipal, é agressão aos próprios moradores circunvizinhos que se vêem obrigados a partilhar o seu espaço com o espetáculo degradante deste tipo de ocupação. Projeto Ribeirinha, 1999, p. 2

## CAPÍTULO 3:

### ESTUDO DE CASO: FAVELA SÃO DOMINGOS

Na favela São Domingos residem famílias, desde o final da década de 1970<sup>34</sup>, alguns outros projetos foram iniciados para remoção das famílias, por ser considerada uma área de risco, mas não chegaram a serem realizadas as intervenções necessárias. A população continuou crescendo ao longo destas décadas também por ser uma área localizada próxima ao centro, melhorando as ofertas de empregos no comércio e para serviços domésticos, sendo também melhor equipada de serviços públicos nas áreas de saúde e educação.



**Figura 22:** Foto satélite da área de ocupação do São Domingos

Fonte: Google Earth (22° 48'50.09"S 47° 15'55. 41"O elev. 549m)

O Projeto começou com a desapropriação da área do Jardim das Orquídeas para construção de casas e remoção dos moradores da área ribeirinha do Jardim São Domingos. Foram realizados cadastros das famílias residentes e o critério de escolha foi sorteio entre as famílias cadastradas. As sorteadas

---

<sup>34</sup> Não se tem registro exato de quando começou a ocupação no Jd. São Domingos. Em cadastro realizado pela prefeitura em 1999, foi solicitado o tempo de residência das pessoas no local e algumas chegaram a declarar que moravam no local a 54 anos, Ataíde C. da Silva, 40 anos, Arlindo José Avelino, 39 anos, Isaura de Souza Bachin, alguns há 20 e outros menos de 10 anos.

precisavam providenciar a documentação necessária para serem aprovados no Projeto, por exemplo, documentos pessoais, certidão negativa de propriedade e antecedente criminal.

O plano de trabalho tinha como proposta utilizar profissionais da Prefeitura para realizar serviços como terraplanagem e construir as casas no sistema de mutirão, sendo cada morador responsável pela construção de sua casa com apoio técnico da prefeitura, exceto em caso de pessoas idosas. Um dos obstáculos para a realização do mutirão era que as pessoas tinham disponibilidades diferentes de horários para construir as casas e 45% apenas nos finais de semana. Os materiais seriam entregues pela Prefeitura e os moradores que construíssem as casas sem ajuda de mão-de-obra da Prefeitura seriam isentos por cinco anos de IPTU.

O Projeto inicial pretendia a construção de 200 casas<sup>35</sup> geminadas em lotes de 132 m<sup>2</sup>, e 27 m<sup>2</sup> de construção<sup>36</sup>, chamadas pelo prefeito Dirceu Dalbem de modelo embrião, pelas possibilidades de ampliações. O regime de mutirão acabou não ocorrendo e a prefeitura assumiu as obras que foram iniciadas em 1999. Do total de 200 casas, apenas 43 foram construídas<sup>37</sup> e 151<sup>38</sup> lotes sorteados e entregues em 2001<sup>39</sup>. As casas foram produzidas com uma previsão de custo total de R\$ 11.508,03.

As casas foram cedidas com concessão de uso especial, para o fim específico de moradia para a família. A concessão também só seria dada a pessoas sem propriedade de imóveis urbano e rural.

---

<sup>35</sup> A divulgação do início da construção das 200 casas ocorreu na imprensa local, com grande mobilização municipal com a presença do prefeito Dirceu Dalbem e o vice Bachim, além de outros.

<sup>36</sup> No projeto as casas teriam uma sala/dormitório de 3,30 X 3,95 metros, uma cozinha de 3,30 X 2,07 metros e um banheiro de 1,20 X 2 metros e um hall de 2 X 1,20. As famílias teriam a opção de aumentar a casa na lateral 3,70 metros e nos fundos 8 metros. O custo de casa por unidade foi calculado em 4 mil.

<sup>37</sup> Construídas 34 casas para famílias do Bairro São Domingos e 09 para as do Virgínio Basso.

<sup>38</sup> Foram entregues 151 lotes, beneficiando 135 famílias do São Domingos e 16 do Virgínio Basso.

<sup>39</sup> O departamento de habitação possui registro com fotos sobre as obras entregues pela prefeitura. Neste aparece a entrega das quarenta e três casas do Jd. das Orquídeas em 2001 como primeira etapa de entrega e novamente em 2003, como segunda etapa de entrega, no entanto só foram entregues as quarenta e três casas. Decidi colocar como 2001, porque nos arquivos do departamento existe um ofício comunicando a entrega das casas em 2001 e informando as pessoas contempladas.

Ao receber o lote, a pessoa assinava termo de compromisso para construção da casa no prazo determinado pelo Departamento de Habitação.



**Figura 23:** Construção da 1ª etapa das casas no Jd. Das Orquídeas



**Figura 24:** Famílias mudando para nova casa, na 1ª etapa das casas no Jd. Das Orquídeas

Fonte: Prefeitura Municipal - Departamento de Habitação de Sumaré, 2000

No local de remoção das famílias, as antigas casas são demolidas e existe fiscalização para que novas ocupações não aconteçam. Algumas famílias, no momento em que são removidas transferem a moradia para outra família moradora do São Domingos, procedimento permitido somente quando a casa da família removida possui melhor infra-estrutura comparada a casa da família que espera pela remoção, demolindo a casa mais precária.

A prefeitura colocou nas áreas que as casas estão sendo demolidas, placas com o objetivo de garantir o congelamento do local. Fotografia demonstrando placa de congelamento na Figura 25.



→ Informação contida na placa:

“Desfavelamento Jd. São Domingos e Pq Residencial Virgínio Basso.  
Área de risco  
“Núcleos congelados desde 08/01/1999, proibida à venda e construção de novas moradias”.

**Figura 25:** Placa de congelamento do Jd. São Domingos e Parque Virgínio Basso.

Fonte: Prefeitura Municipal - Departamento de Habitação de Sumaré, 2001

A partir de 2005, um novo Projeto foi construído com o objetivo de continuar a remoção das total das famílias da área ocupada do São Domingos e Virgínio Bassos para o Jardim das Orquídeas.

O Projeto está sendo realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a COHAB, desde 15 de agosto de 2005. O convênio foi assinado com o valor de 6.000,00 reais por moradia, sendo repassado 5.800,00 em material de construção e 200,00 com gastos de assessoria. Com dificuldades e atrasos, a Prefeitura, em sistema de mutirão, entregou em fases as casas para os moradores.

O Projeto consiste em um programa de mutirão, para a construção de 54 unidades, e 12 casas acabaram sendo construídas por conta própria, sem necessidade de mão-de-obra da prefeitura, receberam apenas o Kit de construção. As 42 casas estão sendo realizadas em mutirão. Segundo a funcionária da prefeitura responsável pela parte social do projeto, Edna Valine Pereira, a dificuldade do Projeto é fazer os moradores trabalhar, por terem pouco tempo para trabalhar no mutirão e porque acreditam que a Prefeitura é que deveria construir as casas, como ocorreu na primeira etapa, em 2001.

A Prefeitura pretende terminar o Projeto de mutirão com a remoção de todos os moradores da favela São Domingos e posteriormente intervir nesta área

para garantir o uso do local de acordo com a proposta inicial, de área pública de lazer.

### **3.1 - Relatório das entrevistas com os moradores**

Os objetivos de realizar as entrevistas qualitativas era o de conhecer através da fala dos próprios moradores os motivos da escolha para morar na área de ocupação, a identidade com o local, as vantagens e desvantagens do tempo que moraram no São Domingos, as expectativas com a mudança para o Jardim das Orquídeas e a organização do movimento social entre os moradores. Enfim, através das informações obtidas, analisar o processo de construção da ocupação e da remoção para o Jardim das Orquídeas.

As entrevistas com os moradores foram realizadas nos meses de junho e julho de 2007. Sobre a área ocupada foram obtidas informações quantitativas através de pesquisas realizadas pela Prefeitura Municipal de Sumaré e da Fundação SEADE. As entrevistas foram realizadas na área ocupada do São Domingos com os moradores: Rosângela de Cácia (46 anos), moradora no bairro há 21 anos, doméstica, alfabetizada; Selma de Aparecida Gonçalves Mello (34 anos), moradora no bairro há 12 anos, desempregada, alfabetizada (não terminou o ensino fundamental); Everson do Amaral (27 anos), morador há nove anos, ensino fundamental; e Laura Santos Rodrigues de Almeida (60 anos), alfabetizada, moradora no bairro há 23 anos.

Um critério de escolha dos entrevistados foi o de conter uma amostra representativa de diversidade de moradores. Outra escolha era quanto à ocupação do espaço, entrevistando pessoas que ocupam pontos diferentes na favela do Jardim São Domingos. Na escolha dos entrevistados, a opção foi a de ser uma liderança no bairro (Everson), uma moradora que não acredita no mutirão e não quer a remoção (Selma), uma moradora que participa do mutirão, mas não tem atuação no movimento popular (Rosângela), e uma moradora da terceira idade (Laura).

Nas entrevistas, foram realizados questionamento para entender a mudança destas pessoas ao bairro, as dificuldades e oportunidades encontradas e a participação no processo de remoção. As questões abordadas foram: Nome? Família? Profissão? Escolaridade? morava antes de vir para o bairro? Há quanto

tempo mora no bairro? Como foi a escolha de morar no São Domingo? Que mudanças ocorreram de quando passou a morar aqui até os dias atuais? Como foi a experiência de morar no São Domingos? Vai sentir saudades? Quais os principais problemas enfrentados? Que facilidade encontrava em morar aqui? Está confiante no mutirão? Acredita que sua vida vai melhorar quando mudar para o Jardim das Orquídeas?

Nas entrevistas, podemos observar diferentes visões sobre a realidade local, podemos observar que em alguns momentos concordam e discordam das mesmas situações. Como, por exemplo, a respeito da remoção. Destacamos abaixo algumas características do resultado das entrevistas:

- Para os entrevistados, a escolha de morar na área estava ligada ao desemprego ou aos baixos salários, atuavam em trabalho doméstico, lavoura e ajudante de pedreiro. Para três dos quatro entrevistados a mudança ocorreu quando se casaram, para dois deles com gravidez na adolescência.

- Nasceram na região de Campinas (exceto a Laura), mas os pais são migrantes de outros estados.

- Possuem poucos anos de escolaridade, mas têm orgulho de dizer que os filhos estão estudando, esperançosos que se formem e tenham bons empregos.

- Quanto à educação dos filhos, demonstram receio de que se envolvessem com drogas ou roubo. Tentaram educar os filhos dentro de casa convivendo pouco na comunidade.

- Morar na favela nunca foi um empecilho para conseguir emprego ou ser discriminado. Segundo o Everson, as pessoas que moram fora das favelas os vêem de outra forma e, apesar de nunca sofrer preconceito, tem medo que os filhos sofram, por isto é melhor mudar para o bairro. Sobre o assunto, a Selma tem outra versão, já deixou de ser empregada em casa de família por morar no São Domingos e percebeu várias vezes diferença no posto de saúde quando informou o endereço.

- A renda familiar é baixa, em alguns casos não chega a salário mínimo, não têm trabalho com registro (exceto o Everson).

- Gostam de morar na área, elencando como ponto positivo a relação com os vizinhos, facilidade da mobilidade pela localização próxima ao centro e os



serviços públicos oferecidos. De acordo com a Laura “A gente, todo mundo se conhece, um ajuda o outro a gente não se sente sozinha. Quando nós mudar pra lá o bom é que vamos ficar próximos, poder continuar o companheirismo, vai ser bom”.

- O maior problema enfrentado são as enchentes, que os fizeram perder mais de uma vez tudo que tinham e deixando-os sempre em alerta, mesmo depois de terem sido feitas obras de drenagem no Ribeirão Quilombo. Segundo a Selma “Aqui a única coisa que atrapalha é a enchente. O problema aqui é o rio, se não fosse o rio não teria problema, a verdade é essa. Problema tem aqui como existe na cidade ou em qualquer outro lugar”.

- A violência diminuiu muito na área. Há alguns anos presenciavam pessoas consumindo e vendendo drogas, além de mortes violentas. Depois da atuação mais intensiva de policiamento, as pessoas que praticavam estes atos foram saindo do local, outras foram presas ou mortas. Melhorou a segurança dos moradores, mas mesmo antes se sentiam seguros, porque acreditavam que só eram violentos com quem interferia na sua atuação ou devia dinheiro para estes grupos. Na fala da Rosangela, podemos perceber o medo da violência e do envolvimento dos filhos com a droga: “Eu convivi muito uns anos atrás com problemas de drogas, muito aqui em frente a minha casa com filhos pequenos, né. Eu sempre orando a Deus, pedindo a Deus que guardasse meus filhos. E graças a Deus eu venci, acabou, pelo menos aqui em frente a minha casa, em volta da minha casa acabou”.

- Todos estão cadastrados e participando do mutirão, apenas uma ,a Selma, deixou de construir e não acredita na realização do projeto, porque trabalhando no mutirão poucas vezes construiu sua própria casa, pois a construção acontece por etapas. Comenta: “Pedi a conta do meu serviço, pra ir trabalhar lá, trabalhei até abril pra não ver nada, pra mim não dá”(…)“Daqui eu não saio, não comprei dele. Não foi ele que me deu, (a entrevistada fala do atual prefeito, Bachim) Não dependo da prefeitura graças a Deus, nada, nada, pode perguntar. Passo minhas necessidades, vou atrás de meus parentes, mas da prefeitura não, não tenho nada com a prefeitura”.

- A esperança é grande quanto à nova moradia. Acreditam que vai melhorar a vida, as oportunidades. Comenta Rosangela: “A diferença é que lá vai ser nosso e outra em tempo de chuva pode deitar com a cabeça no travesseiro e



dormir a vontade, não precisa se preocupar. Aqui mesmo a gente acorda assim, geralmente é sempre de madrugada, quando dá as enchentes é sempre de madrugada, que ela vem. A gente acorda com os vizinhos chamando, a turma que vem lá do fundo gritando, é horrível, é momentos muitos difíceis que nós passou aqui”.

- A realização do mutirão acontece com problemas, em alguns momentos de falta material, de dificuldade em arrumar o tempo para trabalhar no mutirão e conflitos com outros mutirantes. Segundo a Selma, abandonou porque não acredita e por relacionamento “Não acharia ruim trabalhar, mas é horrível, um quer mandar no outro, eu acho que eu nunca nasci pra ser patrão, de ninguém” (...) “Era muita fofoca, muito disque me disque. Você não sabe quem diz a verdade. Você não sabe realmente se vai sair, o que realmente vai acontecer. (choro)”. Para a Laura, a experiência de trabalhar no mutirão “Tá sendo muito boa, o pessoal daqui é tudo amigo, aqui pra falar a verdade a gente se diverte, fizemos até festa, a sede aqui ficou enfeitada, esta sala aqui virou até cozinha, tinha muita comida, nós dancemos, foi muito bom”. Relatou que quando começou a trabalhar estava com depressão e hoje se sente curada, não tem mais as feridas da perna que eram sintomas da doença.

As Figuras 26 à 33 foram retiradas nos dias das entrevistas, são uma tentativa de documentar características da favela São Domingos, das moradias e também da construção das casas do Jardim das Orquídeas para estão sendo removidas as famílias.



**Figura 26:** Fotos da moradia de Rosangela (Frente da casa, ao lado material de reciclagem).

A favela São Domingos ocupa apenas uma parte do Bairro São Domingos, fica no entorno do Ribeirão Quilombo, as casas possuem infraestrutura básica com rede de água e energia. A maioria das casas fica na Rua 01,

que é asfaltada. Todos possuem endereço, são entregues as contas de consumo e correspondência do correio.

O tamanho do terreno ocupado pela família de Rosângela possibilita guardar material de reciclagem, recolhido no principalmente no comércio central e que representa a maior renda da família. Este material precisa ficar guardado, pois apenas de 15 em 15 dias o caminhão passa comprando. O que gerava uma renda quinzenal de aproximadamente R\$ 100,00.

A casa de dona Rosângela possuía dois cômodos e o banheiro. Um cômodo é o quarto do casal e o outro o quarto dos filhos, cozinha, com a televisão. Foi construída pelo marido, quando casaram, na época ao lado do terreno dos pais dele. Sempre tiveram vontade de aumentar, mas tinham medo porque sabiam que um dia teriam de mudar do lugar.



**Figura 27:** Interior da casa de Rosângela

A favela São Domingos é próxima ao centro, andando da casa de Rosângela até ele não são gastos mais de 15 minutos. A pouca distância facilita o serviço de reciclagem porque é do comércio central que são recolhidos os papelões e armazenados no quintal da residência para serem vendidos.

A casa da Selma é a última da favela. Uma área prejudicada pelas enchentes e também por chuvas fortes, porque o lugar de construção da casa é baixo e fica ao lado de uma vala em que escorre água de bueiros dos bairros da região mais alta. Sempre sujeita a inundação e excessiva umidade. A Figura 26 mostra a parte lateral da casa e ao fundo o início da favela Virgínio Basso.

Frente da casa e do lado da casa



Lateral e ao fundo a favela Virgínio Basso



**Figura 28:** Fotos da residência da Selma



**Figura 29:** Primeira foto, vala de esgoto da casa. Segunda foto, fundos da casa e criação de animais como cabra e galinha.



**Figura 30:** Primeira foto, lateral da casa após enchente de 2005. Segunda foto, limpeza da casa da Selma após enchente.

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2005



**Figura 31:** Fotos da casa da família do Everson (Foto da frente da moradia na rua 13 da área da favela São Domingos)

A casa da família do Everson fica em uma rua sem asfalto, mas também possui serviços básicos de infra-estrutura, tem linha telefônica, fica em uma rua mais próxima ao Ribeirão Quilombo. O interior da casa e os cômodos são grandes e é toda feita de alvenaria. Mesmo assim, é um dos moradores mais orgulhosos em falar das casas construídas no Jardim das Orquídeas, porque participou do movimento popular para conquistar o direito de remoção. Contou que permaneceu unido com grupos de moradores que reivindicavam a remoção. Eleito presidente da Associação dos Moradores tem muita esperança de que a vida melhore com a remoção.



**Figura 32:** Foto da moradia em ponto de laje, que esta sendo construída no Jardim das Orquídeas.

Na Figura 32, podemos observar parte da estrutura das casas construídas no Jardim das Orquídeas, em mutirão. São casas com dois cômodos e banheiro, feitas com blocos de cerâmica impermeabilizados e com lajes.

Possuem possibilidades de ampliação que poderão ser realizadas pelas próprias famílias.



**Figura 33:** Foto da Dona Laura na sede das obras do mutirão.

Dona Laura é uma senhora viúva que participou do mutirão, desde a primeira fase em 2003, quando o mutirão não deu certo e parte das pessoas ficou sem a casa. Em 2005 voltou a participar. Existe a preocupação dos coordenadores do mutirão em dar ao grupo de pessoas da terceira idade serviços mais leves, por conta da possibilidade física e também porque a Associação dos Moradores exige o cumprimento do Estatuto dos Idosos.

Um município como Sumaré, com aproximadamente 5.183 famílias morando em favelas, exige do poder público intervenções para garantir melhoria de habitabilidade para as populações residentes nestas áreas, que apresentam grande vulnerabilidade, principalmente em decorrência da baixa renda e da pouca escolaridade.

A favela São Domingos foi construída desde a década de 1970, em decorrência da necessidade da moradia e da falta de recursos para acesso ao mercado imobiliário formal. Sem Projeto de remoção estes moradores permaneceriam em área de risco.

Intervenção governamental, como remoção de área de risco, são projetos de investimento social que podem alterar a vida da população local. A participação direta da população nas tomadas de decisão é fundamental para direcionar as ações às reais necessidades delas. Com as pessoas entrevistadas



percebemos esta diferença, no caso do Everson que atua diretamente, acredita na remoção e na melhoria de vida após a remoção. A moradora Selma parou de participar porque não acredita no mutirão e na remoção e acha que não vai mudar nada, para ela é tudo promessa vaga que não vai se concretizar.

A área do Jardim das Orquídeas, local de remoção destas famílias, possui uma área reservada para construção de equipamentos públicos. A remoção precisa ser abrangente e oferecer para esta população, além da moradia, acesso à saúde, aperfeiçoamento profissional, área de lazer, entre outros, que possam ampliar oportunidades de emprego e melhoria de qualidade de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo o IBGE em 2000, 81% da população do país morava na área urbana, em Sumaré este percentual é de 98,58%.

O processo de crescimento urbano brasileiro ocorreu dentro do modelo econômico capitalista de concentração de renda e valorização do capital. Nos anos 1960 e 1970, vivenciamos em âmbito nacional e municipal o crescimento industrial favorecendo o capital nacional e internacional e a preocupação dos governos em garantir incentivos para a implantação destas indústrias, que representavam progresso econômico. Nesse período, intensificam-se no Brasil migrações forçadas em direções aos centros urbanos, principalmente de cidades médias e grandes. Trabalhadores rurais, em busca de melhores condições de vida, abandonam o campo para atender à necessidade de mão-de-obra na indústria. Além da falta de emprego no campo, outros fatores impulsionaram e ainda hoje são determinantes para a mudança para os centros urbanos, e a carência de serviços públicos, como saúde e educação, são maiores na zona rural do que na urbana.

A industrialização brasileira ocorreu com oferta de salários baixos e as políticas econômicas não foram acompanhadas de políticas sociais. A população edificou nas cidades, espaços urbanos compatível a sua renda. Com as moradias auto-construídas, muitas vezes em favelas, consolidou o próprio modelo econômico, porque é através delas que a cidade abriga mão-de-obra para atender à indústria.

Os investimentos sociais são vistos pela maioria dos governos como gastos, sendo insuficientes para atender à população. As políticas habitacionais no Brasil raramente foram voltadas à população com renda de até três salários mínimos, faixa na qual se encontra mais de 80% da população e o grande problema de déficit habitacional. Para estas rendas, modelos como financiamentos bancários, que é o maior programa habitacional dos últimos governos no Brasil, não atendem à necessidade, porque a renda acaba sendo insuficiente para pagar as prestações. A necessidade é de política social de

subsídios para a edificação de moradias ou reformas, além de melhoria urbana com implantação de infra-estrutura e serviços públicos.

Nos espaços urbanos, temos uma problemática mundial: A falta de moradia para os pobres e a presença de favelas em áreas de mananciais e de risco. Em Sumaré, na formação de seu espaço urbano, também é vivenciada a carência e as ocupações de áreas de mananciais, principalmente no entorno do Ribeirão Quilombo, para a população que não têm acesso à moradia pelo mercado imobiliário e nem por programas habitacionais para a baixa renda. Estas áreas são ocupadas por serem protegidas por leis ambientais e não terem valor imobiliário.

Há a necessidade de se repensar as leis de uso e ocupação do solo, pois a cidade passou a crescer de forma ilegal, com as construções irregulares passando de 50 %. Portanto, a maioria da população está excluída do direito à legalização. As leis não podem atender apenas a uma pequena parcela da população que pode pagar pelos critérios atuais da legislação, mas precisa atender à sociedade real. O planejamento urbano precisa ser repensado através de normas claras, elaboradas de forma democrática e participativa, para que tenha legitimidade e possa ser fiscalizado junto com a própria população.

Através da revisão da legislação, a cidade precisa ser repensada para garantir a regularização e urbanização para a população de baixa renda, revisando o parcelamento do solo para melhorar a oferta de moradia e habitabilidade, com solo urbano com menor valor financeiro e urbanizado, infra-estrutura, saneamento ambientalmente sustentável, serviços públicos e transporte público.

O Plano Diretor, além de regulamentar o Estatuto, possui desafios a serem concretizados, como reduzir os impactos ambientais da urbanização, aplicando os princípios da sustentabilidade e tendo como metas a diminuição da utilização de insumos e lançamentos de resíduos. Prioridade devem ser traçadas como: a construção de redes de tratamento de esgoto, construção de infra-estrutura evitando erosões e assoreamento nos cursos d'água e a consolidação da reutilização e reciclagem do lixo. Enfim, a articulação entre planejamento



urbano e saneamento ambiental é fundamental na proteção e recuperação da água e áreas degradadas, na redução de resíduos, definição de áreas urbanizáveis e reconhecimento das funções sociais da propriedade.

No Brasil, o crescimento urbano caminhou geralmente contrário à justiça social e valorização da vida, gerando uma grande quantidade de cidadãos excluídos de direitos essenciais, como emprego, moradia, alimentação, dentre outros. As políticas de investimentos sociais integram as favelas à cidade, realizando a inclusão social e ambiental desses espaços e conseqüentemente da população.

Sobre a moradia no subúrbio, Milton Santos escreveu: “Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico e a gerada pelo modelo territorial” (SANTOS, 1996, p. 115). O território cria cidadãos desiguais, com direitos e acesso a investimentos públicos diferenciados. Outra abordagem de Santos é que quando a população é privada de direitos básicos, esta problemática é justificada pelo modelo econômico brasileiro. A prioridade, no entanto, é a alteração do modelo adotado de cidadania, onde o povo excluído não se sente parte do processo político, que administra os investimentos públicos e deveria garantir acesso às necessidades básicas da população, independente de sua posição social ou localização no território.

Sumaré cresceu como periferia de Campinas, sendo atualmente uma região com grande desempenho econômico, mas com muita precariedade de serviços públicos para a população. O espaço urbano atendeu às indústrias, expandiu a área urbanizada, mas representa hoje bairros carentes de infraestrutura, favelas consolidadas, áreas de risco, baixa qualidade no ensino, deficiência no atendimento de serviços de saúde, precariedade no transporte público, bairro desarticulados entre si e voltados ao sistema viário e índices altos de vulnerabilidade em vários bairros. A exclusão no município é um todo: social, econômica, cultural, espacial, educacional e ambiental. Para atender à população será necessária a retomada do controle público sobre o território e planejamento econômico voltado para as políticas sociais, com participação social efetiva na elaboração e construção do Plano Diretor e projetos sociais.

O processo de construção das políticas públicas em Sumaré fundamentou-se no avanço econômico, instalação de indústrias e instrumentos que oferecessem à cidade a idéia de progressiva e moderna. Porém, planejando as estruturas viárias, concedendo incentivos fiscais e terras à empresas, nesse processo as políticas sociais foram relegadas, resultado de um modelo excludente.

A Secretaria de Planejamento de Sumaré hoje considera que a atuação do poder público não é apenas produzir unidades e aprovar loteamentos, mas envolve um processo global de regularização fundiária, urbanística e ambiental. Estas mudanças no espaço urbano podem promover inclusão social, como a participação direta da população no planejamento das ações e requalificação do espaço público.

O projeto de remoção dos moradores do São Domingos é exemplo da carência de estrutura da Secretaria de Habitação municipal para executar interferência a nas favelas. O Projeto iniciou em 1999 e em 2008 ainda não estava construído; na proposta do projeto todas as famílias devem ser removidas. Mas, famílias, como a de Selma, não concordam com a remoção e deverão ser removidas. Fato que demonstra a ausência de todos os moradores nas tomadas de decisões. No projeto não havia preocupação com geração de renda e outras políticas sociais com os moradores, e a área usada para os moradores na favela São Domingos não começou a receber interferência do poder municipal para recuperação ambiental e instituição de área pública, apenas foram colocadas nela placas de congelamento, o que pode não garantir de fato a não reutilização da área para moradia em novas ocupações.

A Política Habitacional Municipal atual procura através das leis do Plano Diretor, Plano Municipal de Habitação e regularização fundiária, implantar uma política pública que viabilize programas para a baixa renda, porém a atuação reflete a precariedade institucional dos municípios na elaboração e execução da política habitacional, obtendo hoje resultados lentos e insuficiente às carências habitacionais e urbanas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ema Regina Bianchi. *Nos trilhos da memória: um século de música em Sumaré*. Campinas: Editora Komedi, 2004.

ALFONSIN, B. M. *Direito à moradia*. Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: IPPUR/ FASE, 1997.

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH DA UNICAMP – AEL: A falta de água ontem, na cidade. Diário do povo. Campinas, 23 de julho de 1933

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH DA UNICAMP – AEL: Higiene – limpeza pública – epidemias. (histórico desde 1870). Correio Popular – 31 de outubro de 1968

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH DA UNICAMP – AEL: Rebouças (Novo Distrito de Paz). Cidade de Campinas: Folha Popular – 16 de janeiro de 1910

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Abastecimento de água em Sumaré. *O Município* – 30 de junho de 1956

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Histórico do município. *O Município* – 29 de julho de 1956

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: LARA, Mirian Cecília. *Sumaré e o seu processo de crescimento Regional*. Prefeitura Municipal de Sumaré, 1988.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Marcelo Pedroni. *O Município* – 02 de setembro de 1956

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Material iconográfico: Fotos do município.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: *Relação dos núcleos favelados do município de Sumaré*. Prefeitura Municipal de Sumaré, Departamento do Bem Estar Social, 1989.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: *Sumaré: infra-estrutura e potencialidades*. Prefeitura Municipal de Sumaré, 1997.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Uma homenagem (aniversário de inauguração de encanamento de água). *Correio Popular* – 20 de junho de 1946

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Urbanismo: A cidade clandestina e Problema de água em Sumaré. *A gazeta de Sumaré* – 2ª quizenza de 1955

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ: Vila Rebouças em 1907 (Apontamentos históricos e estatísticos). *O Município* – 30 de janeiro de 1955

AZEVEDO, Sérgio de. A crise da política habitacional dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BAENINGER, Rosana. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: *A luta pelo espaço*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2004.

BUENO, Laura Machado de Mello et alli. *Moradia Social em área de mananciais*. São Paulo: Annablume, 2004 (Coleção do Projeto Gepam – A Experiência de Santo André).

BUENO, Laura Machado de Mello. *Projeto e favela: metodologia para projetos de Urbanização*. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAMPOFIORITO, Ítalo. A Cultura das Três Cidades. In SCHIAVO, C.; ZETTEL, J.(Org.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

CARDOSO, Adauto Lucio (org). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre,*

Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção HABITARE/FINEP)

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CDHU. *Produção habitacional em Sumaré*. Disponível em <http://portalshcdhu.cdhu.sp.gov.br/aplicacoes/internauta/perfil/producao/MunicipioView.asp?municipio=488&Nome=SUMARE>. Acesso em 10 de setembro de 2007

Correio Popular. *Chuvas fortes inundam Campinas e região*. Campinas, 2005. (Caderno Cidades)

CORREIO POPULAR: COSTA, Maria Teresa. *6% da população da RMC vive em favelas*. Disponível em: [http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/2003/03/23/materiacps\\_53388.shtm](http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/2003/03/23/materiacps_53388.shtm), acesso em 31 de janeiro de 2006

CORREIO POPULAR: COSTA, Maria Teresa. *Migração acelera crescimento da RMC*. Disponível em: [http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/2003/01/04/materia\\_cps\\_47823.shtm](http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/2003/01/04/materia_cps_47823.shtm). Acesso em 17 de abril de 2007

CORREIO POPULAR: *RMC é sinônimo de uma realidade política e social*. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/especiais/rmc/especialrmc01.shtm>, acesso em 06 de fevereiro de 2007.

CUNHA, J. M. P.; FONSECA, R. B. (Org.) *Campinas Metropolitana: Diversidade sócio espacial*. Campinas: NEPO; NESUR, UNICAMP, 2004

DAE de Sumaré: Dados sobre ocupação do solo, população, distribuição da cidade por bairros e distritos, bacias hidrográficas, relevo e solo

DAE de Sumaré: Levantamento de extensão de redes de água e esgoto, por bairro (atual).

DAE de Sumaré: Mapa Planta de Sumaré 2005

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1988.

DENALTI, Rosana *Santo André: urbanização de favelas e inclusão social* <http://www.antac.org.br/AmbienteConstruido/pdf/revista/artigos/Doc118121.pdf>, acesso em 27 de novembro de 2007.

DUARTE JR, L. *Edição Histórica – Sumaré*. São Paulo: Focus, 1975.

FINEP – GAP. *Habitação popular: inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro, 1983.

GUALTIERI, Benedito Roberto. *Legislação Habitacional de Campinas: Conversa e controvérsia*. 2001. 170. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

HARDMAN, Foot e LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. Das origens aos anos 20. São Paulo: Ática, 1991.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Rio de Janeiro: Permanência e Mudança. In SCHIAVO, C.; ZETTEL, J.(Org.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

LOPES, Doraci Alves. *Marginais da História? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo ( 1979/1986)*. Campinas: Alínea, 1997.

MARICATO, Ermínia. *Dimensões da tragédia urbana*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades>>, acesso em 19 de outubro de 2006a.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATO, Ermínia. *Problema mora ao lado*. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-n/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=7&newcod=819>>, acesso em 12 de setembro de 2006b.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDES, Auro Aparecido. *Implantação industrial em Sumaré: Origens, agentes e efeitos*. Dissertação de Mestrado em Geociências – UNESP, Rio Claro, 1991.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit Habitacional no Brasil: Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas - 2ª edição*. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/index.php?Option=content&task=section&id=49&menufid=472&menupid=31&menutp=conhecaoministério>, acesso em 12 de outubro de 2006.

MIRANDA, J. Sumaré: monografia – histórico – estatística, 1966.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORETTI, Ricardo de Souza. *Planejamento Territorial e Urbano*. Texto elaborado para a disciplina Tipologia e Forma Urbana, 2006.

NEGREIROS, Rovená; TEIXEIRA, Marina Piason. Município de Sumaré. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (coords). *A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas/SP: UNICAMP, 2002. V. 2.

PIRES, Maria C. S. *Novas Formas de Expansão das Metrôpoles: Impactos no Ambiente e na Mobilidade*. In: III Encontro da ANPPAS, 2006, Brasília-DF. Disponível em <[www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA98-13032006-110443.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA98-13032006-110443.DOC)>, acesso em 19 de março de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. Fotos das enchentes nas áreas de risco de Sumaré.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. Mapas geográfico e geológico de 1939 – Distrito de Rebouças (Sumaré)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. *Plano Diretor e Diagnóstico do Município*. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2006. Disponível em: <[www.sumare.sp.gov.br](http://www.sumare.sp.gov.br)>, acesso em 11 de janeiro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. Projeto Ribeirinha, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. *Relação de favelas e ocupações do município*, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. *Roteiro histórico e turístico de Sumaré*. Disponível em: <<http://www.sumare.sp.gov.br/historia.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2006

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: FUNDAP, 1993.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998. (Coleção espaços).

São Paulo – Sumaré *Levantamento de carências habitacionais*. Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/Nesur/pdf/parte\\_dois\\_infraestrutura\\_habitacional.pdf](http://www.eco.unicamp.br/Nesur/pdf/parte_dois_infraestrutura_habitacional.pdf), acesso em 07 de janeiro de 2007.

SEADE. *Dados sobre município de Sumaré*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>, acesso em 06 de fevereiro de 2007.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. *Política urbana e distribuição da população: o caso da região de Campinas*. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_416.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_416.pdf), acesso em 26 de abril de 2007.

SNIU. *Sistema Nacional de Indicadores Urbanos*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=49&menufid=472&menupid=31&menutp=conheçaadministrativo>, acesso em 12 de outubro de 2006



SOUZA, Ângela Gordilho. Configuração urbana, questão habitacional e segregação na emergência da cidade industrial: pontuando referências para a atualidade. In *Limites do Habitar: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996. (Série Princípios).

TOLEDO, F. A. *Uma História de Sumaré - Da sesmaria à indústria*. São Paulo: IMESP, 1995.

UNICAMP/NEPO. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. NEPO, NESUR, UNICAMP, Campinas, 2004.

*Vilas significaram distância entre patrões e operários*. Disponível em: [www.comciencia.br/reportagens/cidades](http://www.comciencia.br/reportagens/cidades), acesso em 02 de outubro de 2006.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VITALE, Daniele. Arquitetura, métrica e poesia. *Desígnio - Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo, n. 4, p. 75-80, 2005.